



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO**



Sissi Mikaella de Araújo Bittencourt

**A feira agrourfam como ambiente de inovação socioambiental da
produção familiar amazônica**

Manaus/AM
2025

Sissi Mikaella de Araújo Bittencourt

**A FEIRA AGROUFAM COMO AMBIENTE DE INOVAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR AMAZÔNICA**

Orientadora: Professora Doutora Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
Coorientador: Doutor Ademar Roberto Martins de Vasconcelos

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia como requisito
para obtenção de título de Mestre em Ciências
do Ambiente da Universidade Federal do
Amazonas.

Manaus/AM
2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

-
- B624f Bittencourt, Sissi Mikaella de Araújo
A feira agroufam como ambiente de inovação socioambiental da
produção familiar amazônica / Sissi Mikaella de Araújo Bittencourt. -
2026.
185 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Therezinha de Jesus Pinto Fraxe.
Coorientador(a): Ademar Roberto Martins de Vasconcelos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia,
Manaus (AM), 2026.
1. Agricultura familiar. 2. Inovação socioambiental. 3. Economia
Solidária. 4. Governança em rede. 5. Desenvolvimento Territorial. I. Fraxe,
Therezinha de Jesus Pinto. II. Vasconcelos, Ademar Roberto Martins de.
III. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. IV. Título
-

SISSI MIKAELLA DE ARAUJO BITTENCOURT

**A FEIRA AGROUFAM COMO AMBIENTE DE INOVAÇÃO
SOCIAMBIENTAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR AMAZÔNICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, na área de concentração de Dinâmicas Socioambientais.

Data de Aprovação: 06/02/2026

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Francimara Souza da Costa
Membro

Profa. Dra. Jozane Lima Santiago
Membro

Profa. Dra. Janaina de Aguiar
Membro

OFERECIMENTO!

Ofereço este trabalho às produtoras e produtores da Associação dos Produtores e Artesãos Agroecológicos do Estado do Amazonas, que, com seus saberes, trajetórias e práticas cotidianas, inspiraram esta pesquisa e tornaram possível sua realização. Que esta dissertação seja também um reconhecimento às histórias de trabalho, cooperação e resistência que sustentam a construção de alternativas socioambientais no território amazônico.

DEDICATÓRIA

*Aos meus avós, Guiomar (**in memoriam**) e Agripino (**in memoriam**), cujas histórias, valores e ensinamentos permanecem vivos em minha trajetória. À minha família, pelo apoio constante, e, de forma especial, ao meu filho, Miguel, razão de força, inspiração e sentido ao longo de todo este caminho.*

AGRADECIMENTOS

A Deus e ao universo, pela força, proteção e sabedoria concedidas ao longo de todo o percurso, especialmente nos momentos de desafio, incerteza e superação.

À Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, pela oportunidade de retorno à vida acadêmica e pelo enriquecimento intelectual proporcionado durante a formação no curso de mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de estudos, fundamental para a viabilização e realização desta pesquisa.

À Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, minha orientadora, que, para além da orientação acadêmica, foi a primeira a me incentivar a retornar à universidade e a desenvolver esta pesquisa sobre um de seus maiores legados para a produção familiar amazônica: a Feira AGROUFAM. Seu apoio, confiança e compromisso com a ciência e com os territórios amazônicos foram decisivos para a concretização deste trabalho.

Ao Dr. Ademar Roberto Martins de Vasconcelos, meu coorientador, que me acompanhou ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, partilhando generosamente seu conhecimento acadêmico e contribuindo com sua experiência acumulada ao longo dos 11 anos de existência da Feira AGROUFAM.

Ao meu companheiro de vida, Rafael de Araújo Bittencourt, e ao meu filho, Miguel de Araújo Bittencourt, por serem meu porto seguro nos momentos mais difíceis desta jornada, oferecendo amor, apoio e motivação diária.

À minha mãe, Maria Auxiliadora de Araújo, pela dádiva da vida e pelo amor incondicional. Às minhas tias-madrinhas, Maria Carmozina de Araújo e Maria Gracimar Pacheco de Araújo, que, junto com minha mãe, foram inspiração constante pelo amor à educação, oferecendo suporte, oportunidades educacionais e formação cidadã que contribuíram para a pessoa que me tornei.

A toda a minha família: Tio Chiquinho, meus irmãos Ciro Eloim e Igor Sam, minhas primas-irmãs Agatha Araújo e Barbara Araújo, e meus sobrinhos Eloim Araújo e Catarina Araújo, pelo carinho, incentivo e apoio em diferentes momentos desta caminhada.

À Samara Gil, amiga e parte fundamental da minha rede de apoio cotidiana, pela dedicação e cuidado ao meu filho nos períodos em que estive ausente.

Ao Elder Pena, Zulma Escate Lay, Suzy Pedroza, Isabel Oliva, Danilo Lobato, Katyúscia Serudo, Maria do Carmo (Duka), Karen de Santis, Quenia Barros, Nete Martins,

Carol Yoshida, Lorena Castro, Tassi Prestes, Raquel Gurgel, Izabelle Nobre e Dani Jardim, pela amizade construída ao longo de décadas e pela presença constante nos diferentes momentos da minha vida.

Ao Núcleo de Socioeconomia, em especial à Profa. Dra. Jozane Santiago, Dra. Mônica Suani, Dra. Gislany Sena, Dr. Vinícius Verona, Dr. Jaisson Oka e Dr. Patrick Carneiro, pela amizade, partilha de conhecimentos e contribuições relevantes ao longo desta formação acadêmica.

À família Instituto Acariquara, Ademar Roberto, Nayara Machado, Ian Rocha, Michelle Pedroza, Marcela Souza, Ane Rosas, Alberlane Castro, Selton Machado e Sebastião Filho, pela parceria cotidiana e apoio, especialmente nos meses finais, quando precisei me dedicar mais intensamente à pesquisa.

Aos professores, colegas de turma do PPGCASA e colaboradores do CCA, em especial a Fernanda Mendes, ao Prof. Dr. Carlos Augusto (Tijolinho) e à Coordenadora Profa. Dra. Marília Gabriela, pelo apoio, disponibilidade e acolhimento no âmbito do Programa e do Centro.

Por fim, agradeço de forma especial à minha madrinha Gracimar, por sua contribuição acadêmica valiosa na etapa final desta dissertação; a Michelle, a Olga Jesus, a Zulma e a Suzy, que, para além da amizade, ofereceram apoio, incentivo constante ao longo desta trajetória. Minha sincera gratidão.

RESUMO

Este estudo analisa a Feira AGROUFAM tal qual uma experiência territorial de inovação socioambiental no contexto da produção familiar amazônica. Partindo do reconhecimento das feiras como espaços históricos de comercialização, sociabilidade e circulação de saberes, o estudo tem como objetivo compreender de que maneira as dinâmicas socioprodutivas, organizacionais e territoriais da AGROUFAM contribuem para a construção de alternativas econômicas sustentáveis, com ênfase nas dimensões de trabalho, renda, gênero, governança em rede e processos de aprendizagem. A pesquisa adotou abordagem qualitativa-quantitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental, aplicação de formulários socioeconômicos junto a 18 empreendimentos familiares, entrevistas semiestruturadas e oficinas participativas, utilizando as metodologias de Matriz SWOT e Café Mundial. A análise dos dados foi orientada pela técnica de análise de conteúdo, articulando evidências empíricas e referencial teórico. Os resultados indicam que a Feira AGROUFAM ultrapassa a função de espaço de comercialização, configurando-se como um território socialmente construído, no qual se articulam práticas produtivas diversificadas, arranjos organizativos coletivos e relações de cooperação. A participação na feira contribui de forma significativa para a reprodução socioeconômica das famílias agricultoras, especialmente por meio da diversificação da renda, da agregação de valor aos produtos e da criação de modelos alternativos de comercialização. Destaca-se o protagonismo feminino na organização socioprodutiva e na gestão da feira, bem como a centralidade da governança participativa, sustentada por instrumentos como assembleias, comitê gestor, regimento interno e o fundo solidário. As inovações observadas apresentam caráter predominantemente processual, emergindo da experimentação cotidiana, da troca de saberes e da adaptação às condições territoriais amazônicas. A construção participativa de cenários futuros evidenciou tanto limites quanto horizontes desejados para o fortalecimento da feira, ressaltando a importância do apoio institucional, da ampliação de mercados e do reconhecimento territorial. Conclui-se que a Feira AGROUFAM constitui um espaço estratégico de inovação socioambiental da produção familiar amazônica, ao articular cultura, território, governança em rede e economia solidária, oferecendo subsídios relevantes para políticas públicas, ações de extensão universitária e iniciativas de desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; Inovação socioambiental; Economia solidária; Governança em rede; Desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

This study analyzes the AGROUFAM Fair as a territorial experience of socio-environmental innovation within the context of Amazonian family farming. Recognizing fairs as historical spaces of commercialization, sociability, and circulation of knowledge, the study aims to understand how the socio-productive, organizational, and territorial dynamics of AGROUFAM contribute to the construction of sustainable economic alternatives, with emphasis on labor, income, gender, network governance, and learning processes. The research adopts a qualitative–quantitative approach, grounded in a literature review, document analysis, application of socio-economic questionnaires to 18 family farming enterprises, semi-structured interviews, and participatory workshops using SWOT Matrix and World Café methodologies. Data analysis was conducted through content analysis, articulating empirical evidence with the theoretical framework. The results indicate that the AGROUFAM Fair goes beyond its role as a marketplace, constituting a socially constructed territory in which diversified productive practices, collective organizational arrangements, and cooperative relationships are articulated. Participation in the fair contributes significantly to the socio-economic reproduction of farming families, particularly through income diversification, value addition to products, and the development of alternative marketing models. The findings highlight the central role of women in socio-productive organization and management, as well as the relevance of participatory governance mechanisms, supported by assemblies, a management committee, internal regulations, and a solidarity fund. The innovations identified are predominantly process-based, emerging from everyday experimentation, knowledge exchange, and adaptation to Amazonian territorial conditions. The participatory construction of future scenarios revealed both current constraints and desired pathways for strengthening the fair, emphasizing the importance of institutional support, market expansion, and territorial recognition. It is concluded that the AGROUFAM Fair represents a strategic space for socio-environmental innovation in Amazonian family farming, by articulating culture, territory, network governance, and solidarity economy, offering relevant contributions to public policies, university extension actions, and initiatives aimed at sustainable territorial development.

Keywords : Family farming; Socio-environmental innovation; Solidarity economy; Network Governance; Territorial development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização da Feira AGROUFAM.....	22
Figura 2. Assembleia da Rede Poranga, em janeiro de 2024.....	29
Figura 3. Oficina Matriz de SWOT com a APROARTES.....	29
Figura 4. Oficina Matriz de SWOT com a APROARTES.....	30
Figura 5. Linha do Tempo da APROARTES.....	31
Figura 6. Governança Organizacional e Governança de Pessoas.....	31
Figura 7. Gestão Socioambiental e Gestão de Processos Produtivos.....	32
Figura 8. Gestão Comercial e Gestão Financeira e Econômica.....	32
Figura 9. Priorização da Análise de SWOT.....	32
Figura 10. Pontuação da Priorização.....	33
Figura 11. Representação do Plano de Ação da APROARTES.....	34
Figura 12. Entrevista com produtoras familiares.....	34
Figura 13. Oficina Café Mundial com a APROARTES.....	35
Figura 14. Apresentação da Oficina Café Mundial com a APROARTES.....	36
Figura 15. Esquema conceitual da inovação socioambiental.....	63
Figura 16. Feira de Produtos Orgânicos na ASSINPA.....	69
Figura 17. Modelo conceitual do movimento agroecológico.....	70
Figura 18. Registros do II Seminário de Experiências Agroecológicas.....	78
Figura 19. Lançamento da Feira da Produção Familiar - 10ª Edição da AGROUFAM.....	80
Figura 20. Registros da 10ª Edição da AGROUFAM – Feira da Produção Familiar.....	81
Figura 21. Criação da APROARTES.....	83
Figura 22. Registros do I Simpósio de Organização Social e Mercado e Criação da Rede Poranga.....	83
Figura 23. Edição da Feira da AGROUFAM em Comemoração aos Cinco Anos de Existência.....	84
Figura 24. Certificação das Oficinas da Programação dos Cinco Anos de AGROUFAM.....	85
Figura 25. Volta da Feira AGROUFAM presencial.....	85
Figura 26. Comemoração dos 10 anos de AFROUFAM.....	86
Figura 27. Linha do Tempo com os principais marcos da AGROUFAM.....	87
Figura 28. Arquitetura Colaborativa da Rede Poranga.....	88
Figura 29. Divulgação nas redes sociais do Projeto “AGROUFAM em Casa”.....	93
Figura 30. Registro da volta da Feira AGROUFAM presencial.....	94
Figura 31. Marcos e inovações na Rede Poranga.....	95
Figura 32. Modelo Conceitual da Feira AGROUFAM.....	99
Figura 33. Produtores Familiares e os diferentes segmentos produtivos da AGROUFAM.....	104
Figura 34. Participação dos produtores em organizações coletivas.....	105
Figura 35. Faixa de renda familiar.....	106
Figura 36. Empreendimento Arte Nativa da Amazônia no Shopping do Artesanato.....	107
Figura 37. Perfil por Gênero.....	109
Figura 38. Representação Feminina na AGROUFAM.....	110
Figura 39. Oficina do Café Mundial.....	116

Figura 40. Empreendimentos do Segmento de Alimentos Artesanais e Agroecológicos	120
Figura 41. Empreendimento do Segmento de Biocosméticos.....	120
Figura 42. Empreendimentos do Segmento de Artesanato (Biojoias).....	121
Figura 43. Empreendimentos do Segmento de Artesanato.....	121
Figura 44. Guardiã de Sementes Crioulas, comunidade São Francisco, Careiro da Várzea.....	125
Figura 45. Empreendimento Canto da Luz, Incubadora na UFAM.....	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Projetos estruturantes do NUSEC vinculados à agroecologia	75
Quadro 2. Quadro 2. Síntese da base socioprodutiva por segmento.....	90
Quadro 3. Evolução do Fundo Solidário da Rede (2016–2024)	91
Quadro 4. Dimensões da participação feminina na Feira AGROUFAM.....	112
Quadro 5. Arranjo de governança da Feira AGROUFAM.....	115
Quadro 6. Inovações socioambientais por segmento produtivo na Feira AGROUFAM.....	123
Quadro 7. Inovações e invenções no território da AGROUFAM.....	129
Quadro 8. Cenários de futuro da Feira AGROUFAM.....	134
Quadro 9. Demandas estratégicas para o fortalecimento da AGROUFAM.....	135

LISTA DE SIGLAS

AGROUFAM - Feira da Agricultura Familiar

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

APOAM - Associação dos Produtores Orgânicos no Estado do Amazonas

APROARTES - Associação dos Produtores e Artesão Agroecológicos do Estado do Amazonas

ASSINPA – Associação do Servidores do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPOrg - AM – Comissão de Produção Orgânica do Amazonas

DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável

FCA - Faculdade de Ciências Agrárias

FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IDAM - Instituto de desenvolvimento do Amazonas

NEAS – Núcleo de Estudo em Agroecologia

NUSEC - Núcleo de Socioeconômica

OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica

OSIM - Organização Social e Identificação de Mercados

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCTI – Política de Ciência, Tecnologia e Inovação

PEAPO - Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

TED – Termos de Execução Descentralizada

REMA – Rede Maniva de Agroecologia

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	17
1. INTRODUÇÃO	19
2. OBJETIVOS	211
2.1. GERAL.....	211
2.2. ESPECÍFICOS	211
3. MATERIAIS E MÉTODOS	222
3.1. ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO.....	222
3.2. PÚBLICO-ALVO.....	243
3.2.1. <i>Critérios de Seleção, Riscos e Benefícios da Pesquisa</i>	243
3.2.2. <i>Critérios de Inclusão</i>	253
3.2.3. <i>Critérios de Exclusão</i>	253
3.2.4. <i>Riscos para os Envolvidos</i>	253
3.2.5. <i>Benefícios da Pesquisa</i>	254
3.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	264
3.4. PROCEDIMENTOS ÉTICOS	286
3.5. FERRAMENTAS.....	286
3.5.1. <i>ANÁLISE OU MATRIZ SWOT</i>	286
3.5.2. <i>Cafê Mundial (World Cafe)</i>	297
3.6. COLETA DE DADOS	297
3.6.1. <i>Sistematizar os conceitos que estruturam a análise da Feira AGROUFAM como ambiente de inovação sociambiental</i>	297
a) <i>Pesquisa Bibliográfica</i>	297
b) <i>Observação Participante</i>	308
3.6.2. <i>Averiguar os aspectos e as estratégias de inovação socioambiental praticados na Feira AGROUFAM para compreender o território de inovação sociambiental existente, a partir dos seus empreendimentos econômicos e solidários</i>	28
3.6.3 <i>Realizar análise empírica da Feira AGROUFAM para compreender os processos de experimentação e aprendizagem coletiva</i>	364
3.7. ANÁLISE DOS DADOS	407
4. RESULTADOS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.8
CAPÍTULO I - Inovação socioambiental e cultura: conceitos estruturantes para a compreensão de processos mais complexos socioecológicos	429
1. INTRODUÇÃO	429
2. O CONCEITO DE CULTURA	439
3. O CONCEITO DE TERRITÓRIO	484
4. O CONCEITO DE INOVAÇÃO	538
5. O CONCEITO DE GOVERNANÇA	595
6. O CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	649
CONSIDERAÇÕES FINAIS	674
CAPÍTULO II - A FEIRA AGROUFAM COMO ESPAÇO INTERINSTITUCIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO JUSTA SOLIDÁRIA E INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	695
1. INRODUÇÃO	69
2. O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO COMO VETOR DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DE COMERCIALIZAÇÃO JUSTA ..	706
3. O NÚCLEO DE SOCIOECNOMIA E AGROECOLOGIA	71
4. PRODUÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO RURAL DO NUSEC.....	974
5. POLÍTICA NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS EM EXPENSÃO.....	995
6. DRS: ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E FORTALECIMENTO TERRITORIAL.....	1007

7. SEMINÁRIOS DE AGROECOLOGIA: ESPAÇOS DE FORMAÇÃO E ARTICULAÇÃO.....	1017
8. PRÓ-RURAL E OSIM: INOVAÇÃO, EXTENSÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FEIRA	80
8.1. <i>A Feira AGROUFAM: contexto histórico</i>	80
8.2. <i>A Rede Poranga como um processo inovador no NUSEC</i>	88
8.3. <i>Cultura e governança na Rede Poranga</i>	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
CAPÍTULO III - AGROUFAM como um território de promoção da inovação socioambiental na amazônia	101
1. INTRODUÇÃO	101
2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS EMPREENDIMENTOS E DOS PRODUTORES FAMILIARES DA AGROUFAM	102
3. TRABALHO, RENDA E DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NA FEIRA AGROUFAM.....	113
4. PARTICIPAÇÃO FEMININA E ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA, DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA FEIRA AGROUFAM	116
5. PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS EMPREENDIMENTOS E NA GESTÃO.....	117
6. GOVERNANÇA EM REDE, APRENDIZAGEM COLETIVA E AUTOGESTÃO NA FEIRA AGROUFAM..	120
7. A REDE PORANGA COMO ARRANJO DE GOVERNANÇA EM REDE	121
8. INOVAÇÕES E INVENÇÕES NO TERRITÓRIO DA AGROUFAM.....	129
9. INOVAÇÃO SOCIAL, ORGANIZACIONAL E TERRITORIAL NA AGROUFAM	130
10. INOVAÇÕES EM PRODUTOS E MODELOS DE NEGÓCIO (POR SEGMENTO).....	131
11. INICIATIVAS QUE PROMOVEM A INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (POR SEGMENTO)	136
12. TECNOLOGIAS SOCIAIS, PROCESSOS PRODUTIVOS E SUSTENTABILIDADE	137
13. INOVAÇÃO EM PROCESSOS PRODUTIVOS E TECNOLOGIAS SOCIAIS	141
14. A AGROUFAM COMO TERRITÓRIO DE APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	144
15. CENÁRIOS DE FUTURO E ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DA AGROUFAM	147
16. O PROCESSO DE CENARIZAÇÃO PARTICIPATIVA	148
17. CENÁRIO REALISTA DA INOVAÇÃO <i>SOCIOAMBIENTAL</i>	148
18. CENÁRIO IDEAL E CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE AMAZÔNICA	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
5. CONCLUSÃO.....	154
6. REFERÊNCIAS.....	157
ANEXO	1577
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP APROVADO	165
APÊNDICES	166
APÊNDICE A – TERMO LIVRE E ESCLARECIDO - TECLA.....	166
APÊNDICE B – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA.....	169
APÊNDICE C – ROTEIRO DE CAMPO COM ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO	171

MEMORIAL

Nasci em 1983, no município de Caracaraí, estado de Roraima. Minha trajetória familiar, entretanto, está profundamente vinculada ao estado do Amazonas. A família materna tem origem na Comunidade de Pacatuba, no município de Novo Airão, onde minha avó exerceu papel central na formação educacional de seus filhos, alfabetizando-os antes de sua inserção no sistema formal de ensino. Posteriormente, minha mãe e meus tios mudaram-se para Caracaraí em função do período escolar, experiência que consolidou a valorização da educação como instrumento de transformação social em minha família.

Passei a maior parte da infância em Roraima, mantendo vínculo constante com Manaus, onde passava férias e festividades familiares. Esses deslocamentos possibilitaram contato precoce com Novo Airão e outras localidades ribeirinhas, contribuindo para a construção de um olhar sensível às realidades amazônicas. Aos nove anos, mudei-me definitivamente para Manaus, cidade onde construí minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional.

Minha formação acadêmica ocorreu na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde cursei Administração de Empresas (2003–2007) e realizei especialização em Marketing Empresarial (2010–2011). Minha relação com a UFAM antecede a graduação, pois foi nesse espaço que iniciei também minha trajetória profissional.

Em 2001, atuei como voluntária no Departamento de Apoio à Pesquisa (DAP/PROPESP/UFAM) e, posteriormente, na Secretaria do Centro de Apoio Multidisciplinar (CAM/UFAM), ampliando conhecimentos em gestão institucional. Após aprovação no vestibular, atuei como assistente administrativa-financeira no projeto Rede de Sementes da Amazônia (2003–2004), no Laboratório Agroflorestal (LABAF/FCA), experiência que marcou meu primeiro contato com iniciativas voltadas à agricultura familiar e à sustentabilidade e outros projetos socioambientais.

Durante a graduação, participei de projetos de extensão universitária, destacando-se o projeto “Extensão Universitária em Administração do Trabalho Autossustentado”, no qual ministrei noções de empreendedorismo para produtores da Feira do Coroadó. Posteriormente, atuei de forma voluntária como facilitadora em cursos de administração e contabilidade básica para agricultores e pescadores da Comunidade Paranoá, no município de Manacapuru, por meio de projetos do Programa Pyrá.

Ainda como estudante, realizei estágios na Gerência de Marketing do Amazonas Shopping e na Gerência de Recursos Humanos da Empresa Moto Honda da Amazônia, onde

fui posteriormente contratada. A atuação no setor privado contribuiu para o desenvolvimento de competências técnicas em gestão, ao mesmo tempo em que evidenciou limites desse modelo frente às realidades sociais e territoriais amazônicas.

Após a especialização, iniciei minha trajetória na docência, atuando em cursos superiores de tecnologia em Gestão Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), bem como em disciplinas vinculadas à Educação do Campo pela Faculdade de Educação da UFAM e em cursos técnicos na área da saúde no LICEU. Essas experiências consolidaram minha atuação na formação acadêmica e técnica em diferentes contextos territoriais do Amazonas.

Paralelamente, desenvolvi atuação na gestão de projetos e articulação técnico-institucional, vinculando-me a órgãos públicos, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil. Destaco minha atuação junto ao Núcleo de Socioeconomia da UFAM (NUSEC), ao Instituto Acariquara e a projetos voltados à agricultura familiar, agroecologia, governança territorial, conservação ambiental e autonomia das mulheres rurais.

Atualmente, atuo como coordenadora de portfólio no Instituto Acariquara e pesquisadora no NUSEC, desenvolvendo iniciativas que buscam conciliar conservação ambiental e desenvolvimento humano na Amazônia, com valorização dos saberes tradicionais e da sustentabilidade.

Assim, a pesquisa sobre a Feira AGROUFAM sintetiza uma trajetória de mais de duas décadas de envolvimento com a Amazônia, seus sujeitos e seus modos de vida, reafirmando meu compromisso com a produção de conhecimento crítico e socialmente referenciado.

1. INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, o empreendedorismo assume papel central nos processos de desenvolvimento econômico e social, especialmente em contextos marcados por transformações rápidas e pela necessidade de geração de alternativas sustentáveis de renda. A cultura empreendedora, nesse sentido, constitui a base do comportamento empreendedor, sendo influenciada por fatores econômicos, sociais, culturais e territoriais (DREHER, 2004; SCHMIDT; DREHER, 2008). Sua manifestação não é homogênea, variando conforme o contexto regional, a trajetória dos sujeitos e as condições socioeconômicas em que os empreendimentos estão inseridos (RITCHIE; BRINDLEY, 2005).

Para além de uma lógica estritamente econômica, o empreendedorismo adquire relevância social ao articular inovação, criatividade e geração de oportunidades orientadas ao bem-estar coletivo. Dornelas (2008) destaca que o empreendedorismo envolve pessoas e processos que transformam ideias em oportunidades, enquanto Nunes e Mello (2018) ressaltam seu papel no fomento à inovação, ao trabalho criativo e às formas mais integradas de organização produtiva. Nesse contexto, o empreendedorismo pode se manifestar tanto como estratégia de oportunidade quanto como alternativa de sobrevivência, especialmente em realidades marcadas pela informalidade e pela vulnerabilidade socioeconômica (DEGEN, 2008; KIM, 2014; NELSON, 2001).

É nesse cenário que emerge o empreendedorismo social, como paradigma orientado à integração entre dimensões econômicas, sociais e humanas do desenvolvimento. Diferentemente do empreendedorismo tradicional, o foco do empreendedorismo social desloca-se da maximização do lucro para a geração de impacto social, ainda que utilize instrumentos semelhantes de gestão, inovação e mobilização de recursos (MELO NETO; FRÓES, 2002; YUNUS, 2010; BORNSTEIN, 2007). Esse enfoque aproxima-se diretamente dos princípios da economia solidária, compreendida por Singer (2002) como uma forma alternativa de organização da produção, do consumo e da distribuição de renda, baseada na cooperação, na solidariedade e na sustentabilidade.

A articulação entre empreendedorismo, economia solidária e inovação amplia as possibilidades de construção de iniciativas econômicas inclusivas, especialmente em territórios marcados pela agricultura familiar. A inovação, nesse contexto, não se restringe à introdução de novas tecnologias, mas envolve mudanças organizacionais, sociais e territoriais, resultantes de processos coletivos e situados (DRUCKER, 1985; TIDD; BESSANT, 2015). Esses processos ganham força em ambientes que favorecem a interação entre diferentes atores, como

universidades, organizações sociais e empreendedores, compondo o que a literatura denomina habitats ou ecossistemas de inovação (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000; JACKSON, 2011).

As universidades desempenham papel estratégico nesses ecossistemas ao promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a circulação de saberes e o fortalecimento de práticas empreendedoras de base local (FILION, 2000; RESENDE, 2015). No contexto brasileiro, essa articulação se expressa, entre outros espaços, nas feiras de produtos regionais e da agricultura familiar, que historicamente constituem importantes arenas de comercialização, sociabilidade e troca de conhecimentos (MASCARENHAS, 1991; BAIROCH, 1997; FURTADO, 1986).

As feiras livres no Brasil consolidaram-se desde o período colonial como espaços fundamentais para a economia local, a preservação cultural e a segurança alimentar (SILVA, 2002; LIMA, 2004). No caso das feiras baseadas na produção familiar, esses espaços assumem relevância adicional ao aproximar produtores e consumidores, fortalecer circuitos curtos de comercialização e valorizar a bioeconomia e os saberes tradicionais (PEREIRA et al., 2017; LIMA; FONTANA, 2019). Conforme Fraxe et al. (2015), essas feiras configuram-se como espaços de sociabilidade, aprendizagem e práticas alinhadas à economia solidária, constituindo alternativas produtivas inclusivas e sustentáveis.

É nesse contexto que se insere a Feira da Produção Familiar AGROUFAM, criada a partir de uma iniciativa do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Realizada regularmente no campus universitário, a AGROUFAM consolidou-se como um espaço de comercialização de produtos da agricultura familiar convencional e ecológica, integrando produtores, comunidade universitária e consumidores urbanos (GONÇALVES et al., 2020). Segundo Santiago et al. (2017), a feira surgiu como resposta a desafios enfrentados pelos agricultores familiares do Amazonas, como dificuldades logísticas, encurtamento das cadeias de comercialização e necessidade de agregação de valor aos produtos agroextrativistas.

Embora a AGROUFAM tenha se consolidado como um espaço dinâmico de valorização da agricultura familiar, da cultura alimentar regional e da economia criativa, permanecem pouco sistematizados os processos sociais, organizacionais e culturais que sustentam sua atuação como um ambiente de inovação socioambiental. Observa-se que tradição, sustentabilidade e empreendedorismo coexistem no cotidiano da feira; contudo, essa articulação ocorre, em grande medida, de forma empírica, baseada em saberes práticos e experiências individuais, sem um diagnóstico analítico de sua dinâmica interna e de seus potenciais

estratégicos de gestão.

Diante desse contexto, a problemática central deste estudo consistiu em compreender como a cultura empreendedora se manifesta e é incorporada pelos sujeitos que compõem a Feira AGROUFAM, e de que maneira essa dinâmica contribui para sua consolidação como um ambiente de inovação socioambiental e de desenvolvimento local. Assim, o estudo busca contribuir para o debate acadêmico sobre empreendedorismo de base territorial, economia solidária e inovação socioambiental, ao oferecer um diagnóstico estratégico da gestão da AGROUFAM e evidenciar seu papel como espaço promotor de práticas sustentáveis, inclusão social e fortalecimento da economia regional.

2. OBJETIVOS

2.1. Geral

Analisar a Feira AGROUFAM como um ambiente de inovação socioambiental para a promoção da sustentabilidade amazônica.

2.2. Específicos

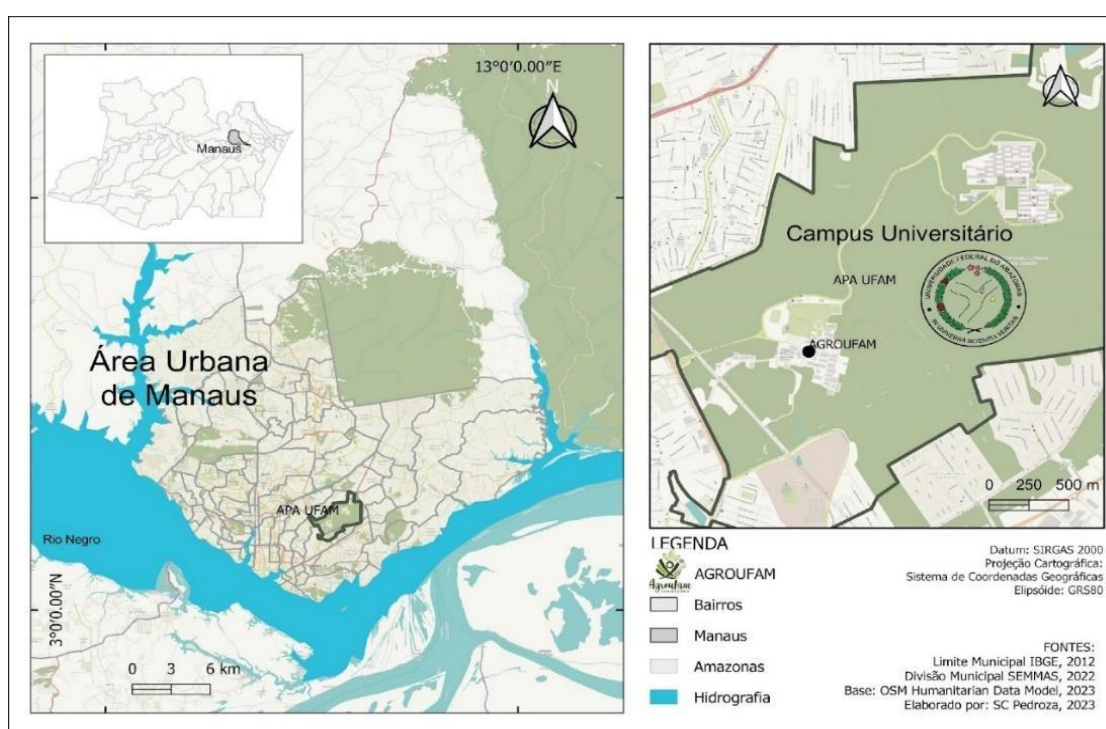
- Sistematizar os conceitos que estruturam a análise da Feira AGROUFAM como ambiente de inovação socioambiental;
- Averiguar os aspectos e as estratégias de inovação socioambiental praticados na Feira AGROUFAM para compreender o território de inovação socioambiental existente, a partir dos seus empreendimentos econômicos e solidários;
- Realizar a análise empírica da Feira AGROUFAM para compreender os processos de experimentação e aprendizagem coletiva.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Área de abrangência do estudo

O estudo foi realizado na Feira da Produção Familiar - AGROUFAM, que ocorre mensalmente no Hall da Faculdade de Ciências Agrária - FCA, blocos I e II, localizados no do Setor Sul do Campus Universitário Arthur Virgílio Filho, Universidade Federal do Amazonas – UFAM (Figura 1).

Figura 1. Localização da Feira AGROUFAM.



A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) está situada no estado do Amazonas, foi a primeira instituição de ensino superior do país, fundada em 17 de janeiro de 1909. O campus universitário da UFAM, está localizado no bairro Coroado, na Zona Leste de Manaus, nas proximidades dos bairros Aleixo, Petrópolis, Japiim, São José, Zumbi, dos Palmares e Armando Mendes. O Campus da UFAM tem 6,7 milhões de metros quadrados, é o terceiro maior fragmento verde em área urbana do mundo e o primeiro do país. Nela são encontradas várias espécies da fauna e da flora da região.

3.1.1 A APROARTES e sua relação com a Feira AGROUFAM

A Associação Central dos Produtores Agroecológicos e Artesãos do Estado do Amazonas (APROARTES) constitui uma das organizações sociais vinculadas à gestão e à mobilização dos participantes da Feira AGROUFAM. Sua trajetória está diretamente relacionada ao processo de organização coletiva dos feirantes, iniciado a partir da criação da feira em 2014. A associação foi fundada em 2015 e teve seu estatuto formalizado em 2017, passando a atuar na representação dos produtores, na articulação interna, na mobilização para as assembleias e na organização das atividades coletivas relacionadas à feira.

A APROARTES integra a Rede Poranga juntamente com o Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas e o Instituto Acariquara. Nesse arranjo, a associação atua principalmente na mobilização e representação social dos feirantes; o NUSEC participa das atividades de pesquisa, formação e extensão; e o Instituto Acariquara contribui com o apoio técnico, administrativo e logístico. Essa distribuição de funções configura um modelo de governança interinstitucional no qual organizações sociais, universidade e instituições parceiras compartilham responsabilidades relacionadas à manutenção e ao fortalecimento da AGROUFAM.

Os associados da APROARTES constituíram o público principal da pesquisa por participarem diretamente dos processos produtivos, comerciais e organizacionais analisados. Suas experiências permitiram compreender tanto as práticas desenvolvidas nos empreendimentos quanto as relações de governança, cooperação, aprendizagem e inovação construídas no território da Feira AGROUFAM.

A pesquisa adotou abordagem mista, com predominância qualitativa, articulando dados quantitativos de caracterização socioeconômica e organizacional às evidências qualitativas produzidas nas entrevistas, na observação participante, nas oficinas e na análise documental. A abordagem qualitativa foi utilizada para interpretar percepções, práticas, relações de governança, processos de aprendizagem e significados atribuídos pelos participantes à Feira AGROUFAM. A dimensão quantitativa permitiu descrever o perfil dos participantes e dos empreendimentos, bem como identificar a frequência de determinadas práticas produtivas, ambientais, comerciais e organizacionais.

A análise quantitativa foi realizada por meio de estatística descritiva, utilizando frequências absolutas, frequências relativas, proporções, médias e tabelas de caracterização. Os cálculos consideraram os 18 formulários válidos. Nas variáveis com ausência de informação, foi considerado o número de respostas válidas; nas questões que admitiam mais de uma

resposta, as categorias não foram tratadas como mutuamente excludentes e, por essa razão, seus percentuais podem ultrapassar 100% quando somados.

A pesquisa utilizou fontes primárias e secundárias. Os dados primários foram produzidos por meio de formulários estruturados, entrevistas semiestruturadas, observação participante, registros de campo, oficina de análise SWOT e oficina Café Mundial. Os dados secundários foram obtidos em artigos, livros, relatórios técnicos, documentos institucionais, registros históricos e materiais disponibilizados pelo Instituto Acariquara, pela APROARTES e pelo NUSEC/UFAM.

Para a produção dos dados primários, foram selecionados 18 empreendimentos vinculados à Feira AGROUFAM. A seleção foi de natureza intencional e não probabilística, considerando a participação ativa na feira, o vínculo com a APROARTES, a disponibilidade para participar da pesquisa e a representação dos sete segmentos produtivos existentes. Os 18 empreendimentos correspondem a aproximadamente 29% dos 62 empreendimentos constantes na base cadastral de 2025. Esse percentual expressa a abrangência da pesquisa em relação ao cadastro disponível, não constituindo critério de representatividade estatística.

A composição da amostra buscou contemplar os segmentos agroecológico, agroextrativista, artesanato e biojoias, alimentos artesanais, biocosméticos e fitoterápicos, praça de alimentação e produção orgânica. Quando um empreendimento atuava em mais de um segmento, foi considerada sua atividade principal para fins de caracterização, mantendo-se registradas as demais atividades nas análises qualitativas.

3.2. Público-alvo

Os sujeitos da pesquisa são os associados da APROARTES, as entrevistas foram feitas aos associados que representam os sete segmentos que compõem a AGROUFAM, os quais são: Agroecológico, Agroextrativismo, Artesanato, Alimentos Artesanais, Biocosméticos, Praça de Alimentação e Produção Orgânica.

3.2.1. Critérios de seleção, riscos e benefícios da pesquisa

A seleção dos entrevistados obedeceu aos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de seleção visam evitar ou minimizar possíveis efeitos indesejados da pesquisa. Nesse sentido, foi mencionado os riscos e benefícios da pesquisa.

3.2.2. Critérios de inclusão

Foram incluídos nas amostras somente os associados da APROARTES, ativos na Feira AGROUFAM e com disponibilidade em participar das entrevistas/oficinas.

3.2.3. Critérios de exclusão

Foram excluídos os associados que não atuam mais na feira ou que não puderam participar voluntariamente por qualquer motivo.

3.2.4. Riscos para os envolvidos

A presente pesquisa apresentou riscos mitigáveis aos participantes, conforme previsto na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os principais riscos envolvem desconforto emocional leve decorrente da exposição de opiniões pessoais durante entrevistas, formulários e oficinas participativas.

Poderia haver fadiga nas atividades em grupo, especialmente nas oficinas estratégicas como SWOT e Café Mundial, que exigiam participação ativa e reflexão coletiva. Para mitigar esses riscos, foram adotadas medidas como: criação de um ambiente acolhedor; respeito ao tempo e ao ritmo dos participantes; liberdade para interromper ou recusar a participação a qualquer momento; e garantia de sigilo quanto à identidade dos envolvidos.

3.2.5. Benefícios da pesquisa

Quanto aos benefícios esperados, eles se dividem em diretos e indiretos. Os benefícios diretos referem-se à oportunidade de os participantes expressarem suas experiências, desafios e propostas de melhoria para os empreendimentos e para a Feira AGROUFAM. As oficinas e entrevistas funcionaram como espaços de escuta qualificada, valorizando o saber local e promovendo reflexões coletivas sobre as estratégias de fortalecimento da feira e de sua governança em rede. Entre os benefícios indiretos, destaca-se a contribuição para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à economia solidária, agricultura familiar, bioeconomia e inovação socioambiental na Amazônia.

A sistematização e análise dos dados poderão subsidiar ações futuras das instituições envolvidas, fortalecendo os empreendimentos participantes, além de contribuir academicamente com os estudos sobre sustentabilidade, governança e desenvolvimento territorial. Dessa forma, a pesquisa se compromete eticamente com o respeito à dignidade, autonomia e bem-estar dos participantes, assegurando que os possíveis riscos sejam mitigados

e que os benefícios ultrapassem os limites da investigação acadêmica, com impacto social positivo e alinhado aos princípios da justiça e equidade.

3.3. Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi de natureza exploratória, bibliográfica e documental, utilizando métodos análise de conteúdo, observação participante e de análise qualitativa-quantitativa, porém com foco principal nos dados qualitativos, onde o ambiente vem a ser a fonte direta de dados para a pesquisa, na qual se tenta compreender os fenômenos estudados a partir da perspectiva das pessoas envolvidas. A abordagem qualitativa tem como fundamento a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, assim uma interdependência entre sujeito e o objeto da investigação. A pesquisa também possui uma abordagem quantitativa, devido à necessidade a relação de algumas variáveis, assim a pesquisa possui uma característica mista de natureza aplicada (CRESWELL, 2007; GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

Os procedimentos metodológicos foram constituídos em três fases distintas e complementares:

A primeira fase da pesquisa foi de natureza exploratória, cujo objetivo foi proporcionar maior familiaridade com o problema em estudo. Segundo Cervo e Bervian (1996), a pesquisa exploratória foi fundamental para o levantamento inicial de informações, envolvendo consultas a bibliografias, leituras e análise de documentos relacionados à temática em questão. Esse tipo de pesquisa se caracteriza pela flexibilidade e pela abrangência, permitindo uma visão mais ampla sobre o assunto. Complementando essa visão, Gil (2008) destaca que a pesquisa exploratória ajuda a identificar variáveis-chave e a construir uma base teórica mais robusta, o que facilitou o aprofundamento em fases posteriores da pesquisa.

A segunda fase da pesquisa foi dedicada ao levantamento e identificação dos agentes envolvidos, com o intuito de coletar dados essenciais para a análise. Para isso, foram aplicados formulários socioeconômicos, que permitiram traçar o perfil dos participantes, e formulários temáticos, que abordaram especificamente as práticas de inovação adotadas pelo empreendimento. Esses instrumentos tiveram como objetivo explorar, de maneira estruturada, as características econômicas e sociais dos agentes, além de identificar as inovações desenvolvidas ou implementadas em seus empreendimentos.

Além dos formulários, foram utilizados roteiros para entrevistas semiestruturadas, que permitiram uma abordagem mais flexível e profunda das temáticas em estudo. Segundo Triviños (1987), as entrevistas semiestruturadas são ferramentas eficazes para captar

percepções e interpretações dos participantes sobre fenômenos específicos, oferecendo ao pesquisador a oportunidade de aprofundar temas conforme o andamento da conversa. Esse método proporciona uma compreensão mais rica e contextualizada dos processos de inovação praticados pelo empreendimento.

Na terceira fase da pesquisa, foram realizadas duas oficinas estratégicas: a primeira foi focada na construção da Matriz SWOT (FERNANDES 2011; VERDEJO, 2006), e a segunda utilizada a metodologia de Café Mundial ou World Café. (BROWN; ISAACS, 2005; MACHADO et al., 2018). A oficina de Matriz SWOT permitiu identificar e organizar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas aos empreendimentos, facilitando o entendimento das dinâmicas internas e externas que influenciam seu desempenho. Já a oficina de Café Mundial, uma metodologia participativa e dialógica, foi aplicada para promover conversas estruturadas em pequenos grupos, conectando diferentes perspectivas em torno de questões-chave sobre os empreendimentos e seus futuros possíveis. O Café Mundial favorece a emergência da inteligência coletiva ao estimular a circulação dos participantes entre as mesas, a escuta ativa e o registro visual das ideias, possibilitando a construção conjunta de insights, propostas e direções estratégicas para cenários futuros alinhados às transformações sociais, culturais e econômicas. A combinação dessas duas ferramentas proporcionou uma análise ampla e estratégica, articulando diagnóstico e diálogo coletivo, essencial para o desenvolvimento de soluções sustentáveis e orientadas para o futuro.

A oficina de análise SWOT, realizada no âmbito do Projeto Mais Gestão, contou com 18 participantes, incluindo associados da APROARTES, integrantes da equipe técnica e estudantes envolvidos na atividade. A oficina foi utilizada para construir o diagnóstico do ambiente interno e externo da organização, priorizar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças e subsidiar a elaboração participativa do plano de ação. A composição do grupo da oficina não deve ser confundida com a amostra dos 18 empreendimentos entrevistados, pois se trata de atividades e conjuntos de participantes metodologicamente distintos.

A oficina Café Mundial contou com a participação de 27 pessoas, sendo 22 associados à Feira AGROUFAM, representantes dos segmentos Agroecológico, Agroextrativismo, Artesanato, Alimentos Artesanais, Praça de Alimentação e Produção Orgânica, além de cinco integrantes da equipe técnica, responsáveis pela moderação e facilitação da atividade. A oficina foi direcionada à construção coletiva de cenários de futuro, bem como à identificação de demandas, desafios e estratégias voltadas ao fortalecimento da Feira AGROUFAM. Para a análise dos resultados, foram consideradas as sínteses coletivas produzidas nas mesas de discussão, os registros realizados pela pesquisadora durante a atividade e os materiais

elaborados pelos participantes, possibilitando sistematizar as percepções, prioridades e proposições construídas ao longo do processo participativo.

3.4. Procedimentos éticos

Com a preocupação de manter a integridade dos sujeitos envolvidos, o Plano de Pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi encaminhado ao Comitê de Ética de Pesquisa – (CEP) da Universidade Federal do Amazonas para apreciação visando atender as exigências da Resolução N.º 466 de 12 de dezembro de 2012. O parecer da Plataforma Brasil de número 7.664.421 aprovou a realização da pesquisa, com o Parecer da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, conforme exibido no anexo A.

Durante a realização do estudo, todos os sujeitos envolvidos foram esclarecidos antecipadamente sobre os objetivos da pesquisa, sendo a participação livre e voluntária, aqueles que aceitarem participar da pesquisa, foi solicitado assinatura no Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento – TCLE, conforme apresentado no apêndice A.

3.5. Ferramentas

3.5.1. Análise ou Matriz SWOT

Foi realizada 01 (uma) oficina participativa com os associados, que teve como objetivo a construção da análise ou matriz SWOT, que é uma ferramenta de planejamento estratégico utilizada para auxiliar na identificação de fatores importantes na organização tais como: fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças.

Conforme Fernandes (2011) a análise SWOT é frequentemente representada em uma matriz de quatro quadrantes, que facilita a visualização das interações entre forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, ajudando as organizações a desenvolver estratégias mais eficazes. Ao cruzar esses fatores, é possível maximizar as forças e as oportunidades, enquanto se minimizam as fraquezas e as ameaças. Esta ferramenta é amplamente utilizada em planejamento estratégico, gestão de projetos e desenvolvimento de negócios, permitindo uma compreensão aprofundada dos contextos internos e externos que influenciam o desempenho organizacional.

O Quadrante I (Forças e Oportunidades) identificou onde a organização pode adotar ações ofensivas para aproveitar as oportunidades do mercado. O Quadrante II (Forças e Ameaças) avaliou a capacidade defensiva da organização, indicando como suas forças podem mitigar as ameaças. Já o Quadrante III (Fraquezas e Oportunidades) analisou o impacto das fraquezas na capacidade de capturar oportunidades. Por fim, o Quadrante IV (Fraquezas e

Ameaças) demonstrou o nível de vulnerabilidade da organização diante das ameaças externas.

A análise cruzada desses elementos permitiu que as organizações ajustem suas estratégias de maneira proativa. A simplicidade e a eficácia da Matriz SWOT fazem dela uma ferramenta indispensável para quaisquer empreendimentos que busca alinhar suas estratégias com os desafios e oportunidades do mercado.

3.5.2. Oficina Café Mundial (*World cafe*)

Foi realizada uma oficina utilizando a metodologia Café Mundial (*World cafe*) para a coleta de dados. É um método dialógico estruturado que organiza conversas em pequenos grupos, em rodadas sucessivas, com troca de participantes entre as mesas, de modo a favorecer a circulação de ideias, a construção de significados compartilhados e a emergência de inteligência coletiva em torno de temas relevantes para o grupo (BROWN; ISAACS, 2005).

Dessa forma, a oficina de Café Mundial visou a construção de futuros alternativos por meio de rodadas sucessivas de conversa, nas quais os participantes discutiram questões centrais relacionadas aos empreendimentos e Feira AGROUFAM. Ao conectar múltiplas perspectivas e formas de conhecimento, os cenários possíveis foram desenvolvidos de forma mais rica e contextualizada, permitindo que os sujeitos da pesquisa visualizassem e descrevessem futuros desejáveis ou desafiadores, fundamentados em suas experiências, expectativas e nos dados disponíveis.

3.6. Coleta de dados

3.6.1. Sistematizar os conceitos que estruturam a análise da Feira AGROUFAM como ambiente de inovação socioambiental

a) Pesquisa bibliográfica

É um método de coleta de dados que envolve a busca, identificação, seleção e análise de materiais publicados, com intuito de obter uma compreensão abrangente do tema de pesquisa, identificar teorias e conceitos-chave, e situar o estudo no contexto da literatura existente. Para Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Foram viabilizados o levantamento e o registro de informações em livros, trabalhos científicos, relatórios e boletins necessários à fundamentação do tema. Utilizamos a leitura, fichamento e discussão das obras selecionadas de forma a subsidiar a fundamentação teórica e

a revisão da literatura necessárias à análise dos dados.

A análise de conteúdo representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens (BARDIN, 1977). Ela permite uma abordagem sistemática e estruturada para identificar padrões e significados nos textos, discursos ou documentos que tratam da feira e dos empreendimentos. Portanto, a análise de conteúdo nos ajudou a codificar e estruturar o material coletado, facilitando a visualização dos aspectos mais relevantes da governança e da cultura da feira.

b) Observação Participante

É um método de coleta de dados em que o pesquisador se envolve diretamente no ambiente social ou no contexto que está sendo estudado. O pesquisador participa das atividades cotidianas dos sujeitos da pesquisa, interage com os participantes e observa os comportamentos e eventos, buscando compreender as práticas, normas, valores e significados compartilhados dentro desse grupo ou comunidade, Marconi e Presotto (2001) corroboram com Oliveira (2000), ao dizer que o olhar é a primeira ferramenta disponível no trabalho de campo e depois a imersão no ambiente que está sendo estudado, participando ativamente das atividades em grupo ou comunidade enquanto simultaneamente observa e coleta dados.

Para viabilizar a coleta de dados, houve a participação nas assembleias mensais da Rede Poranga e visitação das edições mensais da Feira, como ilustrado na Figura 2, na assembleia realizada em janeiro de 2024.

3.6.2. Averiguar os aspectos e as estratégias de inovação socioambiental praticados na Feira AGROUFAM para compreender o território de inovação socioambiental existente, a partir dos seus empreendimentos econômicos e solidários

Nesta fase do estudo foi realizada 01 (uma) oficina participativa de análise SWOT com os sujeitos da pesquisa (Figura 3), compreendida como instrumento estratégico de diagnóstico organizacional e territorial, com o objetivo de identificar e avaliar, de forma sistematizada, os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças que incidem sobre seus empreendimentos, bem como orientar a definição de estratégias de fortalecimento organizacional, socioambiental e institucional (VERDEJO, 2006).

Figura 2. Assembleia da Rede Poranga, em janeiro de 2024.



Fonte: Acervo Acariquara (2024)

Figura 3. Oficina Matriz de SWOT com a APROARTES.



Fonte: Acervo Acariquara (2025)

A oficina foi estruturada em etapas sequenciais e integradas, iniciando-se com processos de mobilização e convite prévio aos participantes, preparação do espaço físico e organização do material metodológico (instrumentos de diagnóstico, formulários, recursos audiovisuais e materiais gráficos), garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades.

O primeiro momento consistiu na acolhida dos participantes, realizada em formato de roda de conversa, seguida da construção coletiva de um acordo de convivência, estabelecendo princípios como respeito à fala, escuta ativa, participação colaborativa e corresponsabilidade, com a finalidade de criar um ambiente de confiança e cooperação, essencial aos processos

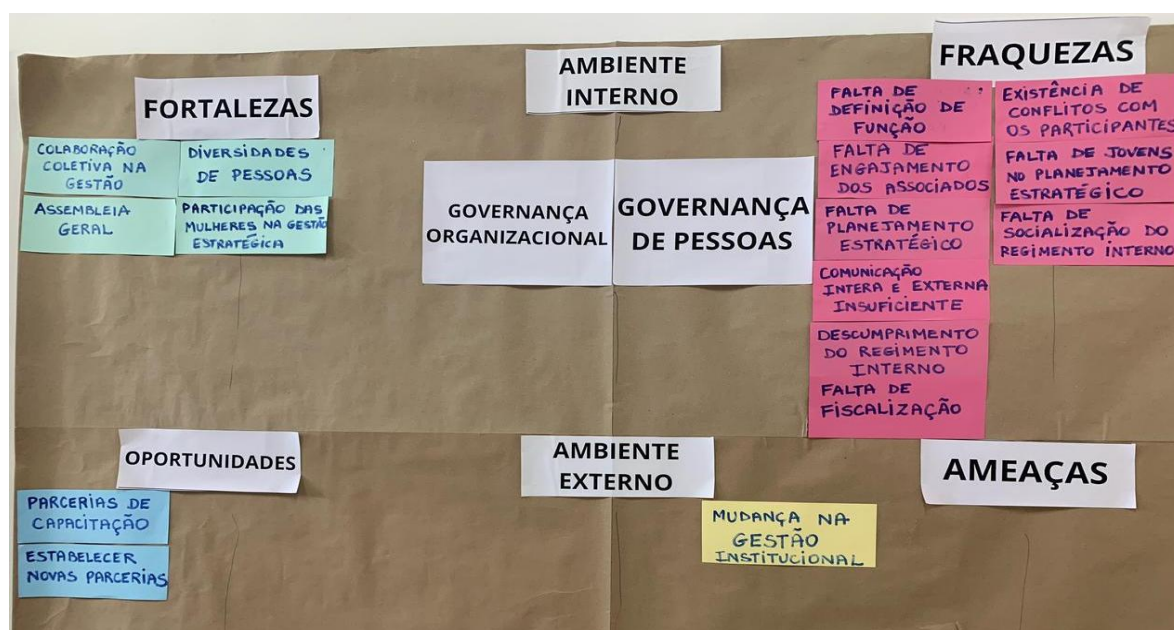
Figura 5. Linha do Tempo da APROARTES.



Fonte: Mais Gestão (2025)

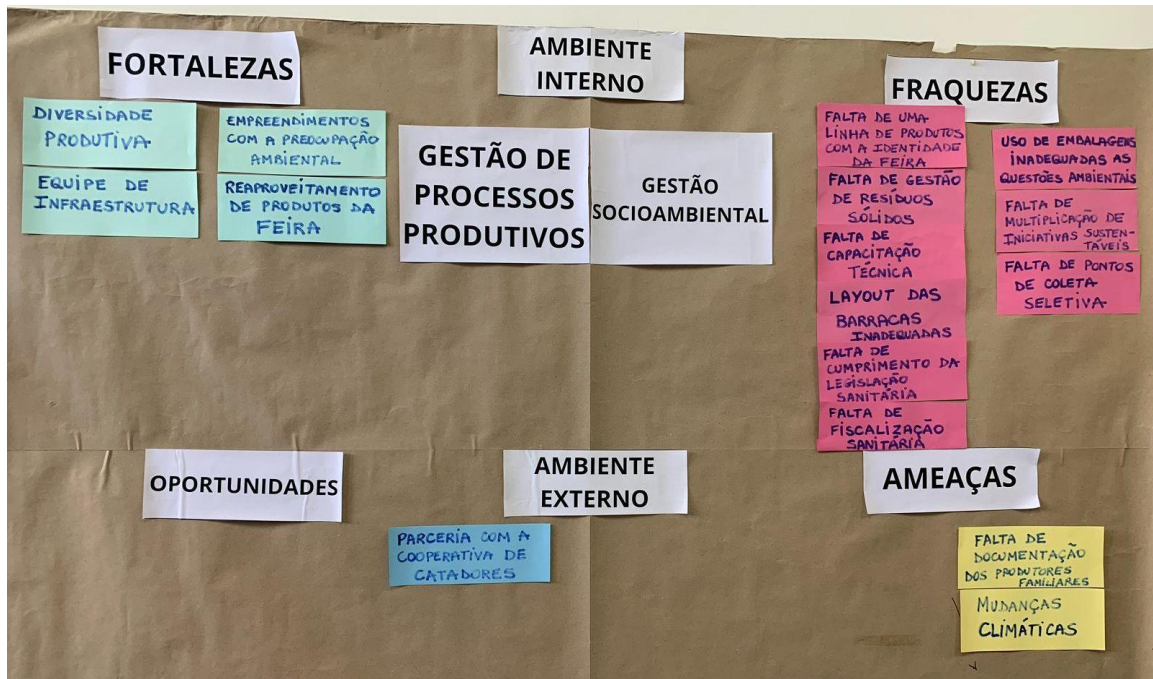
Após a construção da matriz, realizou-se uma etapa de priorização qualitativa e, posteriormente, uma priorização quantitativa, utilizando critérios de impacto, relevância e interdependência, bem como o cruzamento entre variáveis internas e externas, possibilitando a definição de eixos estratégicos de intervenção. Para facilitar o entendimento destas etapas da análise da Matriz SWOT, elas estão registradas nas Figuras 6 a 10, a seguir.

Figura 6. Governança Organizacional e Governança de Pessoas



Fonte: Mais Gestão (2025)

Figura 7. Gestão Socioambiental e Gestão de Processos Produtivos



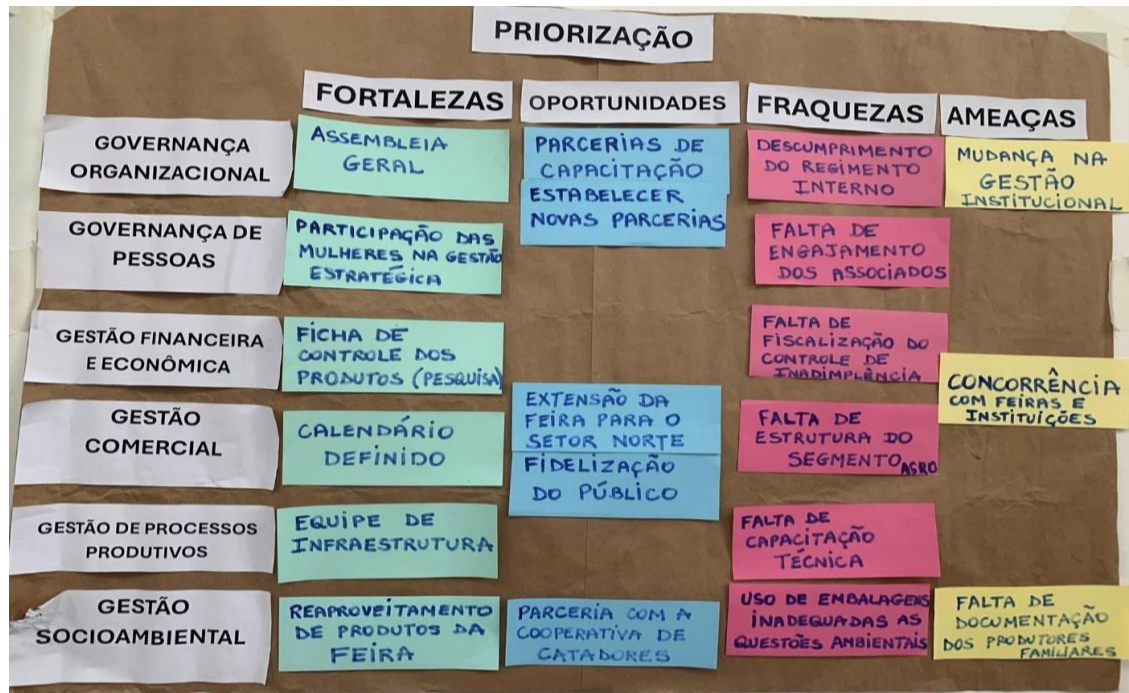
Fonte: Mais Gestão (2025)

Figura 8. Gestão Comercial e Gestão Financeira e Econômica



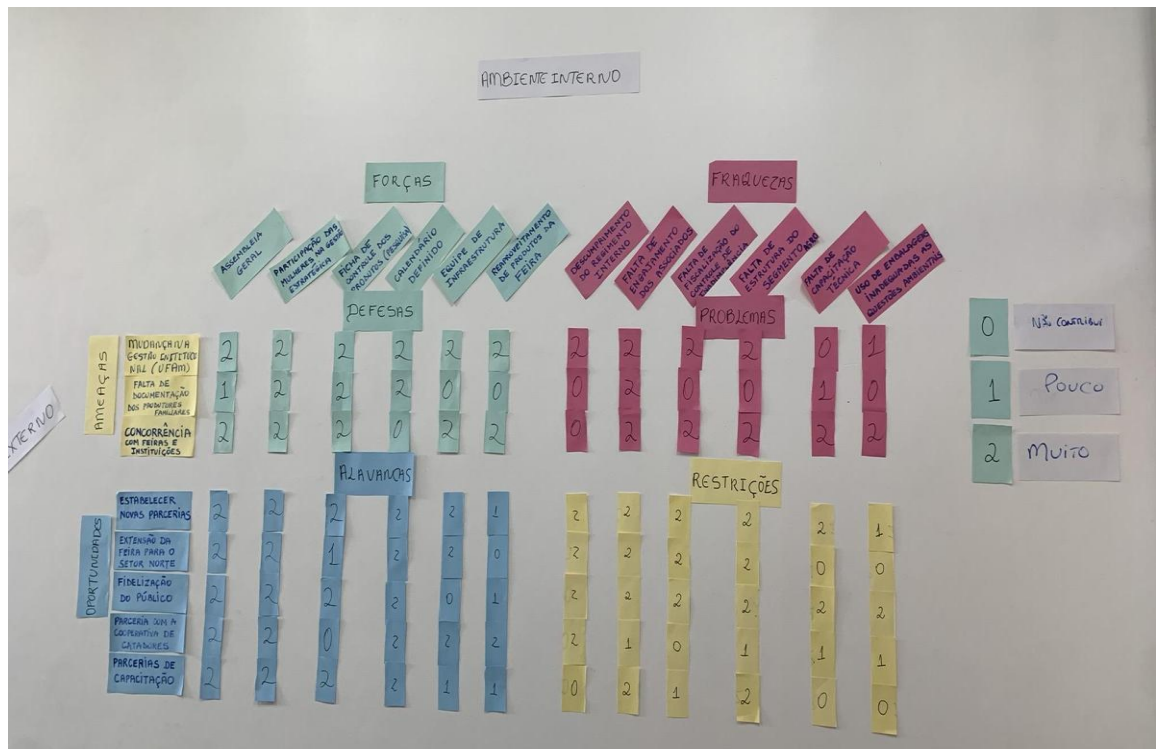
Fonte: Mais Gestão (2025)

Figura 9. Priorização da Análise de SWOT



Fonte: Mais Gestão, 2025

Figura 10. Pontuação da Priorização



Fonte: Mais Gestão (2025)

Como desdobramento do diagnóstico, foi construído coletivamente o plano de ação (Figura 11), utilizando a ferramenta 5W2H, seguido da elaboração do cronograma de execução. O processo foi finalizado com a socialização dos produtos construídos e validação coletiva dos resultados, assegurando legitimidade, corresponsabilidade e compromisso coletivo com a implementação das ações propostas.

Figura 11. Representação do Plano de Ação da APROARTES.

Atividade Tarefa	O que?	Por que?	Quem?	Onde?	Quando?	Como?	Quanto?
Fraquezas							
Falta de uma estratégia de comunicação	Divulgar a Feira/marketing		Comitê Gestor	Reunião do Comitê	Abril	Comunicação institucional na UFAM; Envolver as redes sociais dos empreendimentos junto a Feira; Novos materiais visuais; tráfego pago; release para imprensa	R\$ 7.000,00
Descumprimento do regimento interno	Socializar regimento interno		APROARTES	Assembleia	Abril	Apresentação; distribuição	Verificar custo
Falta de socialização do Regimento Interno	Socializar regimento interno		APROARTES	Reunião da Nova Gestão	Março	Registro em cartório e Receita Federal	Verificar custo
Falta de melhoria da apresentação dos produtos	Acompanhamento interno		NUSEC; Acariquara	Visita Técnica ao empreendimento	Elaborar um calendário de visitas	Diagnóstico; orientação técnica	Sem custo
Falta de engajamento dos associados	Aplicação do regimento interno		Rede Poranga	Feira; Assembleia	Junho	Edições AGROUFAM; Assembleia	Sem custo
Falta de estrutura do segmento agro em geral	Fazer uma chamada de processo seletivo; Busca ativa em outras feiras		Rede Poranga	Comitê Gestor	Abril	Visita em Feiras	Verificar custo
Falta de estratégia para manter os mercados orgânico e agroecológico	Estímulo à produção e selo orgânico		NUSEC; Acariquara	Visita Técnica ao empreendimento	Elaborar um calendário de	Formação; Diagnóstico; orientações técnicas	Verificar logística e pessoal

Fonte: Mais Gestão (2025)

3.6.3 Realizar a análise empírica da Feira AGROUFAM para compreender os processos de experimentação e aprendizagem coletiva

Os dados desta etapa foram coletados por meio da aplicação integrada de formulários estruturados, entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos, compondo um conjunto metodológico de natureza qualiquantitativa, orientado à apreensão das dimensões socioeconômicas, territoriais, produtivas e simbólicas que configuram o território de inovação socioambiental da Feira AGROUFAM.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), na entrevista semiestruturada o pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e por vezes estimula, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que emergem como desdobramentos do tema principal, favorecendo a produção de narrativas densas e contextualizadas.

Os formulários foram organizados em blocos temáticos, contemplando: (i) caracterização socioeconômica dos empreendimentos e dos produtores familiares; (ii) organização produtiva e socioprodutiva; (iii) inserção em redes e mercados; e (iv) práticas de inovação socioambiental.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com produtores(as) familiares (Figura 12) representantes dos diferentes segmentos da Feira AGROUFAM, todos associados à APROARTES e participantes ativos da feira. O roteiro foi estruturado a partir de eixos temáticos relacionados à trajetória dos empreendimentos, práticas produtivas, organização coletiva, estratégias de inovação socioambiental, governança e territorialidade.

Figura 12. Entrevista com produtoras familiares.



Fonte: Mais Gestão (2025)

Os registros fotográficos foram utilizados como instrumento complementar de pesquisa, com função documental, analítica e interpretativa. Para Justo (2009), a fotografia produz um tipo de imagem que serve como mediadora da realidade, ao capturar os objetos e tornar desnecessária a sua presença física, conferindo ao registro visual um estatuto analítico na produção do conhecimento científico.

De forma integrada a essa etapa empírica, foi realizada uma oficina participativa com os produtores familiares da Feira AGROUFAM (Figura 13), utilizando a metodologia Café Mundial (World Café) como estratégia de produção de dados qualitativos e construção coletiva de visões de futuro (BROWN; ISAACS, 2005; LÖHR et al., 2020). O World Café é um método dialógico estruturado em rodadas sucessivas de conversa em pequenos grupos, com circulação dos participantes entre as mesas, favorecendo a troca de experiências, a construção de significados compartilhados e a emergência de inteligência coletiva em torno de questões

relevantes para o grupo (MACHADO et al., 2018).

Essa metodologia teve como finalidade promover discussões orientadas à compreensão dos processos de aprendizagem social, à experimentação coletiva e à construção participativa de estratégias de fortalecimento da Feira AGROUFAM como ambiente inovador e sustentável, identificando cenários possíveis, desejáveis e desafiadores, bem como caminhos estruturantes para sua consolidação enquanto território de inovação socioambiental da produção familiar amazônica.

Figura 13. Oficina Café Mundial com a APROARTES.

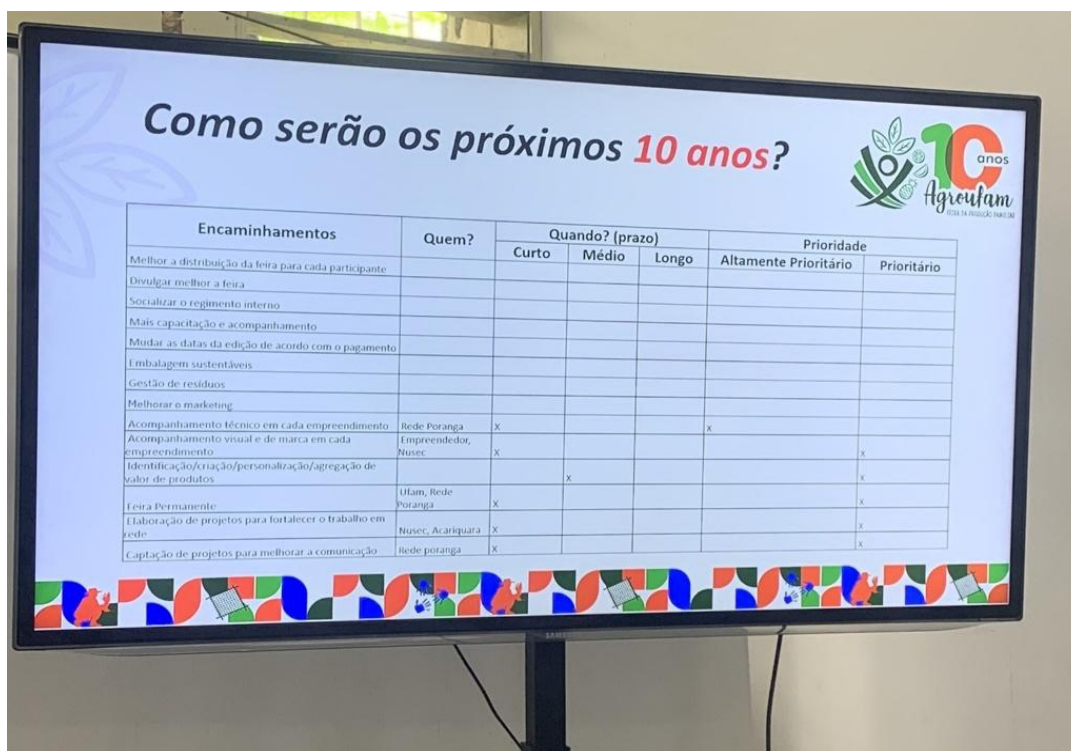


Fonte: Acervo Pessoal (2025)

As questões norteadoras da oficina buscaram: (i) explicitar percepções dos produtores sobre o papel atual da Feira AGROUFAM; (ii) mapear desafios, oportunidades e inovações socioambientais em curso; e (iii) coconstruir propostas de ações, recursos e competências considerados necessários para consolidar e ampliar esse ambiente inovador.

A dinâmica foi organizada em mesas temáticas e rodadas sucessivas de conversa, articuladas a partir de eixos temporais (curto, médio e longo prazo) e eixos estruturantes do desenvolvimento da Feira AGROUFAM. Os horizontes temporais considerados foram: curto prazo (2 anos) – “Para onde estamos caminhando?”; médio prazo (5 anos) – “Para onde está caminhando a Feira AGROUFAM?”; e longo prazo (10 anos) – “Como serão os próximos 10 anos? Qual o futuro da AGROUFAM?”, como mostrado na Figura 14.

Figura 14. Apresentação da Oficina Café Mundial com a APROARTES



Encaminhamentos	Quem?	Quando? (prazo)			Prioridade	
		Curto	Médio	Longo	Altamente Prioritário	Prioritário
Melhorar a distribuição da feira para cada participante						
Divulgar melhor a feira						
Socializar o regimento interno						
Mais capacitação e acompanhamento						
Mudar as datas da edição de acordo com o pagamento						
Embalagem sustentáveis						
Gestão de resíduos						
Melhorar o marketing						
Acompanhamento técnico em cada empreendimento	Rede Poranga	X			X	
Acompanhamento visual e de marca em cada empreendimento	Empreendedor, Nusec	X				X
Identificação/criação/personalização/agregação de valor de produtos	Ufam, Rede Poranga		X			X
Feira Permanente	Ufam, Rede Poranga	X				X
Elaboração de projetos para fortalecer o trabalho em rede	Nusec, Arariquara	X				X
Captação de projetos para melhorar a comunicação	Rede potanga	X				X

Fonte: Acervo Pessoal (2025)

As mesas de trabalho foram estruturadas nos eixos estratégicos: mercado, pesquisa, assistência técnica e apoio ao empreendimento, e território. A composição dos participantes em cada mesa ocorreu por meio de técnicas de sorteio e numeração, utilizadas como metodologia de divisão de equipes, garantindo aleatoriedade, diversidade de perfis e maior heterogeneidade nas interações e perspectivas.

Os participantes circularam entre as mesas, promovendo integração de perspectivas, troca de experiências e construção de visões compartilhadas. As discussões foram registradas em painéis e instrumentos visuais, seguidas de plenária coletiva de socialização, integração e validação dos resultados.

A integração desses instrumentos metodológicos possibilitou a construção de uma leitura ampla, contextualizada e multiescalar do território da AGROUFAM, compreendido como espaço de articulação entre práticas produtivas, redes sociais, saberes tradicionais, dinâmicas econômicas, processos de aprendizagem coletiva e estratégias participativas de inovação socioambiental, consolidando a Feira AGROUFAM como espaço de planejamento coletivo, aprendizagem social e fortalecimento do ambiente inovador e sustentável.

3.7. Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, considerando o conjunto das informações obtidas nas observações de campo, nas entrevistas semiestruturadas e na análise documental referente à Feira AGROUFAM.

A análise seguiu os procedimentos da análise de conteúdo conforme proposto por Bardin (2016), articulando-se em três etapas: (i) pré-análise, envolvendo a leitura flutuante, a definição do corpus e a identificação preliminar das unidades de registro; (ii) exploração do material, com a codificação, classificação e categorização dos dados; e (iii) tratamento, inferência e interpretação, visando a construção de sentidos e o aprofundamento das relações entre os conteúdos emergentes e o referencial teórico.

As categorias iniciais foram definidas a partir dos objetivos gerais e específicos desta pesquisa, especialmente no que diz respeito à compreensão da cultura empreendedora, das práticas de inovação socioambiental e dos processos de governança presentes na Feira AGROUFAM. Além dessas categorias orientadoras, foram incorporadas categorias emergentes, conforme destacam Minayo (2014) e Flick (2009), que ressaltam a importância de permitir que novos temas e padrões se revelem no decorrer da investigação qualitativa.

A triangulação dos dados provenientes das diferentes fontes: documentos, observações e entrevistas que contribui para o fortalecimento da validade dos achados, permitindo uma análise robusta dos fenômenos estudados. Essa abordagem interpretativa possibilitou compreender a Feira AGROUFAM como um ambiente de inovação e um território socialmente construído, no qual se articulam saberes tradicionais, práticas culturais, redes de cooperação, estratégias de comercialização e iniciativas empreendedoras.

Para o tratamento dos dados quantitativos, foram utilizadas estatísticas descritivas simples, com cálculo de frequências absolutas e relativas a partir dos 18 formulários válidos. Os percentuais foram calculados considerando o número total de respondentes quando todas as respostas estavam preenchidas e o número de respostas válidas quando houve ausência de informação. Nas questões de múltipla escolha ou nas respostas em que o participante indicou mais de uma categoria, os percentuais não são excludentes e, por essa razão, podem ultrapassar 100% quando somados. Os dados referentes a produtos, cursos e práticas produtivas foram agregados pelo número do formulário, evitando que diferentes registros de um mesmo empreendimento fossem contabilizados como participantes distintos.

Adicionalmente, a análise incluiu elementos relativos à gestão de projetos, desenvolvimento de negócios e desempenho organizacional, de modo a identificar como fatores

internos (organização produtiva, processos de gestão, capacidades locais) e externos (políticas públicas, redes institucionais, dinâmicas socioambientais) influenciam as práticas dos empreendedores. Essa leitura integrada permitiu situar a cultura empreendedora da Feira AGROUFAM no contexto mais amplo do desenvolvimento socioambiental e territorial da Amazônia.

4. RESULTADOS

Os resultados da análise estão apresentados em articulação com o referencial teórico da pesquisa, permitindo interpretar as evidências empíricas à luz dos campos da inovação socioambiental, agroecologia, governança em rede e economia solidária.

Os resultados obtidos neste estudo estão organizados em três capítulos, atendendo aos objetivos propostos, conforme exposto a seguir.

Ao longo do Capítulo I, intitulado “*Inovação socioambiental e cultura: conceitos estruturantes para a compreensão de processos mais complexos socioecológicos*” buscamos sistematizar os conceitos que estruturam a análise da Feira AGROUFAM como ambiente de inovação socioambiental e de fortalecimento da produção familiar amazônica.

No capítulo II, “*A agroecologia como movimento impulsionador de espaços de comercialização justa e solidária*”, procuramos averiguar os aspectos e as estratégias de inovação socioambiental praticados na Feira AGROUFAM para compreender o território de inovação socioambiental existente, a partir dos seus empreendimentos econômicos e solidários.

O Capítulo III, *AGROUFAM como um território de promoção da inovação socioambiental na Amazônia*, é a síntese do estudo, elaborado a partir dos dados coletados para realizar a análise empírica da Feira AGROUFAM. Esta parte do estudo é a mais importante, pois trata-se do diagnóstico elaborado a partir dos dados coletados *in loco*, expressando a percepção dos entrevistados e visando compreender os processos de experimentação, a aprendizagem coletiva e as tecnologias sociais desenvolvidas.

CAPÍTULO I - Inovação socioambiental e cultura: conceitos estruturantes para a compreensão de processos mais complexos socioecológicos

1. Introdução

O entendimento dos processos socioambientais que envolvem os empreendimentos da agricultura familiar na Amazônia exige uma abordagem interdisciplinar que considere a articulação entre os conceitos de cultura, território, inovação, governança e economia solidária. Esses conceitos não apenas estruturam o presente estudo como oferecem lentes teóricas e analíticas para compreender a Feira AGROUFAM enquanto ambiente de inovação socioambiental.

Neste capítulo, buscamos situar epistemologicamente cada um desses conceitos, dialogando com autores que subsidiam a interpretação da realidade amazônica. A análise da cultura, especialmente em seu entrelaçamento com os modos de vida e os saberes tradicionais, revela os sentidos simbólicos que estruturam a ação coletiva dos produtores familiares. O território, por sua vez, é compreendido como lugar de afetos e práticas, onde as experiências de resistência e de construção de alternativas se territorializam. A inovação, longe de se restringir ao viés tecnológico, é concebida em sua dimensão social e ambiental, como processo situado. A governança em rede e a economia solidária emergem como estratégias organizativas que viabilizam a autonomia produtiva e o fortalecimento de vínculos comunitários.

Essas categorias já foram mobilizadas em estudos sobre agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento territorial e economia solidária. Entretanto, permanece menos explorada sua articulação na análise de feiras da produção familiar inseridas em ambientes universitários. A especificidade da AGROUFAM reside em reunir, em um mesmo espaço, comercialização, extensão universitária, pesquisa, aprendizagem coletiva, organização social e circulação de saberes. A contribuição deste estudo consiste, portanto, em utilizar essas categorias de forma integrada para compreender como uma feira da agricultura familiar pode constituir-se como ambiente de inovação socioambiental.

Partindo dessas bases, o capítulo é estruturado em cinco seções temáticas que, de forma interligada, sustentam a análise dos processos observados na Feira AGROUFAM. A seguir, iniciamos pela discussão do conceito de cultura, com ênfase em sua ancoragem epistemológica e sua expressão no contexto amazônico.

A articulação adotada nesta dissertação parte da inovação socioambiental como categoria analítica central. A cultura permite compreender os valores, saberes e significados que orientam as práticas dos produtores; o território representa o espaço vivido e a condição

material em que essas práticas se desenvolvem; a governança em rede corresponde aos mecanismos de coordenação e decisão coletiva; a economia solidária orienta as relações de cooperação, autogestão e comercialização; e a agroecologia fornece a base socioprodutiva e ambiental dessas interações. A Figura 15 apresenta o modelo conceitual que orienta o desenvolvimento do capítulo e será retomado na interpretação dos resultados empíricos.

Figura 15. Esquema conceitual da inovação socioambiental.



Fonte: Elaboração própria (2025)

O modelo não pressupõe que essas categorias operem de maneira isolada. Na Feira AGROUFAM, elas se relacionam em um sistema no qual cultura, território, governança, agroecologia e economia solidária condicionam a emergência de práticas de inovação socioambiental. As seções seguintes desenvolvem cada categoria separadamente para, ao final, recompor suas interações na análise do objeto estudado.

2. O conceito de cultura

A cultura, em sua acepção mais ampla, constitui o alicerce simbólico, prático e relacional das sociedades humanas, sendo formada por um conjunto de valores, significados, saberes, técnicas, linguagens, crenças e modos de agir socialmente construídos e historicamente transmitidos. Trata-se de um conceito dinâmico, plural e relacional, que se transforma conforme os contextos sociais, políticos, econômicos e territoriais nos quais se insere. Assim, a cultura não pode ser compreendida como um conjunto estático de costumes, mas como um processo vivo, recriado nas práticas cotidianas dos sujeitos sociais.

No âmbito desta dissertação, a cultura é compreendida como categoria analítica estruturante, fundamental para a interpretação dos processos de inovação socioambiental observados na Feira AGROUFAM. Tal compreensão permite deslocar a análise de uma visão estritamente econômica ou produtivista da agricultura familiar, incorporando os sentidos simbólicos, os valores coletivos e os modos de vida que orientam as práticas produtivas, organizativas e comerciais dos empreendimentos familiares amazônicos.

Compreender a cultura como dimensão mediadora das relações entre sociedade e natureza é particularmente relevante no contexto amazônico, onde os modos de produção e reprodução da vida estão profundamente enraizados em saberes tradicionais, relações de reciprocidade e formas coletivas de organização social. Conforme destaca Laraia (2001), a cultura molda a percepção que os indivíduos têm do mundo, orienta comportamentos e estrutura as relações sociais, econômicas e ambientais. Dessa forma, ela atua como elemento organizador da ação coletiva, influenciando tanto as estratégias de sobrevivência quanto os processos de inovação e adaptação socioecológica.

Ao tratar da cultura no campo dos empreendimentos econômicos solidários, é necessário reconhecê-la como um fator que ultrapassa a dimensão identitária e assume papel central na definição das formas de organização do trabalho, da gestão coletiva e das relações de cooperação. A cultura, nesse sentido, reflete as práticas sociais existentes, e produz e orienta novas práticas, funcionando como base para a emergência de alternativas econômicas e sociais alinhadas à sustentabilidade e à justiça social.

No caso da Feira AGROUFAM, a cultura manifesta-se de forma concreta nas relações de confiança entre produtores e consumidores, na valorização dos saberes locais, na escolha por práticas agroecológicas e solidárias e na construção coletiva de regras e acordos que orientam o funcionamento da feira. Esses elementos revelam que a inovação observada nesse espaço é técnica ou organizacional, também é profundamente cultural, pois emerge de valores compartilhados, de identidades coletivas e de modos de vida territorialmente situados.

Dessa forma, compreender a cultura como elemento ativo, como pano de fundo, permite interpretar a Feira AGROUFAM como um espaço onde tradição e inovação se articulam de maneira criativa. A cultura local não se opõe à inovação; ao contrário, constitui o terreno fértil a partir do qual práticas inovadoras ganham sentido, legitimidade e sustentabilidade. Essa perspectiva rompe com leituras hegemônicas que associam inovação exclusivamente à ruptura com o passado, evidenciando que, no contexto amazônico, inovar frequentemente significa reinterpretar, adaptar e ressignificar saberes tradicionais diante de novos desafios socioambientais.

Nesse sentido, a cultura assume papel estratégico na compreensão dos processos analisados nos capítulos desta dissertação, especialmente no que se refere à governança em rede, à economia solidária e às práticas de inovação socioambiental presentes na AGROUFAM. Ao reconhecer a cultura como dimensão estruturante desses processos, torna-se possível compreender como os empreendimentos familiares constroem coletivamente alternativas econômicas sustentáveis, enraizadas no território e orientadas por valores de cooperação, solidariedade e pertencimento.

2.1. Ancoragem epistemológica do conceito de cultura

A cultura é um conceito central nas ciências sociais, tendo sido objeto de diferentes interpretações e abordagens ao longo do tempo. A antropologia social e a sociologia foram os campos pioneiros a sistematizar o termo. Edward B. Tylor (1871) inaugurou uma definição abrangente ao descrevê-la como “esse todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR, 1871, p. 1). Essa concepção, marcada por uma visão evolucionista e universalizante, foi fundamental para a consolidação do conceito, mas gradualmente passou a ser questionada, à medida que a diversidade cultural e as relações de poder ganharam centralidade no debate científico.

No século XX, autores como Franz Boas, Margaret Mead e Ruth Benedict enfatizaram o relativismo cultural, rompendo com a linearidade evolucionista. Clifford Geertz (2013) avançou ao propor uma abordagem interpretativa, compreendendo a cultura como “teias de significados que o homem mesmo teceu e nas quais está suspenso” (GEERTZ, 2013, p. 4). Lévi-Strauss (1975), em contrapartida, destacou a cultura como um sistema estruturado, regido por lógicas simbólicas universais, cujo desafio é “*descobrir a ordem subjacente à multiplicidade dos fenômenos sociais*” (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 15). Pierre Bourdieu (1983) aprofundou essa discussão ao articular a dimensão simbólica e material da cultura por meio do conceito de *habitus*, disposições internalizadas que moldam percepções e práticas. Para ele, “*o habitus produz práticas ajustadas às estruturas objetivas, mas também capazes de transformá-las*” (BOURDIEU, 1983, p. 65).

A cultura também é elemento estruturante das formas de organização econômica e empresarial. Geert Hofstede (1980), em seu estudo pioneiro sobre dimensões culturais em diferentes países, demonstrou que características como individualismo versus coletivismo, distância do poder e aversão à incerteza influenciam significativamente o comportamento

organizacional. Para o autor, “*a cultura é a programação coletiva da mente que distingue os membros de um grupo ou categoria de pessoas de outro*” (HOFSTEDE, 1980, p. 25). Edgar Schein (1985), por sua vez, contribuiu ao definir a cultura organizacional em três níveis interdependentes: os artefatos visíveis, os valores declarados e os pressupostos subjacentes. Segundo ele, “*a cultura é o padrão de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender a lidar com seus problemas de adaptação externa e integração interna*” (SCHEIN, 1985, p. 12).

No campo econômico, Joseph Schumpeter (1982) relaciona cultura e inovação ao destacar o papel do empreendedor como agente de mudança capaz de romper com rotinas estabelecidas por meio de processos de “*destruição criativa*” (SCHUMPETER, 1982, p. 83). Essa visão conecta cultura, desenvolvimento econômico e transformações estruturais, influenciando inclusive debates contemporâneos sobre bioeconomia, área estratégica para a Amazônia.

Abordagens críticas e territoriais, particularmente relevantes no contexto brasileiro, reforçam a necessidade de compreender a cultura de modo situado. Boaventura de Sousa Santos (2007), ao discutir o pensamento pós-abissal e a ecologia de saberes, destaca a necessidade de valorização de conhecimentos historicamente marginalizados pela epistemologia moderna. Para o autor, “*não há justiça social global sem justiça cognitiva global*” (SANTOS, 2007, p. 15). Milton Santos (2000) contribui ao analisar o território como construção social, resultado das interações entre sistemas técnicos globais e dinâmicas locais, destacando a resistência e a criatividade dos grupos subalternizados. Marilena Chauí (2006) discute como ideologia e cultura se entrelaçam na sociedade brasileira, produzindo desigualdades e hierarquias simbólicas: “*a ideologia é o modo pelo qual a cultura dominante se torna invisível*” (CHAUÍ, 2006, p. 28).

Essas reflexões dialogam com o campo da economia popular e solidária, no qual Paul Singer (2002) se tornou uma referência ao destacar a importância das práticas associativas, cooperativas e comunitárias na geração de trabalho e renda. Para ele, “*a economia solidária é uma alternativa concreta de organização econômica baseada na solidariedade*” (SINGER, 2002, p. 40).

A compreensão epistemológica da cultura, portanto, requer uma abordagem dialética e contextualizada, que considere simultaneamente dimensões simbólicas, materiais, organizacionais e territoriais. Reconhecer a cultura como força organizadora da ação coletiva permite compreender melhor como se estruturam práticas sociais e econômicas, inclusive aquelas voltadas à inovação e à transformação social. É nessa perspectiva que a presente

dissertação se ancora ao analisar a Feira AGROUFAM como ambiente de inovação socioambiental: compreendendo a cultura como pano de fundo, e como elemento ativo que orienta valores, comportamentos e estratégias em contextos amazônicos.

Nesse sentido, a ancoragem epistemológica adotada nesta dissertação compreende a cultura como um processo estruturante da ação social, que articula dimensões simbólicas, práticas e institucionais. Tal entendimento possibilita analisar os empreendimentos da Feira AGROUFAM como unidades produtivas, mas como expressões de um sistema cultural que orienta escolhas técnicas, relações econômicas e formas de organização coletiva. Essa abordagem é fundamental para interpretar, os capítulos posteriores, como valores culturais compartilhados influenciam a governança, a cooperação e os processos de inovação socioambiental observados no território.

2.2. A cultura no contexto amazônico

Na Amazônia, a cultura assume formas singulares, marcadas pela relação histórica e simbiótica entre os povos e o ambiente natural. As práticas sociais, produtivas e simbólicas desenvolvidas por agricultores familiares, ribeirinhos, indígenas, extrativistas e demais populações tradicionais revelam uma cultura de resistência, de adaptação ecológica e de construção coletiva de alternativas de vida. Trata-se de uma cultura situada, enraizada no território e moldada pelas especificidades do bioma amazônico.

Como destaca Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável na Amazônia precisa considerar a centralidade da cultura como fator de mediação entre natureza e sociedade. O saber local, a gestão tradicional dos recursos naturais, as práticas de manejo e os códigos culturais que regem a produção e o consumo são elementos que compõem uma ecologia de saberes (SANTOS, 2009), necessária para pensar alternativas realmente sustentáveis na região.

A cultura amazônica se expressa, por exemplo, na valorização da oralidade, na reciprocidade nas relações sociais, na partilha dos bens e dos saberes, na vinculação afetiva com a terra e com as águas. Essas características influenciam diretamente os modos de organização produtiva, como nos empreendimentos de economia solidária, que se estruturam a partir da cooperação, da autogestão e do pertencimento comunitário.

Na Feira AGROUFAM, tais elementos culturais estão visivelmente presentes. As relações entre produtores, consumidores e instituições de apoio são permeadas por vínculos de confiança e por dinâmicas de trocas simbólicas, que vão além da simples lógica mercantil. A feira é vivida como espaço de comercialização, como espaço de convivência, de afirmação identitária e de circulação de saberes. Essa dimensão cultural é importante na compreensão do

seu papel enquanto habitat de inovação socioambiental.

Fraxe et al. (2015) argumentam que as feiras livres organizadas por agricultores familiares na Amazônia funcionam como espaços de sociabilidade e de práticas culturais compartilhadas, favorecendo o fortalecimento da identidade coletiva e das redes de solidariedade. São lugares onde se articula a tradição e a inovação, o saber ancestral e o conhecimento técnico, promovendo a construção de soluções localizadas para os desafios socioambientais contemporâneos.

No âmbito da Feira AGROUFAM, esses elementos culturais se expressam na valorização dos produtos locais, na troca de saberes entre produtores, na construção coletiva de normas e na relação direta com os consumidores. A feira configura-se, assim, como um espaço onde a cultura amazônica é continuamente atualizada e ressignificada, articulando tradição e inovação. Essa dinâmica evidencia que os processos analisados nesta pesquisa estão profundamente enraizados em uma cultura territorial específica, cuja compreensão é indispensável para a análise da inovação socioambiental e da governança em rede desenvolvidas no contexto da AGROUFAM.

A análise da cultura como elemento estruturante das práticas sociais e produtivas conduz, necessariamente, à reflexão sobre o território, entendido não apenas como espaço físico, mas como lugar vivido, carregado de significados, memórias e relações de poder. É no território que a cultura se materializa, se reproduz e se transforma, tornando-se inseparável das dinâmicas socioambientais e dos processos de inovação analisados neste estudo. Assim, a compreensão do conceito de território aprofunda e complementa a discussão cultural, oferecendo uma base fundamental para a análise da Feira AGROUFAM enquanto ambiente de inovação socioambiental territorialmente enraizado.

3. O conceito de território

A noção de território é central para a compreensão das relações socioespaciais que estruturam as práticas da agricultura familiar e da economia solidária na Amazônia. Trata-se de um conceito que vai além da dimensão física ou geográfica, incorporando aspectos simbólicos, afetivos, políticos e culturais. O território é, simultaneamente, um espaço material e um lugar vivido, apropriado e ressignificado pelos sujeitos sociais.

Do ponto de vista teórico, o território pode ser compreendido como uma construção social que resulta da apropriação e controle de um espaço por parte de um grupo, comunidade ou instituição. Essa apropriação envolve a ocupação física, e também o domínio sobre os usos, significados e fluxos que atravessam esse espaço. Assim, o território se distingue do espaço

natural por estar impregnado de relações de poder, identidades e práticas sociais historicamente construídas (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004).

No contexto da Feira AGROUFAM, o território emerge como resultado das interações entre os empreendimentos familiares, a universidade, os consumidores e os atores institucionais que colaboram para sua existência. Ele é o palco das práticas cotidianas, dos arranjos produtivos, das expressões culturais e das estratégias de inovação socioambiental. É nesse território que se materializam os laços de pertencimento, os circuitos econômicos solidários e as trocas simbólicas que sustentam a feira enquanto ambiente inovador.

Nesse sentido, o território se materializa as práticas culturais, as relações de cooperação e os arranjos institucionais que sustentam processos inovadores. A inovação, compreendida como processo social e coletivo, não ocorre de forma descolada do território, mas se constrói a partir das condições materiais, simbólicas e institucionais presentes em cada contexto territorial específico.

A Feira AGROUFAM insere-se nesse debate como um território de articulação entre produção, comercialização e sociabilidade, no qual agricultores familiares constroem coletivamente estratégias de geração de renda, valorização cultural e sustentabilidade socioambiental. A feira configura-se como um espaço de convergência de múltiplas territorialidades, conectando áreas rurais e urbanas, saberes tradicionais e conhecimentos técnicos, práticas produtivas e relações de consumo responsável.

Assim, ao compreender o território como categoria analítica central, esta dissertação reconhece que os processos observados na AGROUFAM são indissociáveis do contexto territorial amazônico no qual se inserem. Essa perspectiva permite analisar a feira como um espaço físico de comercialização, e como um território de inovação socioambiental, no qual se articulam cultura, governança em rede e economia solidária.

3.1. O conceito como espaço

A concepção clássica de espaço, conforme formulada por Milton Santos (1978; 1979), é fundamental para entender o território em sua dimensão material e relacional. Para o autor, o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo ao mesmo tempo produto das relações sociais e condição para sua reprodução. Ele é, portanto, o lócus onde se realizam as interações entre natureza e sociedade, entre técnica e cultura, entre o passado e o presente.

O espaço, segundo Santos, é sempre um espaço produzido, marcado por fluxos, permanências e desigualdades. Ele é palco das disputas econômicas, políticas e simbólicas que

conformam a organização da sociedade. Nesse sentido, o espaço da feira livre, como a AGROUFAM, não pode ser visto apenas como um local físico onde produtos são vendidos. Trata-se de um espaço socialmente produzido, no qual se expressam as relações de poder, as estratégias de sobrevivência e os projetos de futuro das famílias agricultoras amazônicas.

Henri Lefebvre (1976) também contribui significativamente para a compreensão do espaço como produto social. Ele distingue três dimensões do espaço: o espaço concebido (planejado, institucional), o espaço percebido (vivenciado no cotidiano) e o espaço vivido (cheio de símbolos e significados). A Feira AGROUFAM, nessa perspectiva, é ao mesmo tempo uma política institucional da universidade, um cotidiano de trabalho e sociabilidade para os produtores familiares, e um espaço simbólico de afirmação da cultura camponesa e dos valores da sustentabilidade.

A relação entre cultura e espaço é inseparável, especialmente em contextos de produção familiar e economia solidária. O espaço se torna território quando é impregnado de sentido, de memória e de vínculos afetivos. Como afirma Santos (1979), o espaço é a morada do homem, o lugar onde se inscrevem os sentidos da existência social. Esse entrelaçamento é visível na Feira AGROUFAM, onde os saberes locais, os produtos regionais e as relações interpessoais transformam o espaço físico em um território identitário.

Tais vínculos são fortalecidos pela presença contínua dos mesmos produtores familiares, pela interação direta com os consumidores, pela troca de saberes e experiências e pela construção coletiva das práticas de gestão. A feira, nesse sentido, torna-se um espaço de expressão cultural e de valorização das territorialidades amazônicas. Ela representa um microcosmo do território regional, condensando práticas, produtos e relações que expressam o modo de vida das populações da floresta.

3.2. O território como lugar

A noção de lugar, distinta e complementar à de espaço, está associada ao sentimento de pertencimento, à memória coletiva e às experiências sensoriais que os indivíduos compartilham em relação a determinado ambiente. Yi-Fu Tuan (1983) afirma que o espaço se transforma em lugar quando carrega significados afetivos. Para ele, “o espaço permite o movimento, mas o lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que a localização se torne lugar” (TUAN, 1983, p. 6). Essa dimensão é essencial para compreender a vivência dos produtores familiares da Feira AGROUFAM. Ali, o lugar não é apenas um ponto de venda: é o espaço da convivência, da celebração da identidade, da construção de laços sociais e da resistência simbólica frente às lógicas excludentes do mercado convencional. A feira transforma o Campus

Universitário em um lugar de sociabilidade agroecológica, de reconhecimento mútuo e de construção coletiva de alternativas sustentáveis.

Nessa perspectiva, Enrique Leff (2001) contribui ao compreender o território como espaço de racionalidades diversas, no qual coexistem distintas formas de apropriação da natureza e diferentes epistemologias. Ele defende a valorização dos saberes tradicionais e locais como fundamento para a sustentabilidade, promovendo uma ecologia de saberes contra-hegemônica e crítica à homogeneização do conhecimento. De forma complementar, Ignacy Sachs (2002) propõe que o território seja entendido como uma unidade ecológica e cultural, na qual as dimensões sociais, econômicas e ambientais se interligam. Para o autor, é no território que se articulam os processos de sustentabilidade, e a territorialização das políticas e práticas sociais é condição necessária para um modelo de desenvolvimento mais justo e equitativo.

Ao articular as perspectivas de Tuan (1983), Leff (2001) e Sachs (2002), compreende-se que o território amazônico, com suas especificidades socioambientais e culturais, não pode ser pensado a partir de modelos genéricos ou universalizantes. O território deve ser analisado como um espaço de significados, de disputas e de construção coletiva. A Feira AGROUFAM representa um exemplo concreto dessa perspectiva: mais do que um espaço físico, é um lugar simbólico e político, enraizado nos saberes locais e orientado por princípios de justiça social, solidariedade e sustentabilidade. Essa concepção será fundamental para compreender como se estruturam as dinâmicas de cooperação, autogestão e resistência cultural que emergem nesse ambiente, fortalecendo a economia popular e solidária na Amazônia.

O conceito de topofilia, também desenvolvido por Yi-Fu Tuan (1980), refere-se à ligação afetiva entre as pessoas e os lugares. Essa afeição não se limita à dimensão emocional, mas envolve também aspectos culturais, sociais e simbólicos que permeiam a experiência dos indivíduos com o espaço que habitam. Para Tuan (1980, p. 93), “a topofilia é o amor pelo lugar, a maneira como os lugares moldam nossa identidade e nossas relações sociais”.

Na Feira AGROUFAM, essa relação afetiva é evidente: os produtores familiares se reconhecem naquele espaço não apenas como um local de comercialização, mas como um território de pertencimento. Esse vínculo está associado à memória coletiva, às experiências compartilhadas e à possibilidade de expressar identidades culturais e histórias de luta. A feira, portanto, se configura como um território vivido, construído cotidianamente nas relações de sociabilidade, de cooperação e de resistência simbólica frente às lógicas excludentes do mercado convencional.

Essa topofilia contribui para a coesão social e para o engajamento coletivo, fortalecendo dinâmicas de autogestão e práticas solidárias que caracterizam a economia popular na

Amazônia. Mais do que uma feira, o espaço torna-se um marco de reconhecimento mútuo, onde se constroem redes de confiança e se projetam alternativas sustentáveis enraizadas nos saberes locais. Essa perspectiva reafirma a concepção de território apresentada anteriormente: um espaço carregado de significados, de afetos e de práticas sociais que moldam a inovação socioambiental e fortalecem as estratégias coletivas.

A análise do território como lugar e da topofilia evidencia que a Feira AGROUFAM ultrapassa a condição de um simples espaço de comercialização. Ela se constitui como um território vivido, permeado por significados culturais, afetos e práticas coletivas que fortalecem os vínculos comunitários e a construção de alternativas socioambientais. Essa dimensão simbólica e política do território é fundamental para compreender os processos de inovação e autogestão presentes na feira, pois sustenta as redes de cooperação, solidariedade e resistência frente às dinâmicas excludentes do mercado convencional. A partir dessa compreensão mais ampla do território e dos laços afetivos que nele se enraízam, é possível avançar para a análise de outros conceitos que estruturam a presente dissertação, como a governança em rede e a economia popular e solidária, que se articulam intimamente às práticas observadas no espaço da Feira AGROUFAM.

A discussão do território como lugar permite, portanto, superar leituras reducionistas que o compreendem apenas como recorte geográfico ou espaço de circulação de mercadorias. O território é vivido, sentido e continuamente produzido pelas práticas sociais, pelos afetos e pelas relações de poder que nele se estabelecem. Essa concepção é central para compreender a Feira AGROUFAM, que se configura como um território de sociabilidade agroecológica, no qual se expressam identidades, memórias e projetos coletivos. Reconhecer o território nessa dimensão simbólica, cultural e política é essencial para analisar os processos de inovação socioambiental que se desenvolvem a partir dele, especialmente quando articulados às estratégias de economia popular e solidária na Amazônia.

A compreensão do território como espaço socialmente construído e atravessado por múltiplas territorialidades conduz à reflexão sobre os processos de inovação que emergem desses contextos específicos. Ao reconhecer que a inovação se enraíza nas condições culturais, ambientais e institucionais dos territórios, torna-se possível compreender a inovação socioambiental como um fenômeno territorializado, cuja análise exige a articulação entre práticas locais, arranjos coletivos e formas de governança. Essa abordagem orienta a discussão da seção seguinte, dedicada ao conceito de inovação socioambiental.

4. O conceito de inovação

No debate contemporâneo sobre desenvolvimento sustentável, a inovação ocupa papel central, sendo reconhecida como instrumento fundamental para a transformação das estruturas econômicas, sociais e ambientais. Entretanto, é necessário desconstruir o entendimento tradicional que reduz a inovação ao campo tecnológico-industrial, geralmente vinculado à lógica de mercado, da competitividade e do crescimento econômico.

Esse modelo dominante tende a privilegiar inovações tecnológicas formais, geradas em centros empresariais e científicos, ignorando práticas inovadoras originadas em territórios periféricos e culturalmente situados e obscurecendo a dimensão sociotécnica da inovação, entendida como resultado de redes heterogêneas de atores humanos e não humanos (LATOUR, 1994; 2000). Como ressalta Dagnino (2014, p. 52), “*o conceito tradicional de inovação desconsidera a diversidade de atores e de contextos em que ocorrem processos inovativos, limitando-se a métricas do mercado*”.

Ao tratar da agricultura familiar amazônica, torna-se urgente adotar um enfoque mais plural e territorializado da inovação, que valorize as especificidades culturais, sociais e ambientais dos territórios. Lastres e Cassiolato (2005, p. 14) defendem que “*os processos de inovação devem ser compreendidos como fenômenos socialmente construídos, enraizados em sistemas produtivos locais e regionais*”. Essa abordagem, denominada inovação inclusiva ou social, desloca o foco do mercado para a coletividade, priorizando a equidade e a sustentabilidade nos processos de transformação social.

Um elemento-chave desse debate é a distinção entre invenção e inovação. Fagerberg (2005, p. 5) lembra que “*invenção é a criação original de uma ideia ou tecnologia, enquanto inovação corresponde à sua aplicação bem-sucedida, gerando impactos concretos*”. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2018, p. 20) reforça que “*a inovação ocorre quando um produto, processo, método de marketing ou arranjo organizacional é introduzido com êxito, resultando em ganhos sociais, ambientais ou econômicos*”. Portanto, o simples surgimento de algo novo não configura, por si só, uma inovação: é necessário que esse novo elemento produza mudanças significativas no tecido social.

Essa perspectiva é particularmente relevante para a agricultura familiar amazônica, na qual muitas práticas e tecnologias não derivam de invenções formais, mas de processos coletivos de experimentação e adaptação contínua, baseados em saberes tradicionais acumulados ao longo de gerações. Segundo Viana et al. (2021, p. 118), “*os processos inovativos*

na agroecologia frequentemente emergem de práticas camponesas invisibilizadas, que desafiam o paradigma tecnológico dominante”. No campo da agroecologia, por exemplo, surgem técnicas de cultivo adaptadas aos regimes hídricos amazônicos, estratégias colaborativas de organização do trabalho e mecanismos solidários de comercialização.

A inovação socioambiental, neste trabalho, é compreendida como um processo coletivo e relacional, enraizado no território, que visa produzir soluções adaptadas às realidades locais, buscando simultaneamente a melhoria da qualidade de vida, a justiça social e a conservação ambiental (DAGNINO, 2014; LASTRES; CASSIOLATO, 2005). Tal perspectiva aproxima-se da crítica de Latour à separação moderna entre natureza e sociedade, ao reconhecer que as inovações resultam de associações entre diferentes saberes, artefatos e coletivos que compõem redes sociotécnicas complexas (LATOUR, 1994; 2000).

A Feira AGROUFAM constitui um exemplo emblemático desse tipo de inovação, ao se configurar como um espaço onde práticas produtivas sustentáveis, relações solidárias e arranjos organizativos coletivos se articulam em um ambiente territorialmente situado. A inovação observada nesse contexto manifesta-se menos pela introdução de tecnologias disruptivas e mais pela construção de processos sociais inovadores, como a gestão coletiva, a valorização dos produtos locais, a aproximação entre produtores e consumidores e o fortalecimento de redes de cooperação.

Essa compreensão permite afirmar que a inovação socioambiental analisada nesta dissertação possui caráter predominantemente processual, conforme discutido por Bignetti (2011), emergindo da interação cotidiana entre os sujeitos envolvidos e da construção coletiva de soluções adaptadas à realidade amazônica. Essa característica será explorada nos capítulos empíricos, especialmente na análise dos dados qualitativos produzidos junto aos atores da AGROUFAM.

Assim, ao adotar a inovação socioambiental como categoria central de análise, esta pesquisa reconhece que as transformações observadas na Feira AGROUFAM não podem ser compreendidas de forma isolada, mas como resultado da articulação entre cultura, território, governança e economia solidária. Essa abordagem integrada fornece o suporte teórico necessário para interpretar os processos empíricos analisados nos capítulos subsequentes, evidenciando a feira como um ambiente de inovação socioambiental da produção familiar amazônica.

4.1. Tipologias da inovação em contextos de economia solidária

As tipologias clássicas de inovação, amplamente difundidas por organismos internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), oferecem uma base importante para a compreensão dos diferentes tipos de inovação. Segundo a OCDE (2018), as inovações podem ser classificadas em quatro categorias principais: inovação de produto, de processo, de marketing e organizacional. Embora essa classificação seja amplamente utilizada em estudos sobre inovação, ela foi originalmente formulada a partir de contextos empresariais e industriais, o que limita sua aplicação direta a realidades como a economia solidária e a produção familiar.

Diante dessas limitações, diversos autores têm proposto a ampliação e a resignificação dessas tipologias, de modo a contemplar dimensões sociais, ambientais, territoriais e institucionais da inovação. Gamboa e Fischmann (2018) destacam que, em contextos nos quais a lógica do lucro não é o eixo central, a inovação assume características distintas, orientadas por valores como cooperação, sustentabilidade e inclusão social. Nesses casos, inovar não significa necessariamente introduzir novos produtos no mercado, mas transformar práticas, relações sociais e formas de organização coletiva.

A inovação social refere-se à criação de novas práticas sociais capazes de responder a necessidades coletivas não atendidas pelas estruturas tradicionais do Estado ou do mercado. Na Feira AGROUFAM, essa tipologia manifesta-se na articulação solidária entre os empreendimentos, na construção de mecanismos de autogestão democrática e na criação de espaços de decisão coletiva, que fortalecem a autonomia dos produtores familiares e promovem a inclusão social.

A inovação ambiental, por sua vez, diz respeito à incorporação de práticas produtivas orientadas pela sustentabilidade ecológica, como o uso de bioinsumos, a compostagem, o reaproveitamento de resíduos e a adoção de sistemas agroflorestais adaptados às condições amazônicas. Essas práticas não apenas reduzem impactos ambientais, mas também reforçam a resiliência dos sistemas produtivos e a valorização dos saberes locais.

Já a inovação territorial envolve a reconfiguração das dinâmicas locais por meio do fortalecimento de redes de cooperação entre produtores, consumidores e instituições. A Feira AGROUFAM atua como um elo articulador entre territórios de produção, situados em comunidades rurais, e territórios de consumo, como a universidade e a cidade, promovendo a integração campo–cidade e ampliando as possibilidades de circulação de produtos, saberes e relações sociais.

Por fim, a inovação institucional ocorre quando há transformações nos arranjos de governança e nas formas de articulação com políticas públicas e instrumentos de fomento. Esse tipo de inovação pode ser observado nos processos de acesso a editais, certificações diferenciadas e programas de apoio à agricultura familiar e à economia solidária, que exigem novas capacidades organizativas e institucionais dos empreendimentos envolvidos.

Neste estudo, assume-se que os processos inovadores observados na Feira AGROUFAM e na Rede Poranga dizem respeito, predominantemente, a inovações sociais e organizacionais, de caráter processual, enraizadas em contextos de economia solidária e de agricultura familiar amazônica. Em diálogo com OCDE (2018), Gamboa e Fischmann (2018) e Cunha e Hildebrand (2023), compreende-se que tais inovações não se expressam, prioritariamente, por novos produtos ou tecnologias, mas pela transformação de práticas de gestão, arranjos associativos, formas de comercialização e relações de cooperação em rede.

No interior desse quadro, a Rede Poranga é analisada como um processo de inovação em processos sociais e organizacionais que, no contexto específico da Feira AGROUFAM, assume feições radicais, por reconfigurar de maneira qualitativa a governança, o modelo de financiamento solidário e a articulação entre universidade, empreendimentos familiares e instituições parceiras, articulando dimensões sociais, territoriais e socioambientais da inovação.

4.2. A abordagem ambiental na inovação

A incorporação da dimensão ambiental ao debate sobre inovação intensificou-se a partir da chamada virada socioambiental nas teorias do desenvolvimento e nas políticas públicas. Nesse contexto, diversos autores passaram a questionar a racionalidade hegemônica do mercado, propondo modelos de inovação orientados por critérios ecológicos, éticos e sociais. Essa abordagem reconhece que os processos inovadores precisam considerar os limites ecológicos do planeta e as desigualdades socioambientais historicamente produzidas.

Leff (2001) propõe o conceito de racionalidade ambiental como uma alternativa à lógica econômica dominante, defendendo a incorporação dos saberes locais, da diversidade cultural e dos ciclos naturais nos processos produtivos e inovadores. Para o autor, inovar significa redefinir o valor, o uso e o sentido das tecnologias, orientando-as para a sustentabilidade da vida e para o bem viver, e não apenas para a maximização do lucro.

Em diálogo com essa perspectiva, Latour (1994; 2000) questiona a separação moderna entre natureza e sociedade, argumentando que vivemos em coletivos híbridos, nos quais humanos e não humanos se inter-relacionam na produção de mundos comuns. Essa abordagem reforça a necessidade de compreender a inovação como um rearranjo das relações entre sujeitos,

tecnologias e ambientes naturais, superando visões reducionistas que tratam a natureza como mero recurso.

A inovação socioambiental emerge, assim, como uma alternativa crítica à racionalidade hegemônica, ao articular justiça social, equilíbrio ecológico e participação coletiva. Conforme destaca Gutiérrez (2016), ela consiste na criação e institucionalização de novas formas de ação coletiva que promovem o equilíbrio entre as necessidades humanas e os ciclos naturais. Essa concepção implica respeitar os tempos da natureza, reduzir impactos ambientais e fortalecer práticas econômicas mais justas e solidárias.

Na Feira AGROUFAM, essa abordagem se concretiza em práticas como a priorização de produtos livres de agrotóxicos, o uso de materiais recicláveis, a gestão responsável de resíduos sólidos, a produção agroecológica e a adoção de cadeias curtas de comercialização. Tais práticas evidenciam uma inovação que emerge da interface entre saberes populares, princípios ético-políticos e experimentações coletivas, reafirmando o caráter socioambiental dos processos analisados nesta pesquisa.

4.3. Inovação enraizada no território

A compreensão da inovação como processo enraizado no território implica reconhecer que o território como o espaço onde a inovação ocorre, mas um de seus principais agentes constitutivos. Conforme argumentam Dias e Silva (2022), a inovação territorial pressupõe o reconhecimento das especificidades socioambientais de cada lugar, das redes de atores que o compõem e da história viva das comunidades que nele habitam. Nessa perspectiva, não se trata de “introduzir” inovação em um território, mas de identificar, valorizar e potencializar as inovações que já existem, muitas vezes invisibilizadas pelas abordagens hegemônicas.

A Feira AGROUFAM expressa de forma concreta essa lógica de inovação enraizada. Os empreendimentos que a compõem são oriundos de territórios diversos, cada um com saberes, práticas produtivas e trajetórias próprias. Ao se articularem no espaço da feira, esses sujeitos não compartilham apenas produtos, mas também conhecimentos, desafios, estratégias de manejo e formas de organização social.

O território atua como fonte de inovação ao reunir condições materiais, culturais e simbólicas que favorecem a experimentação de novas formas de produzir, comercializar e conviver. A inovação emerge da interação entre os diferentes territórios representados na feira, fortalecendo redes de cooperação e ampliando as possibilidades de construção coletiva de soluções socioambientais adaptadas à realidade amazônica.

4.4. Ambientes de inovação na Amazônia

O conceito de ambientes de inovação, amplamente difundido a partir das contribuições de Etzkowitz e Leydesdorff (2000) sobre a “hélice tríplice”, oferece importantes subsídios para compreender a articulação entre universidade, Estado e setor produtivo na geração de inovação. No entanto, no contexto amazônico, esses ambientes assumem configurações singulares, profundamente enraizadas em experiências comunitárias, socioterritoriais e solidárias.

Segundo Figueiredo, Gomes e Costa (2021), os ecossistemas de inovação amazônicos são constituídos por uma multiplicidade de atores, incluindo movimentos sociais, coletivos juvenis, associações de mulheres, universidades, institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil e empreendimentos da economia solidária. Esses ambientes operam a partir de outras temporalidades, epistemologias e prioridades, nas quais o fortalecimento dos modos de vida tradicionais e a defesa dos bens comuns ocupam lugar central.

A Feira AGROUFAM insere-se nesse ecossistema como um ambiente de inovação territorializada, no qual se articulam universidade, campo e cidade, ciência acadêmica e saberes populares, tecnologias sociais e redes de afetos. Ao funcionar como um laboratório vivo, a feira possibilita a experimentação de soluções socioambientais, o compartilhamento de experiências e a construção coletiva de alternativas para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

A compreensão da inovação socioambiental como um processo coletivo, territorializado e orientado por valores compartilhados conduz, necessariamente, à reflexão sobre os arranjos de governança que sustentam e viabilizam essas experiências. Ao considerar que a inovação emerge da interação entre múltiplos atores, torna-se fundamental analisar as formas de coordenação, tomada de decisão e gestão coletiva que estruturam esses processos. Nesse sentido, a discussão sobre governança em rede oferece um referencial analítico indispensável para compreender a dinâmica organizativa da Feira AGROUFAM, tema abordado na seção seguinte.

4.5. Inovação em processos sociais e organizacionais

As discussões clássicas sobre inovação, em geral, enfatizam mudanças em produtos e tecnologias, associadas ao aumento de produtividade e competitividade em ambientes empresariais. No entanto, em contextos marcados pela economia solidária, pela agricultura familiar e por arranjos territoriais de cooperação, a inovação tende a se expressar de forma predominante em processos sociais e organizacionais, isto é, em novas maneiras de organizar o trabalho, tomar decisões, gerir recursos e estabelecer relações entre atores.

Para Bignetti (2011) e Mulgan (2006), a inovação em processos sociais está relacionada à criação e disseminação de práticas coletivas que respondem a necessidades sociais de forma mais eficaz, equitativa ou sustentável do que as soluções vigentes, podendo envolver desde novos formatos de participação até metodologias colaborativas de diagnóstico e planejamento. Já a inovação organizacional refere-se a mudanças nas estruturas de gestão, nos mecanismos de coordenação e nas rotinas institucionais que reconfiguram a forma como as organizações operam e se relacionam com seus públicos.

Em experiências de economia solidária e agroecologia, essas duas dimensões aparecem profundamente entrelaçadas: arranjos autogestionários, fundos solidários, comitês gestores colegiados, redes de comercialização e o uso de metodologias participativas constituem exemplos concretos de inovação em processos, ainda que não envolvam, necessariamente, tecnologias novas no sentido convencional. Cunha e Hildebrand (2023) destacam que, em contextos periféricos, a inovação frequentemente se materializa na capacidade de produzir arranjos organizativos criativos em condições de escassez, articulando valores de cooperação, reciprocidade e sustentabilidade socioambiental.

Nesta dissertação, a categoria de inovação em processos sociais e organizacionais é central para a análise da Feira AGROUFAM e da Rede Poranga, uma vez que as transformações observadas se concentram, sobretudo, na forma como os empreendimentos familiares se organizam, planejam, comercializam e constroem coletivamente sua governança em rede. Mecanismos como o Fundo Solidário, o Comitê Gestor, o Regimento Interno da Feira e as oficinas participativas (Matriz SWOT e Café Mundial) serão discutidos, nos capítulos empíricos, como expressões dessas inovações em processos, situadas em um ambiente territorial específico e orientadas por princípios da agroecologia e da economia solidária.

5. O conceito de governança

A governança constitui uma categoria analítica importante na compreensão dos processos de coordenação, tomada de decisão e gestão coletiva em contextos nos quais a ação social envolve múltiplos atores, interesses e escalas. Diferentemente das abordagens tradicionais centradas exclusivamente no Estado ou no mercado, o conceito de governança enfatiza os arranjos institucionais e relacionais que emergem da interação entre sujeitos sociais, organizações e instituições, especialmente em caráter coletivo e territorializado.

A noção de governança ganhou centralidade nos estudos de políticas públicas, gestão participativa e desenvolvimento sustentável, especialmente a partir dos anos 1990. Ainda que fortemente marcada por influências da gestão empresarial e das reformas neoliberais do Estado,

a categoria vem sendo ressignificada por diferentes campos teóricos e experiências práticas de organização social.

Em seu sentido mais amplo, governança pode ser entendida como o conjunto de mecanismos, processos e instituições por meio dos quais diferentes atores – estatais e não estatais – exercem poder, tomam decisões, implementam ações e buscam alcançar objetivos comuns (FREY, 2020). Essa concepção remete a uma lógica de multipolaridade decisória, em que o Estado já não é o único nem necessariamente o principal ator de planejamento e regulação.

No entanto, como alertam Dardot e Laval (2016), a noção de governança foi amplamente instrumentalizada pelos organismos multilaterais como ferramenta para o deslocamento da responsabilidade pública sobre os direitos sociais, promovendo uma “*governamentalidade neoliberal*” que transfere à sociedade civil a execução de serviços sem o devido suporte institucional. Nessa perspectiva crítica, pensar a governança implica interrogar os arranjos de poder, os mecanismos de exclusão e as possibilidades de participação real e emancipatória dos sujeitos.

A concepção dominante de governança, formulada no contexto das reformas neoliberais do Estado, define o conceito como uma nova forma de gestão pública mais eficiente, descentralizada e responsiva. Nesse modelo, promovido por autores como Osborne e Gaebler (1993) e difundido por instituições como o Banco Mundial, o Estado assume uma função “coordenadora”, enquanto a sociedade civil organizada e o setor privado passam a desempenhar papéis executores.

Essa concepção, ainda hoje presente nos marcos legais e programas de “governança pública” no Brasil (BRASIL, 2017), está associada à ideia de *accountability*, ao foco em resultados e à criação de mecanismos de controle social. Contudo, como apontam Behring (2011) e Salvador (2017), essa racionalidade tende a despolitizar as relações sociais, reduzir o papel do Estado na garantia de direitos e transferir responsabilidades aos sujeitos mais vulnerabilizados.

No campo do desenvolvimento rural e das políticas voltadas à agricultura familiar, esse tipo de governança frequentemente se expressa em termos de parcerias público-privadas e editais de fomento, sem necessariamente promover o empoderamento dos territórios ou o protagonismo das populações locais.

Em contraponto à concepção funcionalista da governança, diversas abordagens críticas e progressistas vêm sendo formuladas, especialmente a partir dos campos da ecologia política, da economia solidária, da gestão de bens comuns e da teoria dos sistemas colaborativos.

A governança em rede, conforme definida por Klijn e Koppenjan (2016), refere-se à

articulação horizontal e interdependente de múltiplos atores – públicos, privados, comunitários – em torno de objetivos comuns, compartilhando recursos, informações e poder de decisão. Essa abordagem reconhece que os problemas sociais complexos não podem ser resolvidos por uma única instituição, exigindo cooperação intersetorial e aprendizagem coletiva.

Para Ansell e Gash (2008), a governança colaborativa ocorre quando os atores envolvidos compartilham responsabilidades, deliberam conjuntamente e constroem relações de confiança mútua ao longo do tempo. Esses autores destacam a importância de estruturas deliberativas, mediadores institucionais e regras claras para o funcionamento eficaz de redes colaborativas.

No contexto brasileiro, estudiosos como Gaiger (2011), Dagnino (2014) e Cunha (2022) têm aplicado essas noções à análise das redes de economia solidária, das cooperativas autogestionárias e das experiências de governança territorial promovidas por movimentos sociais. Nesses casos, a governança é vista como expressão da ação coletiva, do fortalecimento de vínculos de confiança e da construção de projetos políticos ancorados no território.

Do ponto de vista teórico, a governança refere-se aos mecanismos por meio dos quais os atores sociais coordenam suas ações em contextos marcados pela interdependência. Rhodes (1997) define a governança como um sistema de redes interorganizacionais caracterizado pela negociação, pela cooperação e pela ausência de hierarquias rígidas. De forma complementar, Kooiman (2003) enfatiza que a governança emerge da interação entre atores públicos e privados, configurando processos de coprodução de decisões e políticas.

Essa abordagem desloca o foco da autoridade formal para os processos de articulação, reconhecendo que a coordenação da ação coletiva depende de fatores como confiança, reciprocidade, legitimidade e valores compartilhados. Assim, a governança não se reduz à existência de normas ou estruturas institucionais, mas envolve práticas cotidianas de diálogo, mediação de conflitos e construção de consensos.

Para esta pesquisa, a governança é abordada em chave emancipatória, com base em experiências territoriais de organização coletiva, gestão de bens comuns e economia solidária. A Feira AGROUFAM representa um desses espaços, onde a governança é construída cotidianamente de forma processual, horizontal e situada, a partir da interação entre os diversos sujeitos envolvidos – produtores, universidade, consumidores e instituições parceiras.

5.1. Governança em rede e contextos territoriais

A noção de governança em rede é particularmente relevante para a análise de iniciativas territorializadas, nas quais diferentes atores se articulam em torno de objetivos comuns. Esses

arranjos em rede caracterizam-se pela horizontalidade das relações, pela flexibilidade organizacional e pela interdependência entre os participantes.

Em contextos como o da agricultura familiar e da economia solidária, a governança em rede possibilita a articulação entre produtores, consumidores, universidades, organizações da sociedade civil e instituições públicas, ampliando as capacidades coletivas de ação. Trata-se de um modelo de governança que reconhece o território como espaço de relações sociais, no qual as decisões são construídas a partir da interação entre diferentes saberes, experiências e interesses.

Na Amazônia, esses arranjos assumem contornos específicos, uma vez que os territórios são marcados por diversidade sociocultural, assimetrias de poder e desafios socioambientais complexos. A governança em rede, nesse contexto, torna-se um instrumento fundamental para a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, favorecendo práticas mais democráticas e sustentáveis.

A autogestão é um princípio organizativo presente em muitas das experiências de governança da agricultura familiar e da economia solidária na Amazônia. Inspirada em tradições cooperativistas, comunitárias e indígenas, a autogestão valoriza o protagonismo dos sujeitos, a horizontalidade nas decisões e a construção coletiva de regras e estratégias.

Segundo Coraggio (2016), a autogestão é uma técnica organizacional, que tem uma dimensão ética e política que transforma as relações sociais e redefine o papel dos sujeitos na produção da vida. No caso amazônico, essa prática está presente em conselhos territoriais, fóruns agroecológicos, grupos de mulheres, associações ribeirinhas e feiras livres, como a AGROUFAM.

A Feira AGROUFAM é exemplar nesse sentido: embora sediada no espaço físico da universidade, sua dinâmica interna é construída pelos próprios produtores familiares, que se organizam em comissões, tomam decisões coletivas e estabelecem regras de funcionamento com base no diálogo, no respeito e na corresponsabilidade. Essa prática expressa o que Ostrom (1990) definiu como “governança policêntrica”, em que múltiplos núcleos de decisão convivem de forma autônoma, coordenada e adaptativa.

Além disso, experiências recentes na região Norte, como o Fórum de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas e os Consórcios Intermunicipais Agroecológicos, evidenciam a emergência de formas plurais e descentralizadas de governança voltadas ao fortalecimento dos sujeitos e das organizações locais. Essas práticas apontam para uma revalorização do comum, da reciprocidade e da soberania territorial como fundamentos da governança na Amazônia (SANTOS, 2016).

5.2. Governança e economia solidária

No campo da economia solidária, a governança é orientada por princípios normativos que diferem substancialmente daqueles predominantes na economia de mercado. Autogestão, democracia participativa, cooperação e solidariedade constituem os pilares que estruturam os processos decisórios e organizativos dos empreendimentos solidários. A governança solidária implica a participação ativa dos sujeitos na definição das regras, na gestão dos recursos e na condução das atividades coletivas. Esse modelo fortalece a autonomia dos empreendimentos e promove o empoderamento dos atores envolvidos, ao mesmo tempo em que exige capacidades organizativas, diálogo permanente e mecanismos de resolução de conflitos. Dessa forma, a governança na economia solidária é um instrumento de gestão, e um processo pedagógico e político, no qual os sujeitos constroem coletivamente competências, identidades e projetos.

Na Feira AGROUFAM, a governança manifesta-se por meio de arranjos organizativos que articulam agricultores familiares, universidade, consumidores e instituições parceiras. Esses arranjos envolvem tanto elementos formais, como regras de funcionamento, critérios de participação e organização das atividades, quanto elementos informais, sustentados por relações de confiança, pertencimento e compromisso coletivo.

A governança da feira se constrói no cotidiano, a partir da interação entre os diferentes atores, da negociação de interesses e da resolução compartilhada de desafios. Esse processo evidencia que a coordenação das ações não se apoia em hierarquias rígidas, mas em práticas colaborativas e em valores alinhados à economia solidária e à sustentabilidade socioambiental.

Além disso, a articulação da AGROUFAM com projetos de extensão universitária, políticas públicas e iniciativas de fomento amplia suas capacidades institucionais, ao mesmo tempo em que preserva a autonomia dos empreendimentos. A governança em rede, nesse sentido, configura-se como um elemento central para a sustentabilidade e a inovação da feira.

Ao adotar a governança como categoria analítica, esta dissertação reconhece que os processos de inovação socioambiental analisados não podem ser compreendidos sem considerar os arranjos institucionais e relacionais que os sustentam. A governança articula cultura, território, inovação e economia solidária, funcionando como eixo integrador da análise empírica desenvolvida nos capítulos subsequentes. Essa abordagem permite interpretar a Feira AGROUFAM como um espaço de comercialização, e como um ambiente de governança em rede, no qual se constroem práticas democráticas, solidárias e territorialmente enraizadas. Essa compreensão será fundamental para a análise dos dados empíricos apresentados no Capítulo 3.

A compreensão da governança como processo relacional e participativo evidencia que

as formas de coordenação observadas na Feira AGROUFAM estão profundamente ancoradas em uma racionalidade econômica alternativa. Essa racionalidade encontra fundamento na economia solidária, enquanto matriz teórico-prática que orienta as escolhas organizativas, produtivas e institucionais analisadas nesta pesquisa, tema desenvolvido na seção seguinte.

6. O conceito de economia solidária

A economia solidária. Trata-se de uma proposta que valoriza a cooperação, a autogestão, a reciprocidade, a redistribuição e a valorização dos saberes e territórios, articulando dimensões éticas, sociais, políticas e ambientais da vida econômica. Ao contrário da racionalidade mercantil, que privilegia o lucro e a competição, a economia solidária baseia-se em princípios de justiça social, democracia econômica e sustentabilidade.

Segundo Singer (2002), a economia solidária surge no Brasil como resposta das classes trabalhadoras às transformações produtivas e ao desemprego estrutural dos anos 1990, mas suas raízes remontam a tradições cooperativistas, comunitárias e populares anteriores. O autor identifica a economia solidária como “*o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão e baseadas na solidariedade*”. Assim, ela não se limita a um setor econômico específico, mas constitui uma forma de organização da vida fundada em outros valores e racionalidades.

Na contemporaneidade, com o avanço das desigualdades, das crises socioambientais e do esgotamento do modelo desenvolvimentista convencional, a economia solidária ressurgue como alternativa de transição socioecológica, dialogando com práticas agroecológicas, feministas, decoloniais e territoriais.

No âmbito desta dissertação, a economia solidária é compreendida como categoria analítica integradora, pois articula cultura, território, inovação socioambiental e governança, oferecendo o suporte normativo e político para a interpretação da Feira AGROUFAM enquanto experiência de produção familiar amazônica.

6.1. Aspectos históricos e fundamentos da economia solidária

Historicamente, a economia solidária tem raízes em diversas tradições sociais e culturais: as experiências de mútua ajuda nas comunidades camponesas e indígenas, os clubes operários do século XIX, os movimentos cooperativistas e associativistas, as formas tradicionais de partilha de recursos e os circuitos alternativos de comercialização.

No Brasil, a economia solidária ganhou força como política pública a partir dos anos 2000, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no governo

federal, vinculada ao Ministério do Trabalho. Essa institucionalização permitiu avanços importantes em termos de reconhecimento, financiamento e articulação em rede dos empreendimentos solidários, especialmente no campo da agricultura familiar, da agroecologia e da geração de trabalho e renda para populações vulnerabilizadas.

De acordo com França Filho e Laville (2004), a economia solidária está inserida no campo da economia plural, ao lado da economia pública e da economia de mercado, configurando-se como espaço híbrido onde coexistem valores econômicos, sociais e culturais. A solidariedade, nesse caso, não é apenas um valor moral, mas um princípio organizativo que estrutura as relações entre os sujeitos e orienta a produção, o consumo e a circulação de riquezas.

A economia solidária emerge como resposta histórica às desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo, especialmente em contextos de exclusão social, precarização do trabalho e fragilização dos direitos sociais. Autores como Singer (2002) conceituam a economia solidária como um modo de produção baseado na propriedade coletiva ou associada dos meios de produção, na gestão democrática e na distribuição equitativa dos resultados do trabalho.

Gaiger (2013) complementa essa compreensão ao destacar que a economia solidária não se reduz a um conjunto de empreendimentos econômicos alternativos, mas constitui um campo social marcado por valores, práticas e racionalidades próprias. Trata-se de um espaço no qual as dimensões econômica, social, cultural e política se entrelaçam, produzindo formas de organização que desafiam a lógica mercantil dominante.

Recentemente, diversos autores têm interpretado a economia solidária como prática de transição pós-capitalista, articulada a outras agendas como o bem viver, os comuns, os feminismos e a agroecologia. Coraggio (2016), um dos principais expoentes da economia solidária latino-americana, propõe que os empreendimentos solidários devem ser entendidos como núcleos de uma outra economia possível, onde a lógica da reprodução da vida se sobrepõe à lógica da acumulação.

Para Laville (2019), a economia solidária deve ser pensada como cidadania econômica, pois redefine o lugar dos sujeitos na produção e no controle social da economia. Em vez de consumidores passivos ou trabalhadores subordinados, os indivíduos se tornam cogestores dos processos econômicos, participando ativamente das decisões que afetam suas vidas e seus territórios.

Autores mais recentes, como Lemos e Cunha (2022) e Mattei (2020), têm enfatizado o papel da economia solidária na construção de ecossistemas territoriais de cooperação, onde se articulam saberes locais, práticas sustentáveis, circuitos curtos de comercialização, redes de

cuidado e formas coletivas de governança. Essas abordagens valorizam a interdependência, a diversidade e a construção de redes resilientes, especialmente em contextos de crise climática e colapso civilizacional.

6.2. Economia solidária, inovação socioambiental e governança democrática

A economia solidária constitui um campo fértil para a inovação socioambiental, uma vez que estimula práticas produtivas sustentáveis, o compartilhamento de saberes e a construção coletiva de soluções para desafios sociais e ambientais. Ao se afastar da lógica da competição individual, os empreendimentos solidários criam condições para a experimentação de novas formas de produzir, organizar e comercializar, orientadas por valores éticos e ambientais.

Nesse sentido, a inovação observada em contextos de economia solidária é predominantemente processual e social, emergindo da interação entre os sujeitos, da cooperação em rede e da adaptação criativa às condições territoriais. Essa característica aproxima a economia solidária das experiências analisadas nesta dissertação, nas quais a inovação não se expressa apenas por meio de tecnologias, mas pela transformação das relações sociais e produtivas.

A governança constitui um elemento central da economia solidária, uma vez que seus princípios organizativos se fundamentam na autogestão, na participação democrática e na corresponsabilidade dos sujeitos envolvidos. A governança solidária implica processos decisórios coletivos, nos quais os atores participam ativamente da definição das regras, da gestão dos recursos e da condução das atividades.

Esse modelo de governança fortalece a autonomia dos empreendimentos e promove o empoderamento dos sujeitos, ao mesmo tempo em que exige capacidades organizativas, diálogo permanente e mecanismos de mediação de conflitos. Assim, a economia solidária não apenas propõe uma alternativa econômica, mas também um projeto político-pedagógico de construção de práticas democráticas e solidárias.

6.3. A economia solidária no contexto amazônico

No contexto da agricultura familiar, a economia solidária assume papel estratégico ao oferecer alternativas para a organização da produção e da comercialização, fortalecendo a autonomia dos produtores e promovendo relações mais justas entre os diferentes elos da cadeia produtiva. Ao priorizar circuitos curtos de comercialização, a valorização dos produtos locais e a relação direta entre produtores e consumidores, a economia solidária contribui para o fortalecimento dos territórios e para a permanência das famílias no campo.

Essa articulação entre economia solidária e território é particularmente relevante na

Amazônia, onde os modos de vida das populações rurais estão profundamente vinculados aos ciclos naturais, aos saberes tradicionais e às formas comunitárias de organização social. Nesse contexto, a economia solidária gera renda, e fortalece identidades territoriais e práticas produtivas alinhadas à sustentabilidade socioambiental.

Na Amazônia, a economia solidária se materializa em formas diversas e complexas, muitas vezes invisibilizadas pelas políticas públicas ou ignoradas pelos modelos clássicos de desenvolvimento. Associações de produtores, cooperativas agroextrativistas, redes de mulheres, grupos de consumo responsável, iniciativas de base comunitária e feiras agroecológicas expressam uma racionalidade econômica própria, marcada pela relação com o território, pela convivência com os ciclos naturais e pela valorização da coletividade.

Como aponta Silva (2021), essas experiências amazônicas de economia solidária são *“formas de luta por autonomia territorial e reexistência cultural”*, em que os sujeitos produzem não apenas alimentos e bens, mas também vínculos, valores e identidades. Trata-se de práticas que desafiam a colonialidade do desenvolvimento e constroem alternativas de vida enraizadas na floresta, nos rios e nas comunidades.

A Feira AGROUFAM é uma dessas expressões. Constituída por empreendimentos da agricultura familiar, oriundos de diferentes municípios do Amazonas, a feira promove a comercialização de produtos regionais, a circulação de saberes tradicionais, o fortalecimento de redes entre produtores e consumidores e a articulação com instituições públicas e acadêmicas. Sua dinâmica é marcada pela autogestão, pela confiança mútua e pela construção coletiva de soluções organizativas, revelando uma prática viva de economia solidária territorializada.

Além disso, a AGROUFAM fortalece os princípios da soberania alimentar, da valorização da biodiversidade local e do protagonismo feminino, contribuindo para a construção de uma economia do cuidado e da reciprocidade, essencial para a sustentabilidade dos territórios amazônicos.

Ao adotar a economia solidária como categoria analítica, fica subentendido que os processos de cultura, território, inovação socioambiental e governança se articulam em um mesmo sistema de relações. A economia solidária funciona, assim, como elemento integrador, conferindo coerência teórica e política à análise da Feira AGROUFAM, conforme o modelo apresentado na Figura 15.

Considerações Finais

Neste Capítulo I, partimos da compreensão da cultura como dimensão simbólica e prática que estrutura os modos de vida e a organização econômica de comunidades tradicionais.

Discutimos o território como espaço vivido, apropriado e simbólico, onde se articulam relações de pertencimento, identidade e produção.

Em seguida, abordamos a inovação em sua vertente socioambiental, destacando sua ancoragem territorial, sua expressão em práticas coletivas e sua relação com os saberes locais. A governança foi discutida como processo político e relacional, atravessado por disputas, mas também por possibilidades de ação cooperativa e autogestionária. Por fim, examinamos a economia solidária como projeto político e ético de transformação social, com raízes históricas e potencial atual para construção de alternativas sustentáveis.

Esses conceitos, quando articulados, fornecem as bases para compreender os processos observados na Feira AGROUFAM. Mais do que categorias analíticas, eles são expressões de práticas vivas, experimentadas no cotidiano dos sujeitos que constroem territórios solidários e sustentáveis na Amazônia. A partir dessas bases, avançaremos para os dados empíricos, análise, metodológica e interpretativa que emergem da experiência concreta da feira e de seus empreendimentos.

CAPÍTULO II - A Feira AGROUFAM como espaço interinstitucional de comercialização justa solidária e inovação socioambiental

1. Introdução

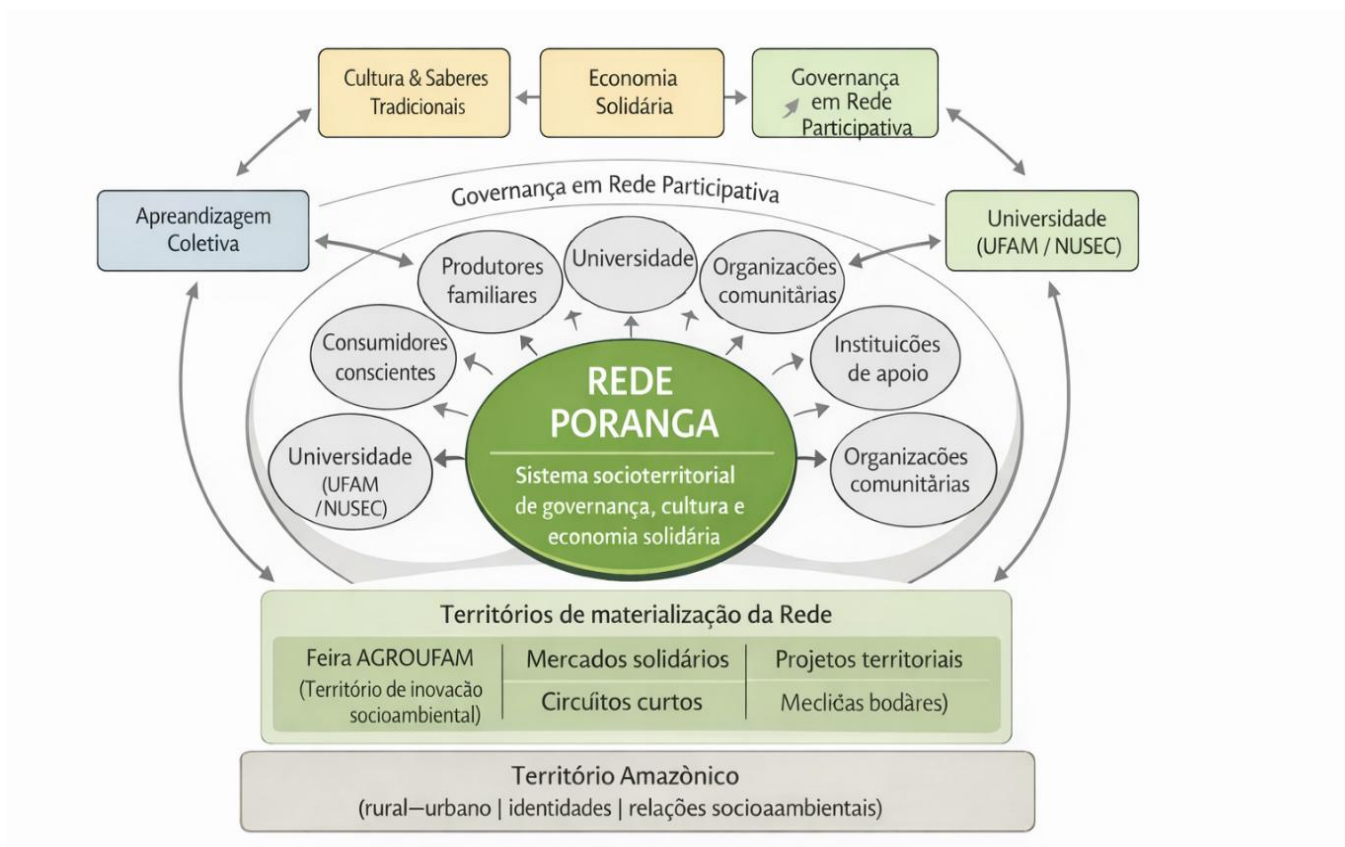
Este capítulo analisa a Feira AGROUFAM como um espaço interinstitucional de comercialização justa, economia solidária e inovação socioambiental. A feira constitui o elemento central da análise, enquanto a agroecologia, a extensão universitária, os projetos institucionais e a Rede Poranga são compreendidas como processos que explicam sua emergência, sua organização e sua continuidade.

Realizada no campus da Universidade Federal do Amazonas, a AGROUFAM aproxima produtores familiares, artesãos, consumidores, estudantes, professores, pesquisadores, extensionistas e organizações parceiras. Essa interação transforma a feira em um espaço que articula relações econômicas, sociais, pedagógicas e institucionais. A comercialização ocorre simultaneamente à circulação de conhecimentos, à formação de redes, à experimentação de produtos e à construção de práticas organizacionais.

A trajetória da AGROUFAM está vinculada às ações desenvolvidas pelo NUSEC, aos projetos de pesquisa e extensão, aos seminários de agroecologia, ao Pró-Rural e ao OSIM. Entretanto, essas iniciativas não serão apresentadas apenas como antecedentes históricos. Elas serão interpretadas como condições institucionais que possibilitaram a formação da feira, a organização dos produtores e a constituição da Rede Poranga.

O capítulo inicia com a apresentação da Feira AGROUFAM e de sua trajetória histórica, seguida pela análise da Rede Poranga e das relações entre universidade e agricultura familiar. Posteriormente, são discutidas a agroecologia e as ações institucionais que contribuíram para a formação desse território de comercialização, aprendizagem e inovação socioambiental.

A estrutura analítica do capítulo está sintetizada na Figura 16. A Feira AGROUFAM é compreendida como território de materialização das relações que compõem a Rede Poranga. A APROARTES organiza e representa os produtores; o NUSEC e a UFAM articulam pesquisa, formação e extensão; o Instituto Acariquara oferece apoio técnico, administrativo e logístico; e as instituições parceiras ampliam as possibilidades de acesso a conhecimentos, políticas e recursos. A interação entre esses atores produz práticas de governança, aprendizagem, comercialização e inovação socioambiental.

Figura 16. Modelo Conceitual da Feira AGROUFAM

Fonte: Elaboração própria (2025)

A Figura 16 orienta a leitura das seções seguintes. A trajetória da feira será analisada a partir da formação desse arranjo interinstitucional, evitando que os projetos e organizações sejam apresentados como uma sequência isolada de acontecimentos. Cada instituição será examinada em função de sua contribuição para a constituição e a sustentação da AGROUFAM.

2. A Feira AGROUFAM: contexto histórico

A criação da Feira da Produção Familiar AGROUFAM, em 2014 (Figuras 17 e 18), marca um ponto de inflexão no processo de institucionalização da agroecologia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A feira surgiu como desdobramento direto das práticas extensionistas e das articulações interinstitucionais coordenadas pelo NUSEC, particularmente no âmbito dos projetos, Pro-rural e OSIM. Sua gênese está profundamente conectada ao acúmulo de experiências anteriores em seminários agroecológicos, oficinas comunitárias e ações de extensão em territórios amazônicos.

Figura 17. Lançamento da Feira da Produção Familiar - 10ª Edição da AGROUFAM



Fonte: Acervo Pessoal (2014)

O ano de 2014 foi decisivo para a materialização da feira como uma estratégia de integração entre produção, comercialização, pesquisa e formação acadêmica. Em suas primeiras edições, a AGROUFAM foi realizada em formato experimental durante as atividades do I Encontro de Jovens Rurais da Região Metropolitana de Manaus e do II Seminário de Experiências Agroecológicas no Contexto Amazônico. Esses eventos reuniram agricultores familiares, estudantes, técnicos, pesquisadores, gestores públicos e representantes de movimentos sociais em torno do debate sobre agroecologia, juventude e sustentabilidade nos territórios amazônicos.

Desde a origem, a feira foi idealizada como um espaço pedagógico e político. Mais do que um mercado de produtos, configurou-se como ambiente de construção de vínculos, de visibilização da agricultura familiar e de valorização da cultura alimentar amazônica; como destacam Fraxe, Santiago e Lima (2015), a AGROUFAM constitui um lócus privilegiado de articulação entre saberes tradicionais e científicos, promovendo intercâmbio cultural, inovação social e comercialização justa.

Figura 18. Registros da 10ª Edição da AGROUFAM – Feira da Produção Familiar



Fonte: Acervo Pessoal (2014)

Em 2015, a Feira AGROUFAM passou a ser realizada de forma mensal no campus da UFAM em Manaus, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), da FAPEAM, e de diversas organizações sociais e governamentais. Nesse período, consolidou-se como uma iniciativa estratégica da universidade pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar, à promoção da agroecologia e à democratização do acesso a alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos.

Segundo dados do projeto OSIM, em seus dois primeiros anos de existência a AGROUFAM contou com a participação de cerca de 40 grupos produtivos oriundos de mais de 15 municípios do estado do Amazonas, abrangendo cadeias como hortifruticultura, meliponicultura, avicultura caipira, plantas medicinais, biocosméticos, artesanato e alimentos processados com base na sociobiodiversidade amazônica. A participação desses grupos esteve associada a ações formativas e metodológicas que envolveram oficinas de gestão, associativismo, boas práticas agroecológicas, comercialização e diálogo intergeracional, reforçando a dimensão formativa da feira.

A presença desses grupos na feira estava associada a um conjunto de ações formativas e metodológicas que envolviam oficinas de gestão, associativismo, boas práticas

agroecológicas, comercialização e diálogo intergeracional. A dimensão formativa da feira constituiu um de seus principais trunfos, ao possibilitar à comunidade universitária conhecer a diversidade de experiências da produção familiar e refletir sobre seu papel no fortalecimento da agricultura de base agroecológica. Ao mesmo tempo, contribuiu para consolidar a feira como espaço de construção de referências em consumo consciente, soberania alimentar e justiça socioambiental no âmbito da UFAM.

A institucionalização da feira como projeto estratégico da UFAM consolidou-se em 2016, com sua inclusão no calendário oficial da universidade e o reconhecimento por meio de resoluções internas que garantiam suporte logístico, infraestrutura e visibilidade. A partir desse momento, a AGROUFAM passou a integrar a política universitária de extensão, promovendo uma interface entre ensino, pesquisa e extensão voltada para a transformação social, ambiental e econômica dos territórios amazônicos.

O período de 2014 a 2016 constituiu, assim, a base de consolidação da AGROUFAM enquanto espaço estratégico para a construção de sistemas alimentares sustentáveis, a territorialização da agroecologia e a articulação entre campo e cidade na Amazônia. Nesse processo, a feira se afirmou como canal regular de comercialização justa, formação e interação entre produtores familiares e consumidores urbanos.

O fortalecimento da Associação Central dos Produtores Agroecológicos e Artesãos do Estado do Amazonas (APROARTES), fundada oficialmente em 2015 (Figura 19), marcou a transição de um movimento de feirantes articulados para uma estrutura formal de governança e autogestão da feira. Em 2016, com a institucionalização da AGROUFAM como programa permanente de extensão universitária da UFAM, consolidou-se o vínculo entre a universidade e os empreendimentos familiares, abrindo caminho para novos arranjos organizativos.

Nesse mesmo ano, os feirantes, orientados pelo NUSEC e por parceiros institucionais, iniciaram um processo de integração em rede que culminou na criação da Rede Poranga (Figura 20), uma aliança estratégica entre o NUSEC, o Instituto Acariquara e a própria APROARTES. Essa rede estabeleceu um modelo colaborativo de gestão, no qual o NUSEC articula pesquisa e extensão, o Instituto Acariquara coordena a gestão operacional e financeira, e a APROARTES mobiliza e representa produtores e artesãos, configurando um arranjo de governança em rede.

Figura 19. Criação da APROARTES.



Fonte: Acervo NUSEC (2015)

Figura 20. Registros do I Simpósio de Organização Social e Mercado e Criação da Rede Poranga.



Fonte: Acervo NUSEC (2016)

Ainda em 2016, foi criado o Fundo Solidário, mecanismo coletivo de sustentabilidade financeira da feira, composto por contribuições mensais dos expositores destinadas à cobertura de custos operacionais, materiais de divulgação e ações de manutenção do espaço. Essa inovação financeira simboliza o amadurecimento da governança solidária e o compromisso dos feirantes com a autogestão e a transparência, pilares da economia solidária.

Em 2017, a formalização do Estatuto da APROARTES consolidou sua personalidade jurídica e fortaleceu os instrumentos de gestão. No mesmo período, instituiu-se o Comitê Gestor da Feira, com representantes da Rede Poranga, da equipe técnica e da associação, assegurando gestão participativa e corresponsabilidade nas decisões estratégicas.

O ciclo de cinco anos da AGROUFAM, celebrado em 2019 (Figuras 21), foi marcado por uma edição especial da feira, contando com oficinas de formação (Figura 22), que reafirmou sua relevância como espaço de educação ambiental, consumo consciente e valorização da produção familiar. Entretanto, o ano de 2020 trouxe um desafio inédito: a pandemia de COVID-19. A necessidade de isolamento social suspendeu as atividades presenciais, levando a organização a desenvolver uma solução inovadora, a Feira “AGROUFAM em CASA”, versão virtual que manteve o vínculo entre produtores e consumidores, assegurando a continuidade do comércio justo em meio à crise sanitária. Esse período revelou a capacidade de adaptação e resiliência sócio-organizacional da rede, que converteu a adversidade em oportunidade de aprendizagem tecnológica e inovação social.

Figura 21. Edição da Feira da AGROUFAM em Comemoração aos Cinco Anos de Existência.



Fonte: Acervo NUSEC (2019)

Figura 22. Certificação das Oficinas da Programação dos Cinco Anos de AGROUFAM.



Fonte: Acervo NUSEC (2019)

Com o retorno às atividades presenciais em 2022 (Figura 23), a AGROUFAM retomou seu papel central na promoção da agroecologia urbana e periurbana. Em 2023, iniciou-se a elaboração participativa do Regimento Interno da Feira, reconhecido como instrumento de fortalecimento da governança e da transparência. A validação do documento representou um marco na consolidação de práticas coletivas, assegurando critérios mais claros de gestão, participação e rotatividade dos segmentos produtivos.

Figura 23. Volta da Feira AGROUFAM presencial



Fonte: Acervo NUSEC (2022)

O ano de 2024 simbolizou um momento de síntese e celebração: a AGROUFAM completou 10 anos de existência, comemorando sua trajetória com uma programação especial apoiada pela FAPEAM (Figura 24). As atividades incluíram a Mostra de Produtos Agroecológicos e Convencionais, o lançamento de um documentário e uma obra literária sobre a história da Feira, rodas de conversa, apresentações culturais e exposições temáticas. A comemoração marcou o reconhecimento da Feira não apenas como espaço de comercialização, mas como território de inovação socioambiental, em que ciência, cultura e solidariedade se entrelaçam para promover o desenvolvimento sustentável amazônico.

Figura 24. Comemoração dos 10 anos de AFROUFAM

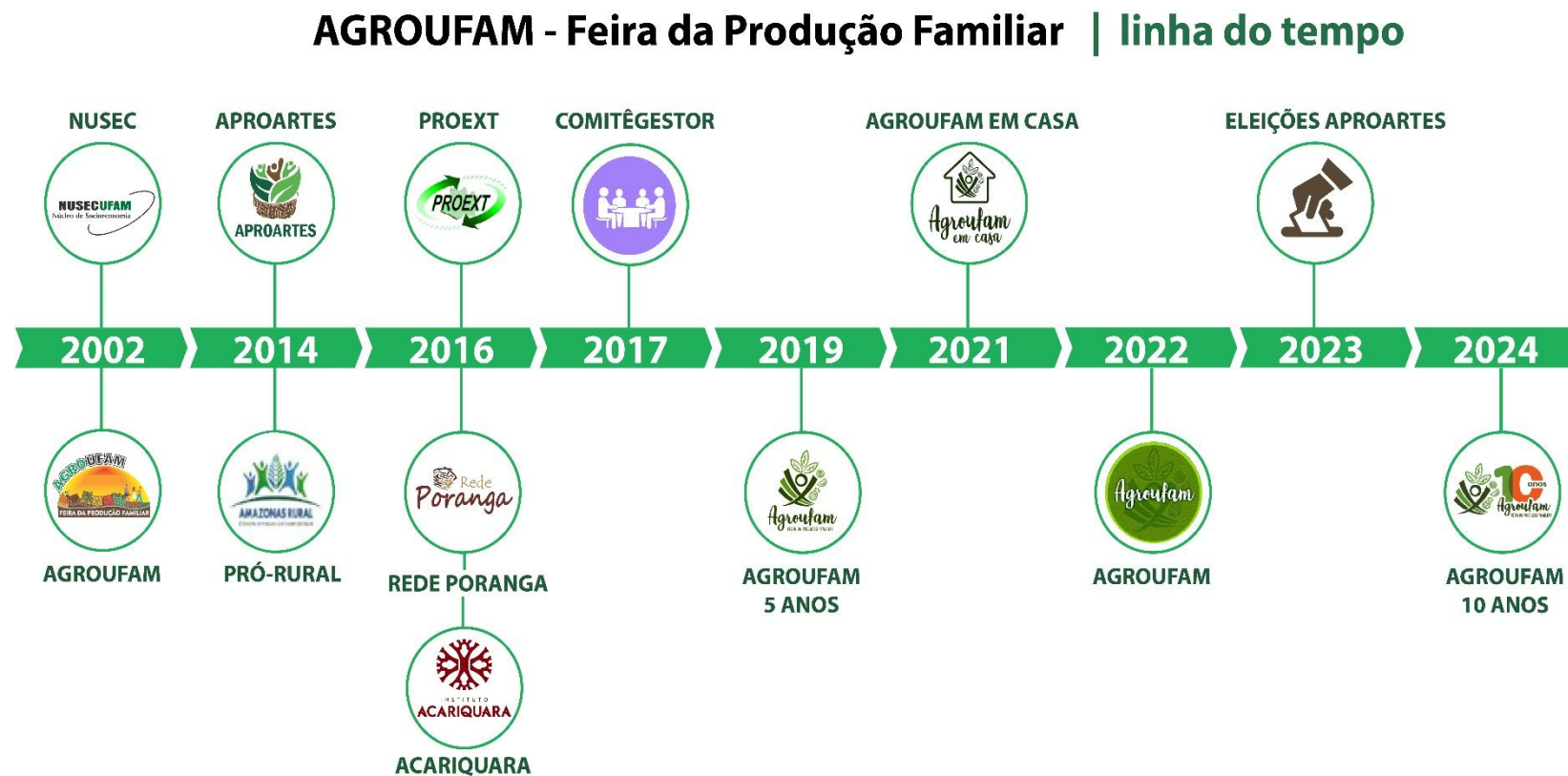


Fonte: Acervo Pessoal (2024)

Assim, a criação e consolidação da Feira AGROUFAM, entre 2014 e 2016, resultam da convergência de políticas públicas, projetos de extensão, mobilizações agroecológicas e iniciativas de economia solidária que vinham sendo construídas ao longo da década anterior. A feira passa a operar como um espaço regular de comercialização justa, formação e interação entre campo e cidade, no qual se experimentam práticas de autogestão, de valorização da sociobiodiversidade e de aproximação entre produtores familiares e consumidores urbanos.

A formação da Rede Poranga, em 2016, aprofunda esse movimento ao introduzir mecanismos de governança em rede, autofinanciamento solidário e gestão colegiada da feira, inaugurando um processo de inovação social e organizacional cuja análise será detalhada no Capítulo III. A Figura 20 ilustra os principais marcos da AGROUFAM.

Figura 25. Linha do Tempo com os principais marcos da AGROUFAM.



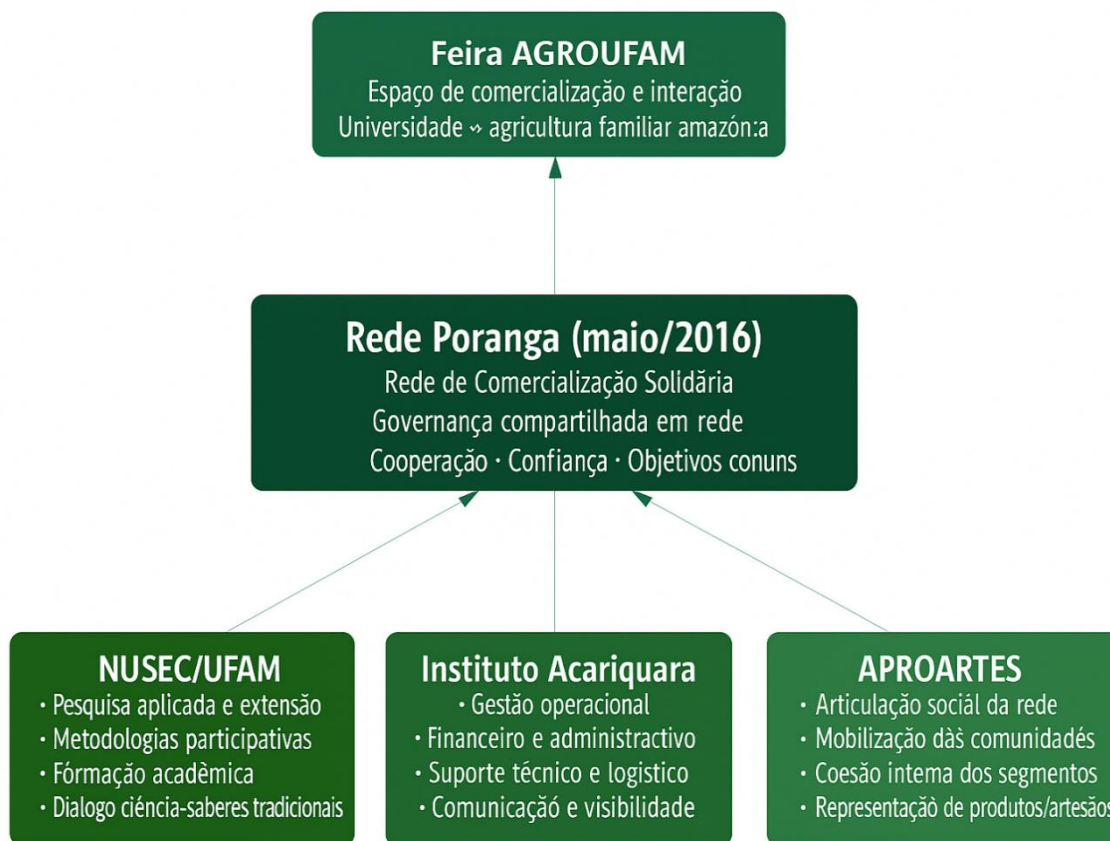
Fonte: Elaboração própria (2025)

3. A Rede Poranga como um processo inovador no NUSEC

A consolidação da Rede Poranga representa um marco na trajetória da Feira AGROUFAM e no fortalecimento das dinâmicas de governança colaborativa e inovação social entre os empreendimentos da agricultura familiar amazônica. Criada em maio de 2016, a Rede de Comercialização Solidária dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares do Estado do Amazonas, denominada Rede Poranga, emergiu da necessidade de estruturar um modelo organizacional que unisse as dimensões técnica, produtiva e política da Feira, garantindo sua sustentabilidade ao longo do tempo.

A Rede foi formada pela articulação de três instituições parceiras: o Núcleo de Socioeconomia (NUSEC/UFAM), o Instituto Acariquara – Organização de Serviços Socioambientais Sustentáveis, e a Associação Central dos Produtores Agroecológicos e Artesãos do Estado do Amazonas (APROARTES), cada uma assumindo papéis estratégicos e complementares no âmbito de uma governança em rede orientada pela economia solidária, de acordo com o organograma representado na Figura 26.

Figura 26. Arquitetura Colaborativa da Rede Poranga



Fonte: Elaboração própria (2024)

O NUSEC ficou responsável por fomentar o diálogo entre a ciência e os saberes tradicionais, promovendo pesquisas aplicadas, metodologias participativas e formação acadêmica integrada à extensão. O Instituto Acariquara assumiu a gestão operacional, financeira e administrativa, garantindo o suporte técnico, logístico e comunicacional das atividades. A APROARTES, por sua vez, tornou-se o elo social da rede, articulando os produtores e artesãos, mobilizando as comunidades e promovendo a coesão interna entre os segmentos da Feira.

A Rede Poranga é composta exclusivamente por empreendimentos familiares que atuam na Feira AGROUFAM e integram o cadastro geral da feira, o qual contabiliza 62 empreendimentos em 2025. Enquanto a base cadastral da feira indica a amplitude e diversidade do público atendido, a amostra de 18 produtores familiares permite aprofundar, de forma qualitativa, as dinâmicas organizacionais e os processos inovadores vivenciados no interior da Rede Poranga.

A amostra desta pesquisa, formada por 18 produtores familiares associados à APROARTES, revela um perfil marcadamente feminino, com predominância de mulheres (cerca de 70% dos respondentes) à frente dos empreendimentos, distribuídos entre os segmentos de agricultura, extrativismo, alimentos artesanais, biocosméticos e artesanato, tanto em áreas urbanas de Manaus quanto em comunidades rurais de municípios como Careiro da Várzea, Careiro Castanho e Autazes. A renda familiar situa-se, em sua maior parte, entre um e quatro salários-mínimos, com parcela relevante de entrevistados declarando que entre 41% e 60% da renda mensal provém diretamente dos empreendimentos vinculados à feira, o que evidencia o peso econômico da AGROUFAM na reprodução social dessas famílias.

Além dos dados qualitativos provenientes da amostra analítica composta por 18 produtores familiares, a pesquisa incorpora o banco de dados institucional da AGROUFAM, sistematizado por meio do Recadastramento AGROUFAM (2025), como base empírica de caracterização estrutural da Rede Poranga. Esse banco de dados não integra a amostra analítica da investigação, mas opera como base populacional de referência, permitindo a leitura ampliada da escala, diversidade e complexidade socioproductiva do território estudado.

O banco de dados da AGROUFAM reúne informações de 62 produtores familiares cadastrados, distribuídos em múltiplos segmentos produtivos, o que evidencia uma configuração organizacional marcada pela heterogeneidade socioproductiva, pela pluriatividade econômica e pela integração intersetorial de cadeias produtivas. Os empreendimentos concentram-se predominantemente nos segmentos de artesanato (23), produtos elaborados (13), agroextrativismo (9), agroecologia (7) e praça de alimentação (5),

além de iniciativas no segmento de biocosméticos (2) e de empreendimentos de natureza pluriativa, que articulam simultaneamente diferentes campos produtivos (Quadro 2).

Quadro 2. Síntese da base socioprodutiva por segmento

Segmento Produtivo	Nº de Produtores	Caracterização Analítica
Artesanato	23	Produção cultural, saberes tradicionais, identidade territorial, economia simbólica
Alimentos Artesanais	13	Agroindústria familiar, agregação de valor, circuitos curtos
Agroextrativismo	9	Uso sustentável da sociobiodiversidade, territorialidade amazônica
Agroecologia	7	Produção sustentável, racionalidade ecológica, base científica e prática
Praça de alimentação	5	Cadeia curta alimentar, economia local, consumo direto
Biocosméticos	2	Inovação sociotécnica, biodiversidade, bioeconomia
Pluriatividade produtiva	3	Integração intersetorial, hibridização de cadeias produtivas

Fonte: Banco de dados institucional da AGROUFAM (Recadastramento 2025).

Essa base empírica evidencia a Rede Poranga como um sistema sociotécnico híbrido, caracterizado pela integração de saberes tradicionais, práticas agroecológicas, produção artesanal, economia solidária e cadeias curtas de comercialização, configurando-se como um arranjo socioterritorial complexo, no qual dimensões econômicas, culturais, sociais e ambientais se articulam de forma sistêmica.

No que se refere ao perfil de gênero, observa-se uma predominância feminina, com 33 mulheres (52,5%) e 29 homens (47,5%), o que reforça o papel das mulheres como agentes centrais na organização produtiva, na gestão dos empreendimentos e na sustentação das dinâmicas econômicas da rede, em consonância com padrões recorrentes nos sistemas agroecológicos e nos arranjos de economia solidária.

A diversidade produtiva, a pluriatividade dos empreendimentos e a composição social heterogênea dos produtores, conforme sistematizadas no recadastramento institucional da AGROUFAM, permitem compreender a Rede Poranga não apenas como um espaço de comercialização, mas como um arranjo sociotécnico de inovação, um território de experimentação organizacional e um ecossistema socioeconômico alternativo, no qual se articulam processos de cooperação, economia solidária, governança social e territorialização do desenvolvimento sustentável.

Essa arquitetura colaborativa expressa o conceito de governança em rede, conforme definido por autores como Castells (2000) e Rhodes (1997), para os quais a rede é uma forma

de organização que articula diferentes atores de modo não hierárquico, baseado em cooperação, confiança e objetivos comuns. No caso da Feira AGROUFAM, a Rede Poranga vem estruturando um modelo inovador de gestão solidária, fundamentado no compartilhamento de responsabilidades, saberes e recursos.

Conforme discutido na seção 1.3.4, esta dissertação adota a noção de inovação em processos sociais e organizacionais para compreender mudanças que se expressam em novas formas de gestão, participação e cooperação entre atores, mais do que em produtos ou tecnologias isoladas. No caso da Rede Poranga, essa inovação manifesta-se na criação de mecanismos de autofinanciamento solidário, em arranjos de governança colegiada e no uso de metodologias participativas de planejamento, que reconfiguram a forma como a Feira AGROUFAM é organizada e conduzida pelos empreendimentos familiares e instituições parceiras.

A criação do Fundo Solidário, também em 2016, foi uma das primeiras ações concretas da rede. Essa iniciativa se constituiu como um mecanismo de autofinanciamento coletivo, no qual cada produtor familiar contribui mensalmente conforme seu volume de produção e vendas. Os recursos arrecadados são destinados à manutenção da infraestrutura, à divulgação das atividades e à execução de ações formativas. O Fundo, além de garantir a autossuficiência financeira, simboliza um exercício prático de economia solidária, em que a reciprocidade e a transparência substituem a lógica de mercado tradicional.

No que se refere à materialidade financeira do Fundo Solidário, o banco de dados do financeiro institucional da Rede/AGROUFAM permite a consolidação da evolução das receitas e despesas no período de 2016 a 2024 (Quadro 3), evidenciando seu papel como mecanismo estruturante de autofinanciamento coletivo, ainda que marcado por ciclos de funcionamento, interrupção e retomada.

Quadro 3. Evolução do Fundo Solidário da Rede (2016–2024)

Ano	Receita (R\$)	Despesas (R\$)
2016	9.680,00	9.372,65
2017	33.451,35	17.867,34
2018	15.630,0	15.170,03
2019	24.016,00	10.17,20
2020	-	-
2021	-	-
2022	-	5.506,79
2023	15.166,00	14.525,35
2024	16.275,00	16.705,11

Fonte: Banco financeiro institucional da Rede / AGROUFAM (2016–2024).

Nota: O exercício de 2025 não foi incluído por não estar encerrado no período da pesquisa.

Os registros indicam movimentação financeira relevante nos primeiros anos de estruturação do fundo, com destaque para os anos de 2017, 2018 e 2019, período no qual o Fundo Solidário operou de forma contínua como instrumento de sustentação da infraestrutura da feira, das ações formativas e da organização da rede.

Com a eclosão da pandemia da COVID-19 e a reorganização das atividades da AGROUFAM, especialmente no contexto do Projeto AGROUFAM em Casa, não houve arrecadação do Fundo Solidário nos anos de 2020 e 2021, apesar da manutenção de custos operacionais, que passaram a ser cobertos por outros recursos da Rede.

A retomada presencial das atividades da AGROUFAM ocorreu apenas em agosto de 2022, optando-se, institucionalmente, por não realizar a cobrança do Fundo Solidário nesse exercício, mesmo diante da existência de despesas operacionais, novamente absorvidas por fontes alternativas de financiamento da Rede.

O retorno efetivo da arrecadação do Fundo Solidário ocorreu somente em 2023, marcando a reativação do mecanismo como instrumento regular de financiamento coletivo, com continuidade em 2024, conforme demonstrado nos registros do banco financeiro institucional.

Essa trajetória histórica evidencia que o Fundo Solidário não se constitui apenas como instrumento contábil, mas como um dispositivo organizacional de economia solidária, cuja ativação e suspensão respondem às condições socioterritoriais, às conjunturas externas e às estratégias coletivas de governança da Rede.

Nesse sentido, o Fundo Solidário opera como uma tecnologia social de governança econômica, articulando sustentabilidade institucional, autonomia organizativa e reprodução socioeconômica da rede, ao mesmo tempo em que expressa, na prática, os princípios de cooperação, corresponsabilidade, autogestão e solidariedade econômica que estruturam a lógica organizativa da Rede Poranga.

Em 2017, a formalização do Estatuto da APROARTES e a criação do Comitê Gestor da Feira consolidaram institucionalmente a Rede Poranga como estrutura de gestão colegiada. O comitê tornou-se o espaço de deliberação e mediação entre os segmentos produtivos e as instâncias acadêmicas, assegurando a participação democrática nas decisões e fortalecendo o princípio da autogestão, um dos pilares da economia solidária (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO, 2012).

Nos anos seguintes, a Rede Poranga aprofundou seu papel como processo de inovação social e organizacional em curso, adaptando-se a desafios contextuais e ampliando sua capacidade de articulação. Durante a pandemia de COVID-19, em 2020, a rede coordenou a

transição para o formato digital da feira, denominado “AGROUFAM em CASA”, possibilitando a continuidade da comercialização e a articulação entre os produtores. Essa ação evidenciou a flexibilidade organizacional da rede e sua capacidade de incorporar estratégias de comunicação e comercialização digital em situações de crise, como ilustrado na Figura 27.

Figura 27. Divulgação nas redes sociais do Projeto “AGROUFAM em Casa”



Fonte: Instagram da AGROUFAM

A experiência da AGROUFAM em CASA constituiu uma inovação no modelo de comercialização e na organização da feira. Diante da interrupção das atividades presenciais durante a pandemia de COVID-19, foram mobilizados recursos de comunicação, articulação entre os produtores e divulgação digital para manter o contato com os consumidores. A iniciativa demonstra que a capacidade de inovação da AGROUFAM não se restringe à criação

ou ao aprimoramento de produtos, manifestando-se também na reorganização dos canais de comercialização, na comunicação coletiva e na capacidade de resposta a situações de crise.

A implementação da estratégia foi acompanhada pela produção de boletins de comunicação que registraram a dinâmica da comercialização, a distribuição territorial dos pedidos e outros indicadores relacionados aos empreendimentos e consumidores. Esses documentos constituem registros institucionais relevantes para compreender a reorganização da Feira AGROUFAM no contexto do distanciamento social. O primeiro boletim, referente a abril de 2020, apresentado na Figura 28, registra que as ações da AGROUFAM em CASA tiveram início em 30 de março de 2020 e que o volume total de vendas on-line em abril alcançou R\$ 19.601,48, demonstrando resultados concretos da reorganização da comercialização naquele período.

Figura 28. Boletim de Comunicação da AGROUFAM em CASA, abril de 2020



Fonte: Programa AGROUFAM (2020).

Além dos resultados comerciais, o boletim registra que os produtos foram comercializados por meio de delivery em grupo, envolvendo 20 empreendimentos, e delivery individual, com cinco empreendimentos, evidenciando a reorganização operacional adotada para viabilizar a continuidade das vendas. A experiência também ampliou o uso de ferramentas digitais e reforçou a importância da articulação em rede como mecanismo de

coordenação dos empreendimentos durante a crise.

Com o retorno às atividades presenciais em 2022 (Figura 29), a Rede Poranga retomou as estratégias de formação e replanejamento, priorizando o fortalecimento interno da gestão e o aperfeiçoamento das práticas socioambientais. Em 2023, iniciou-se o processo participativo de construção do Regimento Interno da Feira AGROUFAM, validado no mesmo ano, que passou a definir responsabilidades, direitos e deveres dos segmentos, assegurando transparência, ética e corresponsabilidade na condução das atividades. Esses elementos serão retomados no Capítulo 3, à luz dos dados empíricos, para avaliar em que medida a Rede Poranga configura uma inovação de caráter radical nos processos de governança e comercialização da Feira AGROUFAM.

Figura 29. Registro da volta da Feira AGROUFAM presencial



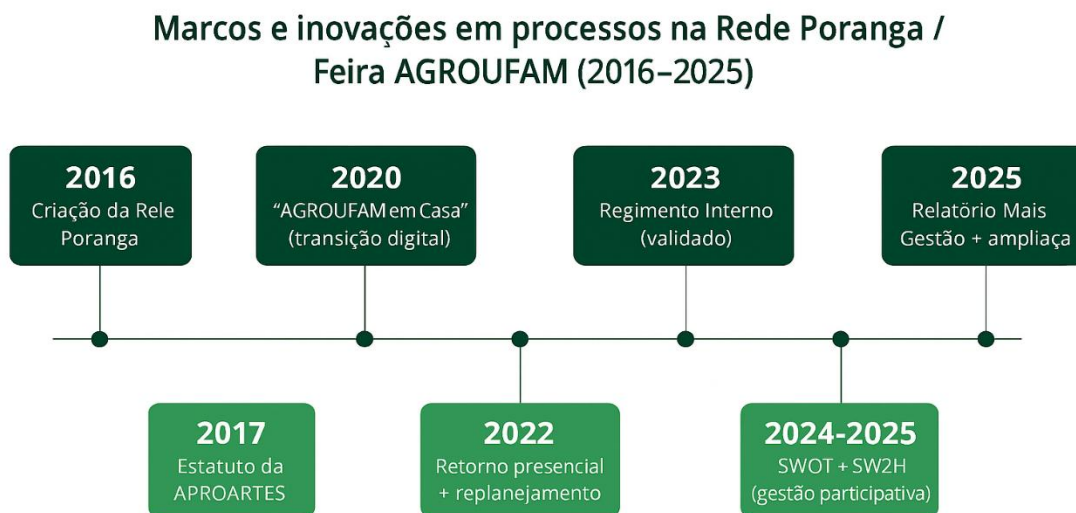
Fonte: Acervo Instituto Acariquara (2022)

O Relatório Mais Gestão (2025) evidencia que, passados dez anos desde a criação da Feira, a Rede Poranga consolidou uma estrutura de gestão integrada, composta por

assembleias, comitê gestor, segmentos produtivos, áreas de logística, finanças, pesquisa e comunicação, articulando-se com órgãos internos da UFAM, como a Pró-Reitoria de Extensão, e instituições externas, como o Consulado da Mulher, UNICAFES, SEPROR/IDAM, FAPEAM e instituições bancárias. Essa rede de parcerias reforça o papel da Poranga como plataforma de cooperação multissetorial, voltada ao desenvolvimento local e à inclusão produtiva, cuja avaliação será aprofundada no Capítulo 3, com base nos dados empíricos da pesquisa.

As análises participativas de gestão, realizadas entre 2024 e 2025 com uso das ferramentas Matriz SWOT e 5W2H, apontam que a Rede Poranga e a APROARTES possuem como principais fortalezas a colaboração coletiva na gestão, a participação das mulheres em espaços decisórios e a diversidade produtiva e cultural (Figura 30). Entre as fragilidades, destacam-se a necessidade de melhorar a comunicação interna, ampliar a capacitação técnica e fortalecer os mecanismos de fiscalização e planejamento estratégico. Já as oportunidades concentram-se na ampliação de parcerias, acesso a novos mercados e expansão da Feira para o setor Norte da UFAM, enquanto as ameaças relacionam-se à instabilidade institucional e às mudanças climáticas.

Figura 30. Marcos e inovações na Rede Poranga



Fonte: Elaboração própria (2025)

Atualmente, a Rede Poranga se configura como um modelo de governança territorial participativa, no qual a autogestão comunitária, a sustentabilidade e a inovação social se articulam para promover a autonomia econômica e o empoderamento dos sujeitos da

agricultura familiar. Sua trajetória indica que o fortalecimento das redes solidárias e do capital social local constitui condição fundamental para experiências de desenvolvimento sustentável na Amazônia, especialmente em contextos marcados pela diversidade cultural e pela complexidade socioambiental, aspecto que será analisado em maior detalhe no capítulo III.

À luz da literatura sobre inovação social e socioambiental, este trabalho compreende a Rede Poranga como um processo de inovação socioambiental de caráter organizacional e territorial, com elementos de inovação radical, na medida em que promove a reconfiguração das formas de produção, comercialização e governança da agricultura familiar amazônica. Trata-se de uma inovação que não se expressa prioritariamente pela introdução de novas tecnologias materiais, mas pela criação de novos arranjos socioprodutivos, novas formas de cooperação e novos modos de organização dos mercados, fundamentados nos princípios da agroecologia, da economia solidária e da gestão coletiva do território. Esse enquadramento dialoga com autores que compreendem a inovação como um processo relacional, territorializado e socialmente construído, especialmente em contextos periféricos e amazônicos, nos quais a transformação emerge da articulação entre saberes tradicionais, práticas extensionistas e organização coletiva.

Esses elementos apontam para a constituição de um ambiente organizativo dinâmico, no qual a aprendizagem social e a cooperação em rede ampliam as possibilidades de ação dos empreendimentos familiares. O processo de planejamento participativo, aliado ao fortalecimento das lideranças femininas, à diversificação produtiva e ao engajamento em parcerias interinstitucionais, demonstra que a inovação é também relacional, surgindo da interação contínua entre diferentes atores e saberes e configurando um ecossistema colaborativo de produção e circulação de conhecimento, questões que serão aprofundadas no Capítulo III a partir da análise dos dados empíricos da pesquisa.

Nesse sentido, a inovação em processos na Rede Poranga não se restringe à dimensão técnica, mas se apresenta como fenômeno cultural e social que redefine práticas de governança, modelos de gestão e modos de vida de produtores familiares. A experiência da Feira AGROUFAM mobiliza criatividade coletiva e capital social em torno da construção de novos caminhos de sustentabilidade e autonomia na Amazônia, cujos resultados e implicações serão discutidos no Capítulo 3, à luz dos dados empíricos da pesquisa.

4. Universidade e agricultura familiar na produção de conhecimento

A realização da Feira AGROUFAM no interior da Universidade Federal do

Amazonas confere ao espaço uma configuração distinta das feiras convencionais. A proximidade entre produtores, estudantes, professores, pesquisadores, técnicos e consumidores favorece a interação entre conhecimentos científicos, saberes tradicionais e experiências produtivas. A feira opera, assim, como uma interface entre universidade e agricultura familiar, articulando comercialização, formação, pesquisa aplicada e extensão universitária.

As atividades desenvolvidas no espaço da feira possibilitam que os empreendimentos apresentem produtos, recebam avaliações dos consumidores, identifiquem demandas e aperfeiçoem processos produtivos e comerciais. Simultaneamente, estudantes e pesquisadores encontram oportunidades de observação, aprendizagem e aproximação com as realidades da produção familiar amazônica. Essa interação contribui para a coprodução de conhecimentos, pois os saberes não circulam apenas da universidade para os produtores, mas são construídos e reelaborados nas experiências compartilhadas.

Sob a perspectiva de Freire, a extensão universitária adquire sentido quando se organiza como comunicação e diálogo entre sujeitos, evitando a transferência unilateral de conhecimentos. Essa compreensão aproxima-se da ecologia de saberes proposta por Santos, na qual conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos se relacionam sem que um seja automaticamente subordinado ao outro. Na AGROUFAM, essa integração se manifesta nas oficinas, pesquisas, intercâmbios, práticas formativas e adaptações produtivas desenvolvidas a partir do encontro entre diferentes formas de conhecimento.

A relação com a universidade também apresenta limites. A infraestrutura, a visibilidade e parte das oportunidades de formação dependem da continuidade do apoio institucional da UFAM. A Matriz SWOT identificou a mudança na gestão universitária como uma ameaça, demonstrando que o vínculo institucional constitui simultaneamente uma força e um fator de dependência. O fortalecimento da feira exige, portanto, a manutenção da parceria com a universidade e o desenvolvimento progressivo da autonomia da APROARTES e da Rede Poranga.

5. O movimento agroecológico como vetor de mobilização social e de comercialização justa

A agroecologia tem se consolidado, nas últimas décadas, como um movimento que articula ciência, prática e ação política em defesa de sistemas agroalimentares sustentáveis, justos e enraizados nos territórios. Mais do que um conjunto de técnicas agrícolas, constitui um campo que integra saberes acadêmicos e conhecimentos tradicionais, experiências

camponesas e lutas por direitos, configurando-se como alternativa ao modelo agroindustrial hegemônico.

Nesse processo, a construção de mercados solidários e de espaços de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores urbanos tornou-se dimensão estratégica, pois é nesses circuitos curtos que se materializam, de forma concreta, as propostas de soberania alimentar, reconhecimento da sociobiodiversidade e valorização do trabalho camponês. Feiras agroecológicas, redes de consumo responsável e iniciativas de economia solidária aparecem como desdobramentos econômicos e políticos do movimento agroecológico, nos quais a produção sustentável se conecta a novas formas de circulação de alimentos e de renda.

No contexto amazônico, essa articulação entre agroecologia e mercados solidários ganha contornos específicos, marcados pela diversidade sociocultural, pela centralidade dos povos e comunidades tradicionais e pelos desafios logísticos e institucionais impostos pela região. Redes como a Rede Maniva de Agroecologia (REMA) e experiências de feiras de produção familiar evidenciam que a agroecologia, enquanto movimento, não se limita à transformação das práticas produtivas, mas impulsiona a criação de espaços de comercialização justa, onde preço, qualidade dos alimentos e relações de confiança são negociados de forma direta e transparente.

O movimento agroecológico brasileiro constitui uma articulação complexa e diversa de sujeitos sociais, instituições e territórios que compartilham a defesa da vida, da sustentabilidade e da soberania alimentar como fundamentos de sua prática política. Trata-se de um movimento que ultrapassa os limites da produção agrícola, enraizando-se em lutas históricas por terra, direitos, território, reconhecimento dos saberes tradicionais e construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista e agroexportador.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2002, é um exemplo da institucionalização desse movimento, promovendo o diálogo entre movimentos sociais, organizações não governamentais, redes de economia solidária, instituições de pesquisa e extensão rural. A ANA entende a agroecologia como um projeto político-pedagógico de sociedade, que visa transformar não só a agricultura, mas os modos de vida e de convivência nos territórios (ANA, 2012).

No plano da mobilização social, a agroecologia impulsiona processos de auto-organização de agricultores e agricultoras, comunidades tradicionais, mulheres e juventudes rurais. A experiência de redes agroecológicas em diferentes regiões do Brasil evidencia a força dessa articulação descentralizada, horizontal e baseada na solidariedade; como destacam

Schmitt e Bánkuti (2016), tais redes são constituídas não apenas por trocas econômicas, mas também por relações de confiança, circulação de saberes e construção de agendas políticas comuns.

Na região Norte, particularmente na Amazônia, o movimento agroecológico assume dimensão ainda mais complexa ao incorporar os saberes de povos originários, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas, em diálogo com desafios socioambientais marcados pela ocupação desordenada, avanço do desmatamento e marginalização histórica desses grupos. Como apontam Silva e Schneider (2014), as experiências agroecológicas amazônicas se constituem como formas de resistência territorial e cultural frente à intensificação do agronegócio e à mercantilização da natureza.

Essas dinâmicas se materializam em redes de mobilização e comercialização justa, expressas em feiras agroecológicas, bancos de sementes crioulas, sistemas participativos de garantia, circuitos curtos e organizações coletivas que visam não apenas ao escoamento da produção, mas também ao fortalecimento da autonomia, à geração de renda e à valorização dos modos de vida tradicionais. Entre as experiências emblemáticas na Amazônia, destaca-se a REMA – Rede Maniva de Agroecologia, que articula diferentes iniciativas territoriais em torno da agroecologia, da economia solidária e da soberania alimentar.

No estado do Amazonas, conforme Santos (2023), os movimentos agroecológicos e orgânicos surgiram ao final dos anos 1990, impulsionados por iniciativas apoiadas por ONGs, pastorais sociais, universidades e pela Embrapa. Embora inicialmente pouco articuladas entre si, essas experiências combinavam defesa do território, preservação da floresta, diversificação produtiva e busca por canais de comercialização mais justos, constituindo o caldo político que sustentaria o movimento agroecológico estadual nas décadas seguintes.

Esse processo culminou no fortalecimento institucional de redes como a Rede Maniva de Agroecologia (REMA) e a Comissão de Produção Orgânica do Amazonas (CPOrg-AM), cuja atuação articulada resultou na construção da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, promulgada em 2018. A pesquisa que analisou esse processo buscou compreender os cenários e as relações envolvidas na formulação da PEAPO-AM, por meio de levantamento bibliográfico, análise de atas de reuniões e audiências públicas, e entrevistas semiestruturadas com atores-chave. A análise textual discursiva das entrevistas permitiu evidenciar o movimento ativo da agroecologia e da produção orgânica no Amazonas.

Segundo Menezes et al. (2018), a REMA é o resultado de um movimento social formado por agroecologistas, agricultores, consumidores e organizações governamentais e não governamentais que atuam desde 1999 em prol da construção, otimização e implantação

da agroecologia no Amazonas. Em 2007, como parte dos esforços relativos à política setorial do pró-orgânico do Ministério da Agricultura e da Comissão de Produção Orgânica (CPOrg) e seus membros, entendeu-se que era preciso fortalecer urgentemente a cadeia produtiva da produção orgânica, ainda muito incipiente no Amazonas. Portanto, na 33ª Expoagro criou-se um espaço expositivo e de discussão para a produção orgânica, onde participaram agricultores interessados na produção sustentável.

A atuação da REMA revela-se como expressão concreta da mobilização agroecológica na Amazônia, articulando saberes tradicionais, prática sustentável e protagonismo comunitário. Sua estrutura organizativa sustenta-se por núcleos territoriais, vivências, mutirões, oficinas e ações de formação voltadas para jovens e mulheres rurais, fortalecendo redes de solidariedade, confiança e cuidado. A implementação do Sistema Participativo de Garantia, por meio do OPAC Maniva, garante certificações orgânicas a partir de processos comunitários e transparentes, fortalecendo a autonomia dos grupos produtivos e a soberania alimentar.

Além disso, a REMA coordena a Feira de Produtos Orgânicos da APOAM (Figura 31), a única com certificação participativa no estado do Amazonas, constituindo-se como espaço de comercialização justa, educação política e valorização da cultura alimentar local. Com cerca de 2.600 famílias envolvidas direta ou indiretamente, suas ações têm promovido práticas sustentáveis como quintais produtivos, hortas agroecológicas, sistemas agroflorestais, além de processos de beneficiamento e comercialização que articulam economia solidária e biodiversidade. Nesse sentido, a REMA opera como ponte entre territórios tradicionais e políticas públicas, promovendo desenvolvimento territorial com base na agroecologia.

Figura 31. Feira de Produtos Orgânicos na ASSINPA



Fonte: Acervo REMA (2019)

Além da REMA, outras iniciativas relevantes incluem a Rede de Economia Solidária do Acre, redes de comercialização direta no Amapá e Roraima, e projetos de agricultura urbana em cidades como Belém e Manaus, que vêm promovendo a produção agroecológica em quintais urbanos, ocupações e escolas públicas.

No Amazonas, o fortalecimento da agroecologia tem se dado por meio de parcerias entre universidades, movimentos sociais e políticas públicas de fomento, como o Programa de Apoio à Produção Familiar Sustentável (Pro-rural), a construção de Arranjos Produtivos Locais, os Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs), e iniciativas como o DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) do Banco do Brasil. Tais experiências demonstraram o caráter transversal e integrador da agroecologia enquanto projeto de sociedade.

Em síntese, compreender a agroecologia como movimento social, campo científico e prática territorial implica reconhecer que seus efeitos se expressam tanto nos modos de produzir quanto nas formas de comercializar e de se organizar coletivamente. Os mercados solidários, em especial as feiras agroecológicas e de produção familiar, constituem uma das principais materializações dessa proposta, ao aproximarem produtores e consumidores, encurtarem cadeias e colocarem em circulação alimentos vinculados a projetos de justiça social e sustentabilidade.

A articulação entre essas dimensões é sintetizada no modelo conceitual apresentado na Figura 32, que expressa o movimento agroecológico como sistema relacional, não linear e socioterritorialmente estruturado, no qual processos sociais, práticas territoriais e dinâmicas econômicas se integram na produção de formas justas de organização, produção e comercialização.

A missão do núcleo é atuar junto a essas comunidades, promovendo ações integradas de ensino, pesquisa e extensão, com ênfase nas dimensões social, econômica, ambiental, política, ética e cultural. Seus objetivos centrais envolvem a compreensão das formas de uso dos recursos naturais manejados por famílias rurais, a identificação de estratégias de subsistência e comercialização, e o reconhecimento das formas de organização sociopolítica nos territórios amazônicos (NUSEC, 2016). Para isso, desenvolve pesquisas e ações de extensão baseadas em metodologias participativas, educação popular, pesquisa-ação e sistematização de experiências, em consonância com os princípios da agroecologia.

A abordagem do NUSEC se ancora na compreensão crítica das dinâmicas socioeconômicas e culturais da região, articulando saberes científicos e populares numa perspectiva emancipatória e interdisciplinar. Os projetos desenvolvidos pelo núcleo integram práticas agroecológicas, economia solidária, justiça ambiental e educação contextualizada, contribuindo para o fortalecimento de redes sociotécnicas e processos de inovação social em territórios rurais e urbanos.

O NUSEC estrutura suas ações a partir de tecnologias sociais apropriadas e da valorização da sociobiodiversidade amazônica, promovendo cursos, oficinas, mutirões e vivências com apoio de instituições como a FAPEAM, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, PETROBRAS, entre outros. Projetos como o OSIM (Organização Social e Identificação de Mercados) e o Pro-rural foram fundamentais para fomentar arranjos produtivos locais, capacitar lideranças comunitárias e consolidar experiências como a Feira AGROUFAM, que se tornou um locus privilegiado de comercialização justa e diálogo de saberes entre campo e cidade.

Além disso, o núcleo desenvolveu uma expressiva produção científica e técnica, com foco em indicadores de sustentabilidade, práticas de manejo agroecológico, segurança alimentar, juventude rural, gênero, e processos participativos. Os estudos buscam compreender os papéis desempenhados por mulheres, jovens e organizações sociais na transição agroecológica, revelando os vínculos entre preservação ambiental, justiça social e soberania alimentar.

Ao longo dessas duas décadas, o NUSEC acumulou uma robusta trajetória de ações em territórios amazônicos, consolidando um portfólio diversificado de projetos de pesquisa e extensão e contribuindo de forma decisiva para a construção de políticas públicas, metodologias inovadoras e redes de cooperação agroecológica no estado do Amazonas.

A produção científica e a ação extensionista do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC/UFAM) constituem um dos principais pilares de articulação entre agroecologia,

desenvolvimento territorial e economia solidária no Amazonas. Desde sua criação, o NUSEC atua na construção de metodologias participativas que combinam o saber técnico-científico com os conhecimentos locais dos agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas e demais povos da floresta.

A partir de um referencial que compreende a agroecologia como ciência, prática e movimento, o núcleo tem impulsionado pesquisas voltadas para a sustentabilidade dos agroecossistemas, o fortalecimento de arranjos produtivos locais e a valorização dos territórios como espaços vivos de reprodução cultural, econômica e ecológica. Essa produção se traduz tanto em investigações acadêmicas quanto em projetos de extensão e ações de formação territorializada.

Um exemplo significativo dessa construção é o estudo de Lima (2009), que investigou os agroecossistemas da comunidade São João do Tupé com base em indicadores de sustentabilidade desenvolvidos ativamente. O trabalho articulou dimensões ecológicas, sociais e econômicas da produção familiar e serviu de base metodológica para diversos projetos do núcleo, reafirmando o protagonismo dos sujeitos locais na construção de soluções para seus territórios.

A relevância dessa linha de pesquisa é reforçada por Fraxe, Santiago e Lima (2015), que destacam o papel das feiras agroecológicas e dos mercados institucionais como instrumentos centrais para o desenvolvimento territorial sustentável. Em seus estudos, os autores demonstram que esses espaços não apenas dinamizam a economia local, mas também promovem a justiça social, o reconhecimento da cultura alimentar tradicional e o empoderamento de mulheres e jovens rurais. A experiência da Feira AGROUFAM é exemplar nesse sentido, ao promover circuitos curtos de comercialização e integração entre campo e cidade dentro do espaço universitário.

Outro eixo importante da produção científica do NUSEC se volta para os arranjos produtivos locais e redes de comercialização agroecológica, como demonstrado por Gomes et al. (2021). A partir da análise de experiências na Região Metropolitana de Manaus, os autores identificam elementos de inovação social, práticas de gestão participativa e articulação entre cooperativas, associações e instituições públicas. As redes construídas com apoio técnico e formativo do NUSEC têm possibilitado maior autonomia dos agricultores e resiliência frente à concentração dos mercados e às ameaças do agronegócio.

No âmbito das iniciativas explicitamente agroecológicas, o NUSEC participou da construção do Centro de Referência em Agroecologia no Amazonas, projeto voltado ao desenvolvimento tecnológico e à articulação de redes sociopolíticas em torno de práticas de

produção sustentável, educação ambiental e fortalecimento da agricultura familiar. Essa experiência contribuiu para consolidar metodologias de extensão rural crítica na região, com foco em sistemas agroflorestais, manejo participativo dos recursos naturais e formação de agentes multiplicadores em comunidades rurais.

Outras ações, como o projeto *“Trabalhadores e trabalhadoras rurais na preservação e conservação dos recursos naturais renováveis e promoção da saúde de comunidades ribeirinhas na microrregião do Alto Solimões”* e o projeto *“Corredor Central da Amazônia”*, ampliaram a inserção do NUSEC em agendas de conservação socioambiental, capacitação de lideranças camponesas e planejamento participativo de territórios. Nessas iniciativas, a agroecologia aparece articulada à saúde, à educação e à proteção da biodiversidade, reforçando o papel do núcleo como referência em extensão rural inovadora na Amazônia.

Complementarmente, Souza (2017) investiga os quintais agroecológicos urbanos como estratégia de segurança alimentar, economia do cuidado e fortalecimento da soberania alimentar em comunidades periféricas de Manaus. A autora evidencia como as práticas promovidas em pequenos espaços urbanos, com apoio técnico e metodológico do NUSEC, contribuem para o empoderamento feminino, a recuperação de saberes tradicionais e a reconstrução dos vínculos entre alimentação, saúde e território.

A produção científica do núcleo, portanto, não se restringe à sistematização de dados ou estudos de caso, mas integra uma práxis extensionista e política, que busca fortalecer a agricultura familiar e os sistemas alimentares sustentáveis a partir de uma lógica territorializada. O NUSEC tem assumido papel ativo na formação de lideranças comunitárias, na assessoria a políticas públicas e na articulação de redes sociotécnicas, sendo um dos principais agentes da transição agroecológica no estado do Amazonas.

6.1. Produção científica e extensão rural do NUSEC

De acordo com o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, a atuação do NUSEC está ancorada em linhas de pesquisa em socioeconomia e extensão rural coordenadas pela professora Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, bolsista de produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq. Essas linhas articulam temas como agricultura familiar, sustentabilidade, sistemas agroflorestais, cultura cabocla/ribeirinha e desenvolvimento rural na Amazônia, combinando investigação acadêmica e ação extensionista em diferentes microrregiões do estado.

Entre os projetos vinculados a esse núcleo de pesquisa, conforme sistematizado na Quadro 1, destacam-se iniciativas voltadas à capacitação de trabalhadores rurais, assessoria a

organizações comunitárias e elaboração participativa de diagnósticos socioambientais, como a assessoria às comunidades da Costa da Terra Nova, em Careiro da Várzea, e ações de formação em planejamento da produção e consumo familiar em municípios amazônicos. Essas experiências, desenvolvidas desde os anos 1990, constituem a base histórico-metodológica a partir da qual o NUSEC passa a incorporar, de forma mais explícita, a agroecologia como eixo estruturante de sua intervenção territorial.

A produção científica e a ação extensionista do NUSEC constituem um dos principais pilares da articulação entre agroecologia, desenvolvimento territorial e economia solidária no Amazonas. Desde sua criação, o núcleo tem desenvolvido pesquisas aplicadas e projetos de extensão que dialogam com a realidade da agricultura familiar, combinando indicadores de sustentabilidade, metodologias participativas e fortalecimento de arranjos produtivos locais, conforme o Quadro 1.

Quadro 1. Projetos estruturantes do NUSEC vinculados à agroecologia

Projeto / Ação estruturante	Período aproximado	Financiador/ Apoio Institucional	Contribuição para a agroecologia
Projetos de pesquisa sobre campesinato amazônico e agricultura familiar	2000 – 2015	CNPq / UFAM	Produção de conhecimento sobre modos de vida rurais, sistemas produtivos tradicionais e bases socioculturais da agroecologia na Amazônia
Projetos de pesquisa e extensão sobre sistemas produtivos ribeirinhos e sustentabilidade socioambiental	2005 – 2018	CNPq / CAPES / FAPEAM	Análise da relação sociedade–natureza, adaptação dos sistemas produtivos às dinâmicas ambientais e valorização dos saberes tradicionais
Projetos de extensão rural com foco em agroecologia e organização socioprodutiva	2010 – 2022	UFAM / FAPEAM	Assessoria técnica participativa, formação de agricultores/as, fortalecimento organizativo, práticas agroecológicas e economia solidária
Ações extensionistas voltadas à comercialização solidária e circuitos curtos	2014 – Atual	UFAM/Parcerias Institucionais	Criação de bases institucionais e formativas para feiras agroecológicas e iniciativas como a Feira AGROUFAM

Fonte: Elaboração própria (2025)

Dessa forma, as experiências acumuladas pelo NUSEC em agroecossistemas, quintais agroecológicos, redes de comercialização e formação de lideranças comunitárias prepararam o terreno para a criação de espaços de comercialização justa, nos quais a agroecologia se articula à economia solidária. A Feira AGROUFAM emerge diretamente desse acúmulo,

como desdobramento da práxis extensionista do núcleo e como ambiente no qual a produção familiar amazônica encontra canais mais estáveis e reconhecidos de circulação de alimentos.

6.2. Política nacional de parques tecnológicos em expansão

A trajetória da política de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e a criação de parques científicos e tecnológicos ofereceram o marco institucional para experiências que articulam produção de conhecimento, desenvolvimento regional e inclusão social. No âmbito da UFAM, o Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social (PCTIS) representa uma inflexão importante, ao assumir explicitamente a Amazônia e seus povos como referência para a inovação, conectando pesquisa, extensão e tecnologias sociais.

Ao longo das últimas décadas, a consolidação da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (PCTI) no Brasil tem sido marcada pela criação de instituições e instrumentos que progressivamente ampliaram o apoio à pesquisa e à inovação, como o CNPq, o FNDCT, a FINEP, os fundos setoriais e a Lei de Inovação. Esse arcabouço estimulou a emergência de uma política voltada a ambientes de inovação, entre os quais se destacam os parques científicos e tecnológicos, concebidos como instrumentos de desenvolvimento regional, apoio à inovação empresarial e articulação entre universidades, empresas e governo. Nesse contexto, o país assistiu à expansão acelerada de parques tecnológicos em operação a partir dos anos 2000, acompanhada da preocupação em interiorizar a infraestrutura científica e tecnológica e em incorporar a dimensão da inclusão social nas iniciativas de C&T.

A trajetória dos parques científicos e tecnológicos no Brasil alcança um ponto de inflexão quando essas estruturas passam a ser pensadas não apenas como espaços de transferência de tecnologia para setores empresariais consolidados, mas também como plataformas de experimentação de tecnologias sociais e de valorização de saberes tradicionais. É nesse movimento que se insere a experiência da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), cuja história centenária e engajamento com a Amazônia contribuíram para a criação de um modelo de parque científico e tecnológico explicitamente orientado à inclusão social. A opção por ancorar a inovação em processos participativos, em práticas de extensão e em arranjos produtivos locais permite diferenciar essa proposta de iniciativas mais convencionais de parques voltados exclusivamente a setores empresariais de alta tecnologia.

Em 2010, a UFAM aprova, em seu Conselho Superior de Administração, o “Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social: prática de inovação articulando conhecimentos técnicos, científicos e populares na Amazônia (PCTIS)”, instituindo uma rede de pesquisa,

extensão e inovação tecnológica voltada para o desenvolvimento econômico, cultural e político dos povos amazônicos sob bases sustentáveis. O PCTIS é organizado como um conjunto de projetos que dialogam com diferentes áreas do conhecimento, tendo como referência o conceito de cidadania social e ambiental e a intensificação da capacidade de intervenção na realidade socioambiental de populações urbanas e rurais. Essa concepção amplia o escopo tradicional dos parques tecnológicos ao enfatizar a inclusão social, o fortalecimento de organizações comunitárias e o estímulo a arranjos produtivos locais enquanto resultados esperados de processos de inovação.

Inserido no âmbito do PCTIS, o núcleo passa a atuar como ponte entre a produção científica da UFAM e a realidade concreta dos territórios, transformando resultados de pesquisa em estratégias de intervenção, tecnologias sociais e processos formativos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária.

A criação da Feira AGROUFAM, em 2014, constitui um desdobramento direto desse arranjo, ao instituir um espaço permanente de comercialização e formação em agroecologia dentro do campus universitário, onde se experimentam, em escala concreta, estratégias de comercialização justa e de fortalecimento da produção familiar.

6.3. DRS: articulação institucional e fortalecimento territorial

O Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), coordenado pelo Banco do Brasil a partir dos anos 2000, consolidou-se como uma estratégia de promoção da agricultura familiar, da economia solidária e de iniciativas agroecológicas em diferentes regiões do país, incluindo o Amazonas.

No Amazonas, o DRS contribuiu para aproximar instituições financeiras, órgãos públicos e organizações da sociedade civil em torno de agendas de crédito orientado, assistência técnica e fortalecimento de cadeias produtivas locais, criando um ambiente favorável à atuação de núcleos universitários como o NUSEC. Nesse cenário, o NUSEC passou a se articular com políticas e programas federais voltados ao desenvolvimento territorial rural, inserindo suas ações em uma agenda mais ampla de combate às desigualdades e de promoção de alternativas sustentáveis na Amazônia.

Embora o DRS tenha fornecido o marco político-institucional e parte das condições de contexto, o fomento direto às ações executadas pelo NUSEC e seus parceiros decorreu, sobretudo, de Termos de Execução Descentralizada (TED) firmados com o Governo Federal, em especial a partir de 2010. Esses instrumentos permitiram canalizar recursos públicos para a implementação de projetos estruturantes em comunidades rurais amazônicas, contemplando

ações de diagnóstico participativo, planejamento territorial, formação técnica e organização de arranjos produtivos locais com enfoque agroecológico.

As intervenções foram pautadas por metodologias participativas de extensão rural, pesquisa-ação e tecnologias sociais adaptadas aos contextos amazônicos, favorecendo o protagonismo de mulheres, jovens e agricultores tradicionais na definição de prioridades, na gestão dos projetos e na construção coletiva de inovações. Ao articular políticas de desenvolvimento regional com práticas locais de economia solidária, o programa contribuiu para legitimar a construção de mercados diferenciados para a produção familiar amazônica, nos quais a AGROUFAM se insere como experiência emblemática.

6.4. Seminários de Agroecologia: espaços de formação e articulação

Os Seminários de Experiências Agroecológicas na Amazônia, organizados pelo NUSEC, consolidaram-se como espaços privilegiados de formação, reflexão crítica e articulação entre universidade, movimentos sociais e agricultores familiares. Ao reunir milhares de participantes em torno de práticas de transição agroecológica, soberania alimentar e desenvolvimento territorial, esses eventos promoveram a circulação de saberes e a construção de redes de cooperação.

O I Seminário de Experiências Agroecológicas no Contexto Amazônico, realizado em 2012, teve como foco a sistematização de práticas de transição agroecológica na agricultura familiar, reunindo agricultores, técnicos de extensão, estudantes e pesquisadores interessados em alternativas sustentáveis para a produção de alimentos na região. Esse primeiro encontro marcou o início de um diálogo mais estruturado entre a comunidade acadêmica e os sujeitos do campo, permitindo que experiências locais passassem a ser reconhecidas como referência para a construção de tecnologias sociais em agroecologia.

O II Seminário de Experiências Agroecológicas na Amazônia (Figura 33), realizado em 2015, ampliou significativamente a abrangência do evento, reunindo cerca de 1.500 participantes e consolidando-se como espaço de convergência de redes de agroecologia, movimentos sociais, organizações de agricultores e diferentes instituições públicas. A programação combinou mesas-redondas, apresentação de trabalhos acadêmicos, oficinas práticas e rodas de conversa, fortalecendo o intercâmbio de saberes entre estudantes, docentes, lideranças comunitárias e comunidades tradicionais e aprofundando o debate sobre agroecologia, soberania alimentar e desenvolvimento territorial sustentável. As articulações construídas nesse contexto foram decisivas para impulsionar iniciativas como a Feira AGROUFAM, que emerge como desdobramento dessas redes e como espaço permanente de

extensão rural e circulação de saberes agroecológicos.

Figura 33. Registros do II Seminário de Experiências Agroecológicas



Fonte: Acervo NUSEC (2012)

Ao conectar dimensões formativas, políticas e territoriais, os seminários promovidos pelo NUSEC extrapolam o formato tradicional de evento acadêmico e se configuram como processos contínuos de educação popular e de planejamento participativo da extensão universitária. Esses espaços têm contribuído para consolidar práticas agroecológicas, fortalecer organizações de agricultores familiares e ampliar a inserção da agroecologia na agenda de pesquisa e na formação de estudantes de graduação e pós-graduação, reforçando o papel do NUSEC como referência regional em produção científica e extensão rural comprometidas com a sustentabilidade da Amazônia.

As articulações construídas nesses seminários foram decisivas para impulsionar a criação da Feira AGROUFAM como espaço permanente de extensão rural e comercialização de produtos da agricultura familiar dentro da UFAM. Ao mesmo tempo, contribuíram para consolidar uma base social e política que, alguns anos depois, sustentaria a formação da Rede Poranga, articulando produtores, universidade e organizações parceiras em torno de um projeto comum de comercialização justa e inovação social.

6.5. Pró-rural e OSIM: inovação, extensão e institucionalização da feira

Entre 2013 e 2015, o projeto OSIM – Organização Social e Identificação de Mercados Potenciais, financiado pela FAPEAM, mobilizou cerca de 15 municípios amazonenses e foi executado tecnicamente pelo NUSEC em parceria com órgãos estaduais de desenvolvimento rural. A iniciativa combinou formação em gestão e empreendedorismo, apoio à organização social da produção e prospecção de mercados para a agricultura familiar, fortalecendo circuitos curtos de comercialização e aproximando comunidades rurais da universidade. Nesse

processo, a AGROUFAM foi consolidada como espaço estratégico para a inserção dos agricultores em mercados diferenciados, tornando-se um canal permanente de comercialização e de visibilidade para produtos agroecológicos no campus da UFAM.

Paralelamente, o Programa Pro-rural, lançado em 2013, contribuiu para apoiar a comercialização da produção familiar por meio de ações de capacitação técnica, estímulo à associação comunitária e incentivo a práticas produtivas sustentáveis. O programa buscou articular políticas de comércio ético e solidário com iniciativas de extensão universitária, reforçando a infraestrutura organizacional e logística necessária à realização da feira e de outras ações de fomento à agricultura familiar.

Nesse contexto, a Feira AGROUFAM foi gradualmente institucionalizada como projeto permanente de extensão universitária, tornando-se um canal regular de comercialização para os empreendimentos participantes dos projetos, Pro-rural e OSIM. A partir dessa base, consolidou-se um arranjo em que a feira não apenas assegura renda e visibilidade para a produção familiar, mas também se torna plataforma para a futura constituição da Rede Poranga, que sistematiza e aprofunda as experiências de gestão solidária e inovação em processos de comercialização.

7. Cultura e governança na Rede Poranga

A Rede Poranga constitui-se como uma experiência socioterritorial fundada em uma cultura organizacional orientada pela solidariedade, pela coletividade e pelo compromisso ético com a sustentabilidade. A cultura, nesse contexto, é compreendida não apenas como um conjunto de valores compartilhados, mas como dimensão estruturante da governança, capaz de orientar práticas, decisões e formas de organização social. À luz de Laraia (2001) e Geertz (2013), entende-se a cultura como um sistema simbólico que confere sentido às ações humanas e estrutura as formas pelas quais os grupos sociais constroem suas realidades e respondem aos desafios do contexto em que estão inseridos.

Na Rede Poranga, essa cultura emerge da interação entre múltiplos atores, produtores familiares, artesãos, técnicos, pesquisadores, gestores públicos e consumidores, que compartilham princípios como ética, cooperação, respeito e compromisso coletivo. Esses valores foram explicitamente destacados nas oficinas do Projeto Mais Gestão (2025), nas quais os membros da APROARTES identificaram ética, disciplina, organização e profissionalismo como fundamentos estruturantes da atuação em rede. Tais princípios configuram o que Geertz (2013) denomina “teias de significados”, orientando comportamentos e produzindo uma racionalidade distinta da lógica competitiva dominante

nos mercados convencionais.

Essa dimensão cultural sustenta os mecanismos de governança que estruturam a Rede Poranga. A governança, compreendida a partir de Rhodes (1997) e Kooiman (2003), ultrapassa a noção de controle institucional e se configura como um processo ampliado de coordenação entre atores autônomos, articulados por objetivos compartilhados e relações de confiança. Na Rede Poranga, a governança assume caráter horizontal, participativo e colaborativo, materializando-se em instâncias colegiadas como assembleias, comitê gestor e grupos de trabalho, que operam segundo princípios de corresponsabilidade, transparência e decisão coletiva.

A estrutura de governança da Rede, conforme o diagnóstico participativo de 2025, abrange tanto o ambiente interno (composto pela APROARTES, NUSEC e Instituto Acariquara) quanto o ambiente externo, integrado por parceiros institucionais, órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Essa configuração evidencia uma governança de natureza multinível e interinstitucional, na qual universidade, associações e políticas públicas se articulam em torno do fortalecimento da agricultura familiar e da sustentabilidade amazônica.

Ao longo de sua trajetória, a cultura organizacional da Rede Poranga se consolida por meio de práticas formativas e organizativas, como assembleias periódicas, oficinas de capacitação, eventos comunitários e ações acadêmicas, que funcionam como espaços de aprendizagem social (Bandura, 1986; Wenger, 1998). Esses processos reforçam a identidade coletiva da rede e produzem valores de solidariedade, autonomia e corresponsabilidade, configurando um ecossistema de aprendizagem contínua.

A governança em rede da Poranga também reflete o que Pierre Lévy (1999) chama de inteligência coletiva. Um processo no qual o conhecimento é compartilhado e aprimorado continuamente pela interação entre os sujeitos. A decisão coletiva, a construção participativa de documentos (como o Regimento Interno da Feira) e o uso de metodologias colaborativas como a Matriz SWOT são exemplos de práticas que reforçam essa inteligência distribuída e que favorecem a inovação social. A rede, portanto, funciona como um ecossistema de aprendizagem, no qual a cultura da cooperação se traduz em práticas efetivas de gestão.

Outro aspecto relevante é a participação das mulheres na governança e nas dinâmicas produtivas, reconhecida nas oficinas como uma das principais fortalezas da rede. A atuação feminina não se restringe ao âmbito produtivo, mas se estende à liderança estratégica, à tomada de decisão e à gestão financeira, ampliando o horizonte da inovação e reafirmando o compromisso da Rede Poranga com a equidade de gênero e o empoderamento social. Essa

característica cultural é central para compreender a singularidade da Feira AGROUFAM como espaço de transformação social e emancipação.

A governança cultural da Rede Poranga também se expressa em suas relações com o território. A feira constitui-se como território simbólico de encontro entre campo e cidade, onde o ato de comercializar é também um gesto político e pedagógico. Os produtos agroecológicos e artesanais carregam consigo histórias, saberes e identidades locais, transformando o espaço da feira em um lugar de resistência e valorização da diversidade amazônica.

No plano territorial, a Rede Poranga se materializa em dispositivos socioterritoriais concretos, entre os quais se destaca a Feira AGROUFAM, compreendida como território de materialização da rede, e não como sua estrutura central. Esses territórios operam como espaços de mediação social, nos quais se articulam produção, comercialização, cultura, identidade, organização coletiva e economia solidária, configurando campos de experimentação socioterritorial e inovação socioambiental.

A Rede Poranga se inscreve no Território Amazônico, entendido como espaço rural-urbano integrado, marcado por identidades culturais, relações socioambientais, dinâmicas territoriais e processos históricos de organização social, o que confere à rede uma dimensão territorial ampliada e multiescalar.

Desse modo, a Rede Poranga configura-se como um sistema relacional, não linear e não hierárquico, no qual cultura, governança, economia solidária, aprendizagem e territorialidade se articulam de forma circular e interdependente, produzindo arranjos organizacionais inovadores e formas alternativas de desenvolvimento socioterritorial.

Com o objetivo de sistematizar os principais conceitos e categorias analíticas deste capítulo, a Figura 32 representa a síntese da Rede Poranga como um sistema socioterritorial estruturado pela articulação entre cultura, governança em rede, economia solidária, aprendizagem coletiva, universidade e organização social, no qual a Feira AGROUFAM se configura como território de materialização da rede.

Portanto, cultura e governança na Rede Poranga constituem dimensões complementares e interdependentes: a cultura fornece os significados, valores e vínculos simbólicos que sustentam a coesão social, enquanto a governança traduz esses valores em práticas organizacionais e estratégias coletivas de ação. Juntas, configuram um modelo de gestão solidária e participativa, capaz de integrar conhecimento, compromisso social e sustentabilidade, cuja análise empírica será aprofundada no Capítulo 3.

Considerações Finais

A agroecologia é um movimento que articula práticas produtivas sustentáveis, organização comunitária e construção de mercados solidários, destacando seu papel na criação de espaços de comercialização justa e na defesa da agricultura familiar amazônica. Ao recuperar o contexto histórico de políticas públicas, projetos de extensão e redes de cooperação, evidenciou-se que a Feira AGROUFAM emerge como desdobramento de um processo mais amplo de mobilização agroecológica e de economia solidária, no qual se entrelaçam saberes tradicionais, universidade e organizações da sociedade civil.

Nesse percurso, a atuação do NUSEC, do PCTIS e de programas como DRS, Pro-Rural e OSIM foi fundamental para consolidar uma base institucional e territorial favorável à criação da feira, articulando formação, pesquisa aplicada, fortalecimento de cadeias produtivas e criação de canais diferenciados de comercialização. A Feira AGROUFAM não aparece, portanto, como iniciativa isolada, mas como expressão de um campo de experiências que combina extensão rural crítica, agroecologia e economia solidária, conectando territórios de produção e consumo por meio de circuitos curtos e relações de proximidade entre produtores e consumidores.

A trajetória recente da Feira AGROUFAM e da Rede Poranga indica um processo em curso de inovação social e organizacional, materializado em arranjos de governança em rede, mecanismos de autofinanciamento solidário, práticas de autogestão e ampliação de parcerias institucionais. Ao mesmo tempo, permanecem desafios relacionados à consolidação dessas estruturas, à qualificação da gestão, à sustentabilidade econômica e ambiental e à ampliação do acesso a políticas públicas. Esse entendimento dialoga com abordagens que compreendem a inovação social como um processo coletivo, territorialmente ancorado e orientado à transformação das relações sociais, organizacionais e econômicas, mais do que à introdução de artefatos técnicos isolados (Moulaert et al., 2013).

Desse modo, o percurso apresentado neste capítulo permitiu compreender como a agroecologia, enquanto movimento social e prática produtiva, articulada às ações de pesquisa e extensão do NUSEC, contribuiu para a constituição da Rede Poranga e para a emergência da Feira AGROUFAM como espaço de comercialização justa e solidária. Ao situar historicamente esses processos e delimitar a natureza da inovação proposta, o capítulo estabelece as bases analíticas necessárias para o Capítulo 3, no qual serão examinadas, a partir dos dados empíricos, as dinâmicas, os impactos e os limites da AGROUFAM enquanto território de promoção da inovação socioambiental na Amazônia.

CAPÍTULO III - AGROUFAM como um território de promoção da inovação socioambiental na Amazônia.

1. Introdução

Este capítulo constitui o eixo analítico central deste estudo, sendo responsável por responder à pergunta norteadora da pesquisa e por articular, de forma integrada, os aportes teóricos e os dados empíricos produzidos ao longo do estudo. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender a Feira AGROUFAM como um território de promoção da inovação socioambiental na Amazônia, considerando suas dimensões produtiva, organizacional, social e territorial.

Em consonância com os referenciais discutidos no Capítulo I, especialmente aqueles relacionados aos conceitos de cultura, território, inovação, governança em rede e economia solidária e com a trajetória histórica e organizativa analisada no Capítulo II, este capítulo avança no aprofundamento empírico, evidenciando como tais categorias se materializam nas práticas cotidianas dos empreendimentos familiares que compõem a AGROUFAM. O foco analítico recai sobre os processos de aprendizagem coletiva, as estratégias de organização e autogestão, as dinâmicas de trabalho e renda e as inovações socioambientais construídas no interior desse espaço.

A análise qualitativa e quantitativa desta pesquisa fundamenta-se em uma base de dados ampla e diversificada, composta por formulários socioeconômicos aplicados aos produtores familiares, entrevistas semiestruturadas, observação participante, registros documentais institucionais, dados do cadastramento dos produtores e informações provenientes das oficinas participativas realizadas no âmbito da APROARTES e da Rede Poranga. Destacam-se, nesse conjunto, a aplicação da Matriz SWOT e a realização do Café Mundial (World Café), metodologias que possibilitaram a construção coletiva de diagnósticos, a identificação de fragilidades e potencialidades e a elaboração de visões de futuro para a Feira AGROUFAM.

Nesse sentido, a AGROUFAM é analisada como um espaço de comercialização de produtos da agricultura familiar, e como um território socialmente construído, onde se articulam práticas de inovação social, organizacional e territorial. A inovação, neste estudo, é compreendida como um processo situado e relacional, que emerge da interação entre saberes locais, conhecimentos técnicos, experiências extensionistas e estratégias coletivas de governança, orientadas por valores de sustentabilidade socioambiental, cooperação e economia solidária.

Ao longo do capítulo, os dados empíricos são organizados e analisados de forma sistemática, buscando superar leituras fragmentadas e evidenciar padrões, conexões e tensões presentes na experiência da AGROUFAM. Para isso, a análise articula discussões qualitativas, quadros-síntese, tabelas analíticas e elementos visuais, de modo a qualificar a interpretação dos resultados e fortalecer o diálogo entre empiria e teoria.

A estrutura do capítulo contempla, inicialmente, a caracterização do perfil socioeconômico dos produtores e dos empreendimentos que compõem a feira, seguida pela análise das dinâmicas de trabalho, renda e participação social, com atenção especial às questões de gênero e organização coletiva. Em seguida, são discutidos os processos de governança em rede, aprendizagem e autogestão, bem como as inovações e invenções identificadas nos âmbitos produtivo, organizacional e socioambiental. Por fim, o capítulo incorpora uma dimensão prospectiva, construída a partir das metodologias participativas, que permite analisar cenários, estratégias e caminhos possíveis para o fortalecimento da AGROUFAM como ambiente de inovação socioambiental na Amazônia.

Ao articular diagnóstico, interpretação e projeção de futuros, este capítulo contribui para compreender como iniciativas baseadas na agricultura familiar, na agroecologia e na economia solidária podem fortalecer processos de desenvolvimento territorial sustentável no contexto amazônico.

2. Caracterização socioeconômica dos empreendimentos e dos produtores familiares da AGROUFAM

A compreensão da Feira AGROUFAM como território de inovação socioambiental exige, inicialmente, a caracterização dos sujeitos que a constituem. Conhecer o perfil socioeconômico dos produtores familiares e dos empreendimentos que integram a feira é fundamental para situar empiricamente as análises desenvolvidas ao longo deste capítulo, permitindo compreender as condições objetivas de trabalho, organização produtiva e inserção econômica que moldam as práticas observadas.

Os dados apresentados nesta seção foram obtidos a partir de diferentes fontes empíricas, incluindo formulários socioeconômicos aplicados aos produtores, banco de dados do cadastro dos empreendimentos, registros institucionais da APROARTES e dados complementares produzidos durante oficinas participativas. Essa diversidade de fontes possibilitou a construção de um panorama abrangente e consistente sobre os sujeitos da pesquisa, respeitando a complexidade e a heterogeneidade que caracterizam a AGROUFAM. O levantamento considerou 18 empreendimentos familiares vinculados à feira, permitindo

captar, em profundidade, trajetórias produtivas, arranjos organizacionais e estratégias de geração de renda que expressam a diversidade da agricultura familiar amazônica.

De modo geral, os produtores familiares que compõem a feira são agricultores familiares, extrativistas, artesãos e empreendedores da economia solidária, cujas trajetórias produtivas estão fortemente vinculadas ao território amazônico e aos modos de vida locais. Trata-se de um grupo social diverso, tanto do ponto de vista produtivo quanto organizacional, marcado pela coexistência de diferentes segmentos, saberes e estratégias de geração de renda. Essa diversidade constitui um dos elementos centrais da dinâmica da AGROUFAM, refletindo a pluralidade da agricultura familiar amazônica e a multiplicidade de iniciativas que articulam produção, transformação e comercialização em pequena escala. Corroborando com os Lima e Fontana (2019) e Fraxe et al. (2015) que compreendem as feiras de produção familiar como espaços de sociabilidade e a pluralidade da agricultura familiar, que se configuraram como alternativas produtivas para a geração de renda e o fortalecimento dos empreendimentos familiares.

A análise dos dados evidencia que os empreendimentos participantes da AGROUFAM se distribuem em distintos segmentos produtivos, como agroecológico, agroextrativista, produção orgânica, alimentos artesanais, biocosméticos, artesanato e praça de alimentação (Figura 34). Cada segmento apresenta especificidades quanto ao tipo de produto, escala de produção, exigências sanitárias e estratégias de comercialização, o que demanda formas diferenciadas de organização e apoio técnico. Ao mesmo tempo, essa diversidade favorece a complementaridade entre os empreendimentos, ampliando a oferta de produtos e fortalecendo a feira enquanto espaço coletivo de comercialização, sociabilidade e construção de alternativas produtivas para a agricultura familiar amazônica.

No que se refere ao tempo de inserção na AGROUFAM, observa-se a presença tanto de produtores familiares com longa trajetória na feira, alguns atuando desde os primeiros anos de sua implantação, quanto de empreendimentos mais recentes, que ingressaram ao longo do processo de consolidação da rede. Essa coexistência de trajetórias distintas contribui para a circulação de experiências, saberes e práticas, favorecendo processos de aprendizagem coletiva e de fortalecimento organizacional no interior da feira, especialmente por meio de trocas informais, oficinas e espaços de formação articulados pela APROARTES e pela Rede Poranga.

Figura 34. Produtores Familiares e os diferentes segmentos produtivos da AGROUFAM.

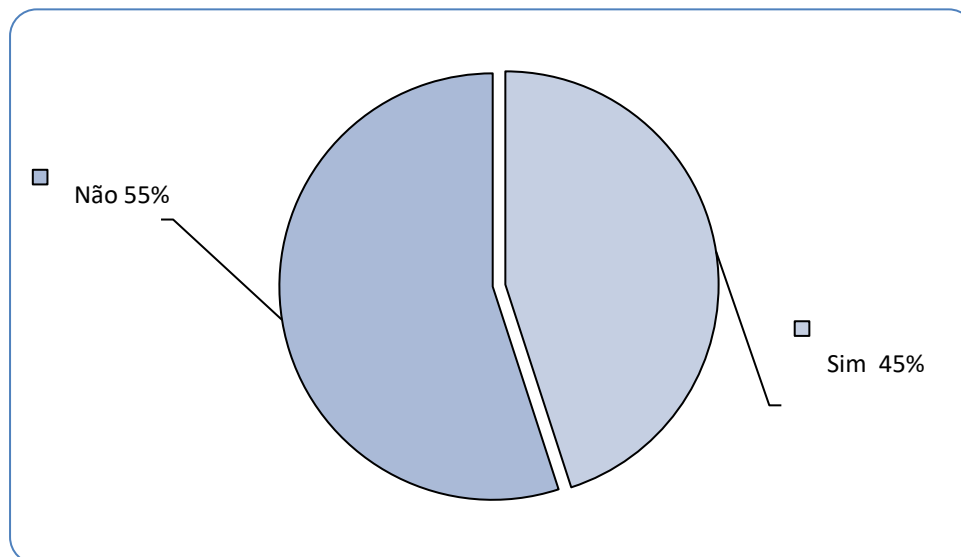


Fonte: Photocadismo (2024)

Outro aspecto relevante do perfil dos empreendimentos refere-se à inserção organizativa dos produtores. Conforme indicado na Figura 35, que trata da participação dos produtores em organizações coletivas, observa-se que a 45% dos entrevistados mantém vínculos com associações, redes e instâncias coletivas, fortalecendo os processos de governança e cooperação. Essa participação contribui para a construção de capacidades organizativas, para o acesso a espaços decisórios e para a consolidação da feira como território

de aprendizagem coletiva. A Respondente 03 destaca: "*Aprendemos transição pra orgânicos e comercialização*", densificando capital social e governança em rede.

Figura 35. Participação dos produtores em organizações coletivas.



As falas dos produtores indicam que a participação na AGROUFAM articula dimensões econômicas e simbólicas, sendo percebida como espaço de segurança, pertencimento e reconhecimento social, o que reforça a compreensão da feira como experiência que ultrapassa a função estritamente comercial.

Dessa forma, a caracterização dos empreendimentos e do perfil socioeconômico dos produtores evidencia que a AGROUFAM se estrutura a partir de relações coletivas e vínculos organizativos que sustentam sua dinâmica territorial e organizacional, assim como são aplicados os princípios da Agroecologia. Conforme destaca Altieri (2009), as relações coletivas se fortalecem na incorporação de princípios ecológicos, na valorização dos saberes locais e nas formas coletivas de organização social. Gliessman (2005) complementa ao destacar seu caráter técnico, social, cultural e político, orientado à transformação de sistemas alimentares excludentes. Nesse sentido, Caporal e Costabeber (2004) compreendem a agroecologia e essas relações coletivas, associado à construção de mercados solidários e ao fortalecimento da agricultura familiar.

Tabela 1. Indicadores de maturidade organizacional e gerencial dos empreendimentos da Feira AGROUFAM

Indicador	Categoria	n	%
Nível de maturidade	Consolidação	11	61,1
	Expansão	4	22,2
	Início	3	16,7
Formalização	Formalizado	8	44,4
	Não formalizado	9	50,0
	Em regularização	1	5,6
Planejamento	Possui plano de negócio ou planejamento estratégico	9	50,0
	Não possui	9	50,0
Controle financeiro	Informal	11	61,1
	Formal	7	38,9
Consultoria técnica	Não recebeu	12	66,7
Consultoria de negócios	Não recebeu	14	77,8
Consultoria ambiental	Não recebeu	14	77,8

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados evidenciam que a experiência e a permanência no mercado não correspondem, necessariamente, à consolidação gerencial e institucional dos empreendimentos. Embora 61,1% estejam em fase de consolidação e 22,2% em expansão, metade não está formalizada e apenas 50% possuem plano de negócio ou planejamento estratégico. Além disso, 61,1% realizam controles financeiros informais, condição que pode limitar o acompanhamento dos custos, a definição de preços, o planejamento dos investimentos e o acesso a políticas públicas e fontes de financiamento.

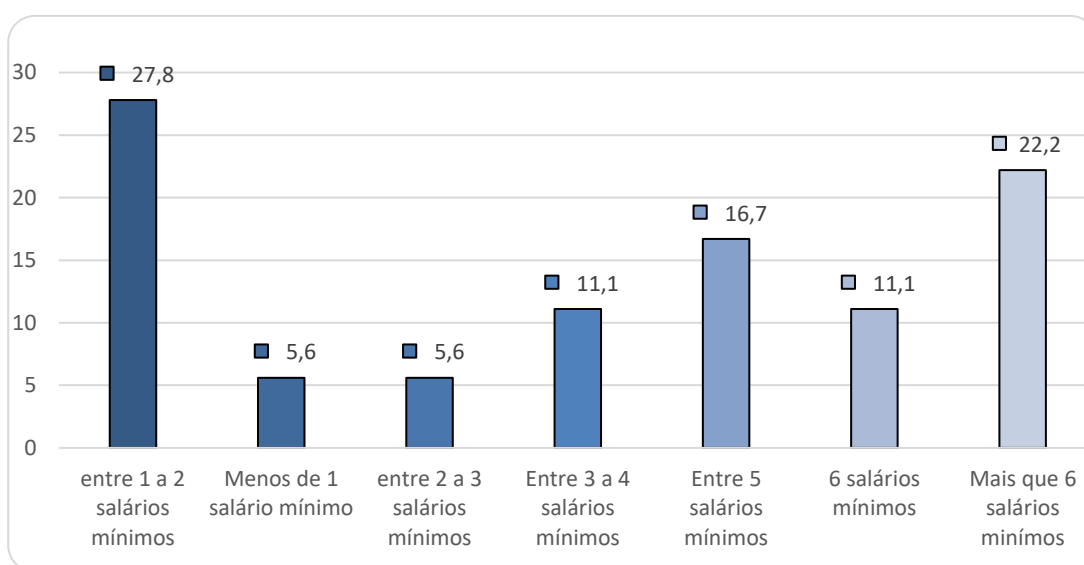
Também se observa reduzido acesso a serviços especializados. Entre os participantes, 66,7% nunca receberam consultoria técnica, enquanto 77,8% não tiveram acesso a consultoria de negócios e o mesmo percentual não recebeu consultoria voltada à sustentabilidade ambiental. Esses resultados demonstram que a maturidade produtiva alcançada por parte dos empreendimentos convive com fragilidades de gestão, formalização e assistência técnica, evidenciando a necessidade de ações continuadas de assessoria, qualificação gerencial e apoio à regularização.

3. Trabalho, renda e dinâmicas socioeconômicas na Feira AGROUFAM

A análise das dinâmicas de trabalho e renda dos empreendimentos que compõem a Feira AGROUFAM permite compreender o papel desse espaço na reprodução socioeconômica das famílias envolvidas. Em consonância com estudos que compreendem a agricultura familiar como um sistema pluriativo, no qual diferentes fontes de renda e estratégias produtivas se articulam (SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2009), os dados evidenciam que a participação na feira integra um conjunto mais amplo de práticas econômicas, sociais e territoriais.

A distribuição das faixas de renda familiar mensal, apresentada na Figura 36, revela significativa heterogeneidade entre os empreendimentos. Destaca-se que 27,8% dos entrevistados declararam renda entre um e dois salários-mínimos, enquanto 22,2% informaram renda acima de seis salários-mínimos.

Figura 36. Faixa de renda familiar.



Esses dados indicam que, embora a feira não constitua a única fonte de renda das famílias, ela desempenha papel relevante na composição da economia doméstica. As percepções dos produtores reforçam o impacto positivo da feira na segurança econômica familiar. A Respondente 16 sintetiza: "*Minha vida financeira melhorou consideravelmente*", confirmando o impacto positivo da feira na segurança econômica familiar.

A comercialização na AGROUFAM é frequentemente combinada com outras estratégias econômicas, como vendas diretas, encomendas e participação em outros espaços de comercialização, como mostrado na Figura 37. Essa diversificação configura uma

estratégia de adaptação às instabilidades produtivas e às oscilações de mercado características do contexto amazônico, contribuindo para a resiliência econômica dos empreendimentos e para a reprodução social das famílias agricultoras, conforme discutem Schneider (2003), Sabourin (2011) e Abramovay (1998).

No que se refere ao trabalho, os dados indicam jornadas extensas e multifuncionais, que envolvem produção, beneficiamento, transporte, comercialização e participação em atividades organizativas. Essas atividades são majoritariamente sustentadas pelo trabalho familiar, reafirmando a centralidade da família como unidade produtiva, econômica e organizativa, conforme discutem Sabourin (2011), Singer (2002) e Wanderley (2003).

Figura 37. Empreendimento Arte Nativa da Amazônia no Shopping do Artesanato



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

Essa leitura é reforçada pelas percepções coletivas expressas durante as oficinas participativas. Na Oficina SWOT (ver Figuras 4 a 10; páginas 32 a 35), os produtores destacaram a venda direta, o calendário definido da feira e a autonomia financeira proporcionada pelo fundo solidário como fortalezas centrais da AGROUFAM no que se refere à geração de renda (Síntese coletiva – Oficina SWOT, APROARTES). Ao mesmo tempo, foram apontadas fragilidades relacionadas à sazonalidade dos produtos, à inadimplência e à ausência de estratégias consolidadas de ampliação de mercados, evidenciando os limites estruturais enfrentados pelos empreendimentos.

Durante as discussões coletivas, os produtores ressaltaram que a intensificação do trabalho está diretamente associada à necessidade de garantir a manutenção da renda familiar. No Café Mundial, emergiu de forma recorrente a compreensão de que o esforço produtivo elevado é compensado pela possibilidade de comercializar sem intermediários, com maior

controle sobre preços e escoamento da produção (Síntese coletiva – Café Mundial, AGROUFAM). Essa percepção evidencia que a AGROUFAM não elimina as dificuldades relacionadas à carga de trabalho, mas contribui para tornar esse esforço economicamente viável e socialmente reconhecido.

Outro aspecto relevante refere-se às variações de renda ao longo do tempo, influenciadas por fatores como condições climáticas, disponibilidade de insumos, tipo de produto comercializado e demanda do mercado local. Essas oscilações reforçam a importância da organização coletiva e da governança em rede como estratégias de enfrentamento das vulnerabilidades econômicas.

A análise dos canais de comercialização demonstra forte concentração nos mercados locais e comunitários. Entre os 18 empreendimentos, 17, correspondentes a 94,4%, declararam acessar circuitos curtos de comercialização e troca. Em contraste, nenhum participante informou acessar mercados institucionais. Os mercados regionais foram mencionados por 27,8% dos empreendimentos, enquanto 16,7% relataram inserção em mercados nacionais e 11,1% registraram alguma experiência de comercialização internacional. Além disso, 55,6% participam de outras feiras ou utilizam canais de venda complementares à AGROUFAM.

A predominância dos circuitos curtos reforça a relação direta entre produtores e consumidores, reduz a presença de intermediários e favorece a construção de vínculos de confiança e reconhecimento dos produtos da sociobiodiversidade. Entretanto, a ausência de acesso aos mercados institucionais revela uma limitação relevante, especialmente diante das oportunidades representadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. Assim, embora a AGROUFAM fortaleça a comercialização direta e a territorialização das relações econômicas, permanece o desafio de diversificar os mercados e ampliar a articulação dos empreendimentos com as políticas públicas de compras institucionais.

A governança colaborativa, conforme Ansell e Gash (2008), baseia-se no compartilhamento de responsabilidades, na deliberação conjunta e na construção de confiança entre os atores. No contexto brasileiro, Gaiger (2011), Dagnino (2014) e Cunha (2022) destacam essas práticas como centrais nas experiências de economia solidária e governança territorial. À luz desse referencial, as oscilações observadas evidenciaram a relevância da organização coletiva e da governança em rede na AGROUFAM, materializadas em mecanismos como fundo solidário, planejamento participativo e ações coletivas de gestão para o enfrentamento das vulnerabilidades econômicas da produção familiar amazônica.

Em síntese, a análise das dinâmicas de trabalho e renda evidencia que a Feira

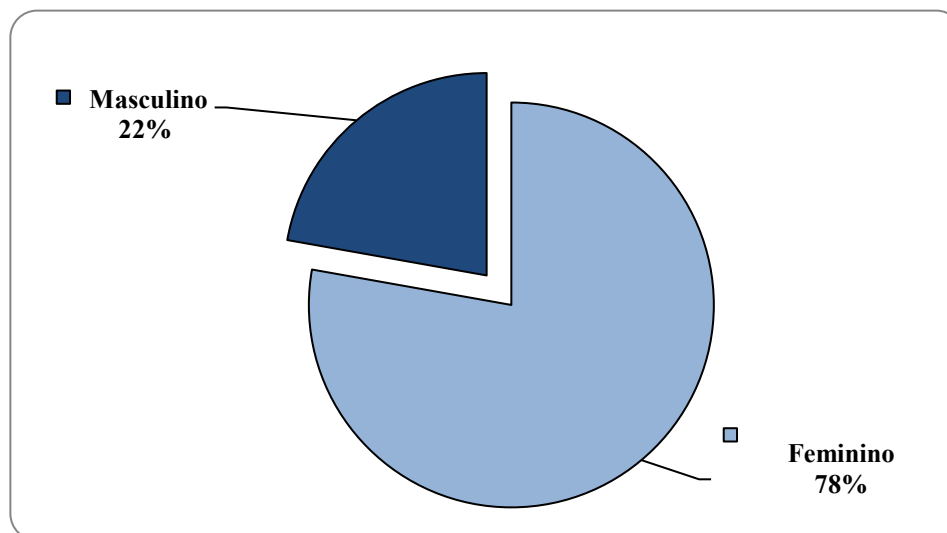
AGROUFAM desempenha um papel estruturante na economia dos empreendimentos familiares, não apenas como espaço de comercialização, mas como elemento articulador de estratégias produtivas, organizativas e territoriais. Ao integrar trabalho, renda e organização coletiva, a AGROUFAM contribui para a construção de formas mais resilientes de reprodução socioeconômica, alinhadas aos princípios da agroecologia, da economia solidária e da inovação socioambiental no contexto amazônico. Essa contribuição, contudo, permanece concentrada nos circuitos curtos, com baixa diversificação dos canais e ausência de inserção nos mercados institucionais.

4. Participação feminina e organização socioprodutiva, desafios e potencialidades na Feira AGROUFAM

A análise das condições de trabalho e renda, apresentada nas seções anteriores, evidencia que a dinâmica socioprodutiva da Feira AGROUFAM não pode ser plenamente compreendida sem a incorporação da perspectiva de gênero. As formas de organização do trabalho, a distribuição das responsabilidades produtivas e reprodutivas e os processos decisórios no interior dos empreendimentos familiares são atravessados por relações de gênero que estruturam tanto as práticas econômicas quanto os arranjos organizativos da feira.

Nesse sentido, esta seção aprofunda a análise do protagonismo feminino na AGROUFAM, examinando de que maneira a participação das mulheres se expressa na gestão dos empreendimentos, na organização coletiva e na reprodução social das famílias agricultoras. Mais do que um recorte descritivo, o gênero é mobilizado aqui como categoria analítica central para compreender as formas de inovação social, os deslocamentos de papéis tradicionais e os desafios associados à sobrecarga de trabalho e ao cuidado, que marcam a experiência das produtoras familiares no território da feira.

Os dados empíricos evidenciam a predominância feminina entre os responsáveis diretos pelos empreendimentos, conforme apresentado na Figura 38. A expressiva participação das mulheres reafirma seu protagonismo na organização, manutenção e dinamização da feira, dialogando com estudos que apontam a centralidade do trabalho feminino na agricultura familiar e na economia solidária (Siliprandi, 2015; Paulilo, 2016).

Figura 38. Perfil por Gênero.

5. Participação feminina nos empreendimentos e na gestão

A análise das dinâmicas de gênero na Feira AGROUFAM evidencia que a participação feminina ocupa um papel central na organização produtiva, na gestão coletiva e na sustentação cotidiana dos empreendimentos familiares. Os dados empíricos apontam predominância feminina entre os participantes, com 78% dos empreendimentos sob responsabilidade direta de mulheres, o que reafirma o protagonismo das produtoras na construção, manutenção e dinamização da feira.

Esse dado dialoga com outras experiências de governança solidária vinculadas à APROARTES e à Rede Poranga, nas quais a participação feminina também se apresenta como elemento estruturante dos processos de gestão coletiva e de inovação socioambiental. A idade média em torno de 56 anos, com forte concentração acima dos 50 anos, evidencia o peso dos saberes tradicionais e da experiência acumulada na condução das atividades produtivas, comerciais e organizacionais.

A presença feminina, contudo, extrapola a dimensão quantitativa evidenciada na Figura 38 e ilustrada na Figura 39. Ela se manifesta na ocupação de espaços estratégicos de decisão, como assembleias, comissões e instâncias de coordenação, bem como na organização das bancas, no relacionamento com consumidores e parceiros institucionais e no planejamento dos empreendimentos familiares, configurando a AGROUFAM como espaço de empoderamento, autonomia econômica e reconhecimento social. As falas das produtoras reforçam essa dimensão subjetiva e identitária da participação na feira “a AGROUFAM é meu porto seguro.” (Respondente 12).

Figura 39. Representação Feminina na AGROUFAM.



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

As oficinas participativas reforçam essa leitura. Na Oficina SWOT, a participação das mulheres na gestão estratégica foi apontada coletivamente como uma das principais fortalezas da organização, evidenciando o reconhecimento interno do papel feminino nos processos decisórios e na condução das atividades da feira (Síntese coletiva – Oficina SWOT, APROARTES).

Apesar do protagonismo observado, a análise revela que a forte presença das mulheres na AGROUFAM não elimina as desigualdades de gênero associadas à sobrecarga de trabalho. As jornadas produtivas extensas frequentemente se articulam com responsabilidades domésticas e de cuidado, recaindo majoritariamente sobre as mulheres. Esse acúmulo de funções revela a persistência de uma divisão sexual do trabalho que, embora ressignificada no interior da feira, ainda impõe limites à autonomia plena das produtoras (KERGOAT 2009; HIRATA, 2014).

As narrativas das entrevistadas reforçam essa compreensão, ao mesmo tempo em que evidenciam os impactos positivos da feira sobre a vida das produtoras familiares. Conforme relatou a Respondente 16, “*minha vida financeira melhorou consideravelmente*”, indicando o papel da AGROUFAM na ampliação da segurança econômica familiar. Outro depoimento sintetiza a dimensão afetiva e identitária construída nesse espaço ao afirmar que a participação na feira “*trouxe alegria, oportunidades de crescimento pessoal para mim e minha neta*” (Respondente 13). Além disso, a Respondente 09 destaca os efeitos sociais e subjetivos dessa inserção ao afirmar que a feira representa “*uma terapia*”, evidenciando que a AGROUFAM se configura também como espaço de cuidado, bem-estar e fortalecimento emocional. Essas

falas revelam que a inserção das mulheres na feira envolve não apenas a geração de renda, mas também pertencimento, reconhecimento social e estabilidade simbólica.

No Café Mundial, emergiram reflexões coletivas que apontam a necessidade de ampliar o reconhecimento do trabalho feminino para além da produção visível, incorporando dimensões como organização, cuidado, mediação de conflitos e transmissão de saberes. As participantes destacaram que o fortalecimento da feira passa, necessariamente, pelo reconhecimento dessas dimensões invisibilizadas do trabalho, fundamentais para a sustentabilidade dos empreendimentos e da governança em rede (Síntese coletiva – Café Mundial, AGROUFAM).

Do ponto de vista produtivo e econômico, a atuação das mulheres na AGROUFAM é marcada pela diversificação, abrangendo alimentos agroecológicos, plantas medicinais, artesanato, bijou, biocosméticos e produtos alimentares beneficiados em pequena escala. Essa pluralidade contribui para a estabilidade financeira das famílias, amplia as alternativas de geração de renda e fortalece práticas sustentáveis que integram tradição, manejo ambiental e inovação socioprodutiva.

A análise das áreas de ocupação e segmentos apresentada no Gráfico 2 – Perfil por área de segmento confirma a natureza multifuncional da feira. A coexistência de diferentes segmentos produtivos evidencia arranjos baseados na complementaridade entre cadeias da sociobiodiversidade amazônica, configurando processos de economia circular de base comunitária e sistemas territorializados de produção (SABOURIN, 2009; ALTIERI, 2012). Esses arranjos fortalecem o que Altieri (2012) denomina agroecossistemas diversificados e resilientes.

Essa integração é percebida também pelas próprias produtoras familiares. A Respondente 03 sintetiza como a participação na AGROUFAM favorece simultaneamente a diversificação produtiva e a formação contínua:

“Ambiental: aprendemos a transição pra orgânicos; econômica: aprendemos técnicas para comercialização dos produtos e outras oportunidades de negócios, como artesanato.” (Respondente 03, 2025).

O depoimento evidencia um processo articulado de transição agroecológica (ALTIERI; NICHOLLS, 2017) e de fortalecimento das capacidades empreendedoras (CARNEIRO, 2020), ampliando as estratégias de reprodução social das famílias agricultoras (WANDERLEY, 2009; PLOEG, 2018). Nesse sentido, a feira funciona como um espaço de aprendizagem, intercâmbio e inovação social, onde se cruzam saberes tradicionais, práticas agroecológicas, experimentação e agregação de valor, de acordo com as dimensões

participativas sumarizadas no Quadro 4.

Quadro 4. Dimensões da participação feminina na Feira AGROUFAM

Dimensão analítica	Principais evidências empíricas	Contribuições para a inovação socioambiental
Participação produtiva	Predominância feminina (78% dos empreendimentos); atuação nos segmentos de alimentos agroecológicos, plantas medicinais, artesanato, biocosméticos e produtos beneficiados em pequena escala.	Ampliação das estratégias de geração de renda; valorização da sociobiodiversidade amazônica; fortalecimento de sistemas produtivos diversificados e resilientes.
Gestão e governança	Presença ativa das mulheres em assembleias, comissões e instâncias de decisão; reconhecimento coletivo da participação feminina na gestão estratégica da feira (Oficina SWOT).	Consolidação de práticas de governança participativa; fortalecimento da gestão coletiva e da inovação organizacional no território da AGROUFAM.
Trabalho e reprodução social	Jornadas extensas que articulam produção, comercialização, organização e trabalho doméstico; sobrecarga feminina evidenciada nas narrativas e oficinas participativas.	Evidencia limites estruturais à autonomia feminina; reforça a necessidade de políticas e estratégias organizativas sensíveis às desigualdades de gênero.
Aprendizagem e inovação social	Participação das mulheres em processos formativos, oficinas e intercâmbio de saberes; relatos sobre aprendizagem em agroecologia, comercialização e diversificação produtiva.	Produção de inovação social e socioprodutiva; integração entre saberes tradicionais, práticas agroecológicas e estratégias de agregação de valor.
Dimensão simbólica e identitária	Relatos de pertencimento, segurança e reconhecimento social vinculados à feira; construção de vínculos afetivos com o território da AGROUFAM.	Fortalecimento do capital social e da identidade coletiva; consolidação da AGROUFAM como território de aprendizagem, cuidado e cooperação.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Dessa forma, a análise de gênero na Feira AGROUFAM evidencia que a participação feminina constitui um elemento qualitativo central para compreender a dinâmica socioprodutiva, organizacional e territorial da feira. Ao mesmo tempo em que revela avanços significativos no protagonismo das mulheres, aponta desafios estruturais relacionados à sobrecarga de trabalho e às desigualdades de gênero, reforçando a necessidade de considerar o gênero como categoria analítica fundamental para compreender os processos de governança, inovação e sustentabilidade socioambiental que caracterizam a AGROUFAM enquanto território de inovação na Amazônia.

6. Governança em rede, aprendizagem coletiva e autogestão na Feira AGROUFAM

Após a análise das dinâmicas de gênero e da organização socioprodutiva, torna-se necessário compreender como esses sujeitos se articulam coletivamente e quais mecanismos sustentam o funcionamento da Feira AGROUFAM. Nesta seção, a atenção se volta para os arranjos de governança em rede, os processos de aprendizagem coletiva e as práticas de

autogestão que estruturam a organização da feira. A análise busca evidenciar de que forma instrumentos, atores e espaços participativos contribuem para a coordenação das atividades, a tomada de decisões e o fortalecimento organizacional da AGROUFAM enquanto experiência de inovação organizacional e territorial.

7. A Rede Poranga como arranjo de governança em rede

A governança da Feira AGROUFAM estrutura-se a partir de um arranjo em rede, no qual a Rede Poranga exerce função articuladora, em interação com os produtores familiares, a UFAM/NUSEC, a APROARTES e outras organizações parceiras. Esse arranjo configura uma forma de governança compartilhada, orientada por princípios da economia solidária, da cooperação e da corresponsabilização dos atores envolvidos.

A Rede Poranga articula diferentes funções no interior da feira, distribuindo responsabilidades relacionadas à gestão organizacional, à mediação institucional, ao apoio técnico e à mobilização social. Esse modelo busca diferenciar-se das estruturas hierárquicas tradicionais ao favorecer uma lógica de gestão compartilhada, na qual os produtores dispõem de espaços formais de participação nas decisões relacionadas ao funcionamento da feira. Entretanto, como demonstram as percepções dos entrevistados, a existência desses espaços não assegura, por si só, uma participação plenamente horizontal ou deliberativa.

As percepções dos próprios produtores evidenciam o reconhecimento desse arranjo como elemento estruturante da AGROUFAM. Durante as oficinas do Projeto Mais Gestão, a Rede Poranga foi definida coletivamente como um espaço de apoio, organização e fortalecimento da produção familiar, responsável por “ajudar as famílias a venderem seus produtos” e por “dar suporte à gestão da feira” (Síntese coletiva – Oficina Mais Gestão). Essas percepções reforçam o papel da rede como instância de coordenação e integração dos diferentes atores envolvidos.

Nesse sentido, a Rede Poranga pode ser compreendida como uma inovação organizacional, ao instituir novas formas de articulação entre universidade, produtores e organizações da sociedade civil, ampliando a capacidade coletiva de gestão e ação no território da AGROUFAM. Essa horizontalidade se materializa nos processos decisórios participativos descritos a seguir.

Os processos decisórios da Feira AGROUFAM são marcados pela adoção de práticas de planejamento participativo, que envolvem assembleias, reuniões do comitê gestor e oficinas coletivas. Essas instâncias funcionam como espaços formais de deliberação, nos quais

são discutidas regras, prioridades, estratégias de comercialização e questões relacionadas à organização interna da feira.

Entre os principais instrumentos que estruturam esses processos destacam-se o regimento interno, o fundo solidário e as instâncias colegiadas de decisão, como o comitê gestor. O regimento interno estabelece normas de funcionamento e convivência, enquanto o fundo solidário constitui um mecanismo coletivo de sustentação financeira da feira, voltado ao custeio de despesas comuns e ao fortalecimento da autonomia organizacional.

Na aplicação da Matriz SWOT, os produtores identificaram como fortalezas da governança a existência de assembleias regulares, a colaboração coletiva na gestão e a autonomia financeira proporcionada pelo fundo solidário. Ao mesmo tempo, foram apontadas fragilidades relacionadas à comunicação interna, ao engajamento dos associados e à definição de responsabilidades, evidenciando que os processos participativos são atravessados por tensões e desafios próprios da autogestão.

As falas dos produtores reforçam essa leitura. Conforme destacou um dos respondentes, “a feira funciona melhor quando todo mundo participa das decisões” (Respondente 07), indicando que o envolvimento coletivo é percebido como condição para o bom funcionamento da governança. Outro produtor ressaltou que “o fundo solidário ajuda a manter a feira organizada e dá mais segurança pra gente” (Respondente 11), evidenciando a importância dos instrumentos coletivos para a estabilidade organizacional.

Os espaços de governança e planejamento participativo da AGROUFAM também se configuram como ambientes de aprendizagem coletiva, nos quais os produtores constroem conhecimentos relacionados à gestão, à comercialização, à organização do trabalho e à sustentabilidade dos empreendimentos (Quadro 5).

As oficinas realizadas no âmbito do Projeto Mais Gestão, bem como o Café Mundial, desempenham papel fundamental nesse processo, ao estimular a reflexão coletiva, o intercâmbio de experiências e a construção compartilhada de soluções.

A articulação entre atores, estruturas, instrumentos e dispositivos de participação demonstra que a governança da AGROUFAM não se concentra em uma única organização. Ela resulta da interação entre produtores, universidade, associações e instituições parceiras, conforme sistematizado no Quadro 5. Essa configuração amplia as possibilidades de cooperação e aprendizagem, mas também torna mais complexas a definição de responsabilidades, a comunicação e a mediação de conflitos.

Quadro 5. Arranjo de governança da Feira AGROUFAM.

Categoria	Elemento	Funções	Instrumentos/ Dispositivos	Contribuições para a inovação socioambiental
Atores sociais	Produtores familiares	Participação nas decisões; gestão coletiva; definição de prioridades	Assembleias; instâncias colegiadas	Autogestão; soluções coletivas; inovação organizacional
Atores sociais	Universidade (UFAM/NUSEC)	Apoio técnico-científico; formação; mediação institucional	Projetos de extensão; oficinas; assessorias	Aprendizagem coletiva; inovação sociotécnica
Atores sociais	Instituições parceiras	Apoio institucional; articulação de políticas; suporte técnico	Convênios; cooperações; parcerias	Integração territorial; fortalecimento da rede
Estruturas de governança	Comitê gestor	Coordenação das atividades; acompanhamento das decisões coletivas	Reuniões periódicas; regimento interno	Estabilidade organizacional; corresponsabilização
Estruturas de governança	APROARTES	Organização comunitária; representação social; articulação interna	Estatuto; assembleias; instâncias decisórias	Coesão organizacional; governança comunitária
Sistema organizacional	Rede Poranga	Articulação institucional; integração de atores; governança em rede	Planejamento participativo; fóruns; reuniões de articulação	Inovação social; governança em rede; integração socioterritorial
Instrumentos de governança	Fundo Solidário	Sustentação financeira coletiva; custeio de despesas comuns	Contribuições periódicas; regras coletivas de uso	Autonomia financeira; economia solidária
Instrumentos de governança	Regimento interno	Normatização; organização institucional	Documento normativo coletivo	Transparência; segurança organizacional
Dispositivos operacionais	Assembleias	Deliberação coletiva; tomada de decisão	Encontros deliberativos	Democracia participativa
Dispositivos operacionais	Oficinas e formações	Capacitação; fortalecimento organizativo	Metodologias participativas	Inovação social e produtiva
Categoria analítica	Desafios estruturais	Comunicação; engajamento; corresponsabilização	Diagnósticos participativos; matriz SWOT	Aprimoramento contínuo da governança

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O arranjo sistematizado no Quadro 5 representa a estrutura organizacional e os dispositivos formalmente disponíveis para o exercício da governança. A análise das entrevistas, entretanto, demonstra que a existência desses mecanismos não corresponde necessariamente à sua plena efetividade no cotidiano da feira.

A existência de assembleias, comissões, normas internas e mecanismos de gestão compartilhada não significa que a governança seja percebida de forma homogênea pelos participantes. Entre os 18 entrevistados, nove, correspondentes a 50%, avaliaram o processo decisório como coletivo, democrático, participativo ou adequadamente estruturado. Em contrapartida, seis participantes, equivalentes a 33,3%, apontaram morosidade, baixa democratização, participação mais expositiva do que deliberativa ou necessidade de maior autonomia. Outros três não conseguiram avaliar o processo decisório.

As normas e regras foram reconhecidas como necessárias à organização da feira, mas oito entrevistados mencionaram dificuldades relacionadas ao seu cumprimento, à fiscalização ou à aplicação do regimento interno. Os depoimentos indicam que o problema não está somente na inexistência de normas, mas na distância entre as decisões coletivamente aprovadas e sua execução cotidiana. Essa diferença limita a capacidade da governança de transformar deliberações em responsabilidades efetivamente compartilhadas.

A liderança e a representatividade receberam avaliações predominantemente positivas, mas não consensuais. Onze participantes manifestaram percepção favorável, enquanto quatro apontaram baixa representatividade, reduzida influência ou necessidade de melhoria na condução das assembleias e na articulação externa da feira. Três não apresentaram elementos suficientes para avaliar essa dimensão. Os resultados revelam que a representação interna é mais bem reconhecida do que a capacidade de articulação externa, especialmente no acesso a políticas públicas, mercados e parcerias institucionais.

A gestão de conflitos constitui uma das dimensões mais sensíveis da governança. Dez dos entrevistados reconheceram a existência de conflitos ou indicaram a necessidade de aperfeiçoar sua gestão. Foram mencionados conflitos interpessoais, indefinição de responsabilidades, falta de imparcialidade, morosidade na resolução dos problemas e dificuldades de comunicação. Esses resultados demonstram que a governança em rede não deve ser compreendida como processo isento de tensões, mas como prática permanente de negociação, mediação e construção de compromissos coletivos.

7.1 Diagnóstico estratégico da Feira AGROUFAM

A aplicação participativa da Matriz SWOT permitiu sistematizar as condições internas e externas que influenciam a organização e a sustentabilidade da Feira AGROUFAM. O diagnóstico foi estruturado em três dimensões: governança organizacional e gestão de pessoas; gestão comercial, financeira e econômica; e gestão socioambiental e processos produtivos. A consolidação dos resultados é apresentada no Quadro 6.

Quadro 6. Síntese da Matriz SWOT da Feira AGROUFAM

FORÇAS • Assembleias regulares • Participação das mulheres na gestão • Diversidade dos participantes • Fundo solidário e prestação de contas • Venda direta • Calendário definido • Diversidade produtiva • Reaproveitamento de produtos • Equipe de infraestrutura • Produtos regionais	FRAQUEZAS • Baixo engajamento dos associados • Comunicação interna e externa insuficiente • Falta de definição de responsabilidades • Descumprimento e reduzida fiscalização do regimento • Inadimplência • Ausência de estratégia comercial consolidada • Falta de gestão dos resíduos sólidos • Embalagens ambientalmente inadequadas • Falta de capacitação técnica • Estrutura desigual entre os segmentos
OPORTUNIDADES • Estabelecimento de novas parcerias • Parcerias de capacitação • Fidelização do público • Ampliação para o Setor Norte da UFAM • Acesso a mercados orgânicos e agroecológicos • Parceria com cooperativa de catadores	AMEAÇAS • Mudanças na gestão institucional da UFAM • Concorrência com outras feiras • Sazonalidade dos produtos • Mudanças climáticas • Falta de documentação dos produtores • Descontinuidade do apoio institucional

Fonte: Elaborado pela autora com base na oficina de análise SWOT (2025).

A leitura integrada da matriz evidencia que as principais forças da AGROUFAM estão associadas à organização coletiva, à regularidade da feira, à diversidade produtiva e aos mecanismos de comercialização direta. As assembleias, a participação das mulheres na gestão e o fundo solidário demonstram a existência de capacidades internas de autogestão. Essas capacidades, entretanto, convivem com baixo engajamento, dificuldades de comunicação, indefinição de responsabilidades e cumprimento irregular das normas.

Na dimensão socioambiental, a presença de empreendimentos com preocupação ambiental e práticas de reaproveitamento contrasta com a ausência de uma estratégia coletiva de gestão dos resíduos. A falta de coleta seletiva, o uso de embalagens inadequadas e as limitações de infraestrutura demonstram que as práticas ambientais estão mais consolidadas no âmbito individual dos empreendimentos do que na gestão coletiva da feira.

Na dimensão econômica, a venda direta, o calendário definido e a fidelização do público constituem fatores de estabilidade. Contudo, a inadimplência, a insuficiência das estratégias de comunicação, a sazonalidade e a limitada diversificação dos mercados restringem a expansão dos empreendimentos. A relação com a UFAM também apresenta caráter ambivalente: o apoio institucional fortalece a feira, mas a mudança na gestão universitária foi identificada como ameaça, revelando dependência em relação à continuidade das parcerias.

7.2 Plano de ação para o fortalecimento da Feira AGROUFAM

A partir da priorização das variáveis da Matriz SWOT, foi elaborado um plano de ação utilizando a ferramenta 5W2H. O plano foi construído no âmbito do Projeto Mais Gestão, com participação da APROARTES e das instituições parceiras, e incorporado à pesquisa como produto analítico do diagnóstico participativo. Sua finalidade foi converter os problemas identificados em estratégias, responsabilidades e ações de fortalecimento da Feira AGROUFAM.

Quadro 7. Plano de ação para o fortalecimento da Feira AGROUFAM

Eixo	Problema prioritário	Estratégia	Ação proposta	Responsáveis
Governança	Baixo engajamento e descumprimento do regimento	Fortalecer participação e responsabilização	Calendário de assembleias, socialização do regimento e acompanhamento das decisões	APROARTES e comitê gestor
Comunicação	Divulgação insuficiente	Estruturar comunicação institucional	Plano de comunicação, redes sociais, materiais visuais e articulação com os canais da UFAM	Comitê gestor, NUSEC e parceiros
Comercialização	Pouca diversificação dos mercados	Ampliar canais de venda	Articular feiras, eventos, mercados institucionais e mercados agroecológicos	APROARTES e parceiros
Gestão financeira	Inadimplência e controles frágeis	Fortalecer o fundo solidário	Atualizar controles, regularizar cobranças e ampliar a prestação de contas	APROARTES e setor financeiro
Formação	Falta de capacitação técnica	Implantar formação continuada	Oficinas de gestão, comercialização, legislação sanitária e práticas ambientais	Universidade e instituições parceiras
Meio ambiente	Ausência de gestão coletiva dos resíduos	Estruturar estratégia ambiental	Coleta seletiva, parceria com catadores e orientação sobre embalagens	Comitê gestor e parceiros
Infraestrutura	Desigualdade entre os segmentos	Reorganizar o espaço físico	Revisar o leiaute, as barracas, os sanitários e os pontos de higienização	UFAM e comitê gestor

Fonte: Elaboração própria, com base na oficina SWOT e no Plano de Ação da APROARTES (2025).

O plano de ação representa a passagem do diagnóstico para a intervenção estratégica. Seu principal resultado não está apenas na enumeração das atividades, mas na definição compartilhada de responsabilidades entre produtores, associação, universidade e instituições parceiras. Essa construção evidencia que a governança da AGROUFAM possui capacidade de formular respostas aos problemas identificados, ainda que a implementação dependa de recursos, continuidade institucional, engajamento dos associados e mecanismos de acompanhamento.

Como produto aplicado, o plano responde à dimensão propositiva da pesquisa ao

organizar caminhos para o fortalecimento da governança, da comercialização, da sustentabilidade ambiental e da autonomia institucional. Ele não deve ser compreendido como produto exclusivo da pesquisadora, mas como resultado de uma construção coletiva realizada no âmbito do Projeto Mais Gestão e sistematizada analiticamente nesta dissertação.

As discussões realizadas durante o Café Mundial convergiram com os resultados das entrevistas ao evidenciarem, simultaneamente, a importância dos espaços coletivos de aprendizagem e a necessidade de aprimorar a comunicação, a participação e a definição de responsabilidades. A oficina também permitiu transformar parte das fragilidades identificadas em propostas de fortalecimento da organização. Durante a oficina (Figura 40), os produtores destacaram que a feira funciona como um espaço de troca e aprendizado contínuo, no qual são discutidos desafios, oportunidades e visões de futuro para a AGROUFAM. As sínteses coletivas indicam que esse processo formativo contribui para o fortalecimento da autonomia organizacional e para o desenvolvimento de capacidades coletivas de planejamento e adaptação (Síntese coletiva – Café Mundial, AGROUFAM).

Figura 40. Oficina do Café Mundial



Fonte: Acervo Pessoal (2024)

As narrativas individuais também evidenciam esse caráter formativo. Uma produtora destacou que “na AGROUFAM a gente aprende a se organizar melhor, não é só vender” (Respondente 03), indicando que a participação na feira promove aprendizagens construídas na prática, que extrapolam a dimensão econômica. Esse aprendizado compartilhado fortalece os vínculos de cooperação, amplia o capital social e contribui para

a consolidação da autogestão como prática cotidiana, em consonância com processos policêntricos de organização e gestão (OSTROM, 1990).

Dessa forma, a governança em rede, o planejamento participativo e os processos de aprendizagem coletiva configuram-se como dimensões indissociáveis da organização da Feira AGROUFAM. Ao articular esses elementos, a feira constrói um modelo de gestão coletiva que, embora atravessado por desafios, amplia a capacidade de ação dos produtores familiares e sustenta processos de inovação social e organizacional no território amazônico.

A capacidade de funcionamento desse modelo de governança também depende das redes institucionais que oferecem formação, assessoria, visibilidade e acesso a recursos. Por essa razão, a análise da governança deve considerar não apenas as instâncias internas de decisão, mas também as relações externas que sustentam os empreendimentos e a própria continuidade da feira.

A análise das redes de apoio evidencia a centralidade das instituições na sustentação dos empreendimentos. A UFAM foi mencionada por 72,2% dos entrevistados, enquanto 38,9% indicaram o Instituto Acariquara como integrante de sua rede de apoio. Por outro lado, 22,2% afirmaram não possuir apoio institucional. A presença recorrente da universidade demonstra sua importância para a formação, a visibilidade, o acesso a conhecimentos e a articulação dos empreendimentos.

Essa centralidade apresenta, entretanto, uma dupla dimensão. O apoio da UFAM constitui uma das principais forças da AGROUFAM, mas também evidencia uma autonomia institucional ainda incompleta. Os depoimentos apontam a necessidade de regularização da APROARTES, ampliação da capacidade de captar recursos, maior acesso às políticas públicas e definição mais clara das responsabilidades entre universidade, Rede Poranga e produtores.

A relação com a universidade configura-se, assim, simultaneamente como suporte estratégico e como ponto de dependência a ser progressivamente superado pelo fortalecimento das organizações dos próprios feirantes. Os resultados demonstram que a governança da AGROUFAM constitui uma inovação organizacional em processo de consolidação: dispõe de estruturas participativas, instrumentos coletivos e redes de cooperação, mas ainda enfrenta limitações relacionadas à autonomia institucional, à representatividade, à comunicação e à capacidade de transformar decisões coletivas em responsabilidades efetivamente compartilhadas.

8. Inovações e invenções no território da AGROUFAM

As análises apresentadas nas seções anteriores evidenciam que a Feira AGROUFAM se sustenta em práticas coletivas, arranjos organizativos e relações sociais que extrapolam a lógica convencional de comercialização. Nessa perspectiva, esta seção aborda as inovações e invenções construídas no território da AGROUFAM, compreendidas como processos situados, incrementais e coletivamente produzidos, que articulam organização, produção, comercialização e sustentabilidade, em consonância com as abordagens de inovação social e territorial (MULGAN, 2006; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010; ANDREW; KLEIN, 2010).

Os dados empíricos demonstram que as inovações identificadas não possuem origem exclusivamente técnica ou institucional. Entre as 16 respostas válidas sobre a origem das inovações, 62,5% mencionaram as demandas dos clientes, 56,3% indicaram os saberes tradicionais e 31,3% destacaram as trocas realizadas com outros feirantes. Como a questão admitia mais de uma resposta, as categorias são complementares e seus percentuais não são excludentes.

Esse resultado evidencia que a inovação na AGROUFAM possui natureza relacional e territorializada. Os produtos, processos e estratégias comerciais são aperfeiçoados por meio da combinação entre conhecimentos tradicionais, experiência produtiva, interação com consumidores e circulação de saberes entre os empreendimentos. A inovação socioambiental manifesta-se, portanto, como processo de aprendizagem situado, no qual as demandas do mercado são reinterpretadas a partir das condições culturais, ambientais e socioprodutivas do território.

Além da amostra de 18 empreendimentos analisados em profundidade, o recadastramento da Feira AGROUFAM em 2025 indica a existência de 62 empreendimentos cadastrados, distribuídos entre agricultura familiar, agroextrativismo, alimentos artesanais, biocosméticos, artesanato e praça de alimentação, o que reforça a diversidade e a complexidade do território analisado, configurando um ecossistema socioprodutivo plural e multifuncional (ABRAMOVAY, 1998; SCHNEIDER, 2003).

A análise das entrevistas realizadas com os produtores familiares evidencia que essa experiência territorial se constitui como um espaço no qual a inovação emerge de forma situada e relacional, construída a partir das práticas cotidianas, das trajetórias de vida e das estratégias coletivas de organização, conforme proposto por Lave e Wenger (1991) e Wenger (1998). Diferentemente de concepções de inovação centradas na introdução de tecnologias

exógenas, as inovações observadas nesse contexto são produzidas no interior da própria experiência dos empreendimentos, em resposta a desafios concretos relacionados à produção, à comercialização e à sustentabilidade das atividades, caracterizando processos de inovação incremental e adaptativa (SCHUMPETER, 1982; TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008).

Os dados empíricos demonstram que essas inovações se manifestam em múltiplas dimensões, social, organizacional, produtiva e territorial, e estão profundamente articuladas aos processos de aprendizagem coletiva e às redes de cooperação, conforme discutem Bandura (1986), Wenger (1998) e Lévy (1999). As falas dos produtores familiares reforçam essa compreensão ao evidenciar que a AGROUFAM é percebida como um espaço permanente de experimentação, adaptação e reinvenção das práticas produtivas e organizacionais.

No conjunto, as evidências empíricas provenientes dos formulários socioeconômicos, da planilha de maturidade dos empreendimentos e das oficinas participativas indicam um processo de inovação social e organizacional, com forte componente socioambiental e incrementos em processos, produtos e modelos de organização econômica, mais do que a simples introdução de artefatos tecnológicos isolados (MULGAN, 2006; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010). Esse enquadramento reforça a compreensão da Feira AGROUFAM e da Rede Poranga como experiências territoriais de inovação social, ancoradas na agroecologia, na economia solidária e na cooperação socioprodutiva.

9. Inovação social, organizacional e territorial na AGROUFAM

As entrevistas indicam que uma das principais inovações associadas à AGROUFAM se refere à forma de organização coletiva construída em torno da feira. Os produtores destacam que a participação nesse espaço ampliou sua capacidade de organização, planejamento e tomada de decisão, fortalecendo a autonomia individual e coletiva. Conforme relatou a Respondente 07, “antes eu produzia sozinha, hoje a gente decide tudo junto, desde o preço até a forma de vender”, evidenciando uma mudança significativa na lógica de organização do trabalho e da comercialização.

Conforme mencionado por Bignetti (2011) e Mulgan (2006), a inovação em processos sociais está relacionada à criação e disseminação de práticas coletivas, podendo envolver desde novos formatos de participação. Essa inovação articula-se diretamente à dimensão social da feira, que promove vínculos de cooperação, confiança e solidariedade entre os produtores. A Respondente 12 sintetiza esse aspecto ao afirmar que “a AGROUFAM não é só venda, é onde a gente aprende a se ajudar”, indicando que a inovação se expressa também

na construção de relações sociais mais horizontais e solidárias, fortalecidas por mecanismos como assembleias, comitê gestor, regimento interno e fundo solidário.

Do ponto de vista territorial, a AGROUFAM representa uma inovação ao ressignificar o espaço universitário como território de encontro entre produção familiar, consumo consciente e cultura amazônica. As entrevistas revelam que os produtores percebem a feira como espaço de visibilidade e reconhecimento social. Como destacou a Respondente 16, “aqui as pessoas conhecem nosso trabalho e valorizam o que a gente produz”, reforçando a dimensão simbólica e territorial da inovação.

As oficinas participativas corroboram essas percepções. Na Oficina SWOT, os produtores identificaram a organização coletiva e a gestão compartilhada como fortalezas centrais da feira, reconhecendo que essas práticas diferenciam a AGROUFAM de outros espaços de comercialização (Síntese coletiva – Oficina SWOT, APROARTES). De modo complementar, as discussões realizadas no Café Mundial evidenciaram o reconhecimento da feira como referência territorial para a integração entre campo e cidade, reforçando seu papel na articulação entre produção familiar, consumo consciente e identidade amazônica.

10. Inovações em produtos e modelos de negócio (por segmento)

Nesta subseção, o foco recai sobre as inovações em portfólio de produtos e modelos de negócio desenvolvidas no território da AGROUFAM, compreendidas como processos de agregação de valor, diversificação produtiva e criação de estratégias alternativas de comercialização. Essas dinâmicas são analisadas à luz da tipologia do Manual de Oslo (OCDE, 2005; 2018), articulada às abordagens de inovação social e inovação situada, permitindo distinguir inovações formalizadas de invenções empíricas territoriais produzidas no interior da experiência socioprodutiva dos empreendimentos familiares.

De acordo com os formulários socioeconômicos, a feira representa, para a maioria dos entrevistados, entre 41% e 80% da renda familiar mensal, havendo casos em que a participação da AGROUFAM alcança entre 81% e 100%, sobretudo entre empreendimentos dos segmentos de alimentos artesanais e artesanato, o que evidencia o peso econômico das transformações produtivas e organizacionais na reprodução social das famílias.

Além da comercialização direta, os relatos atribuem à AGROUFAM a função de vitrine, espaço de experimentação e ambiente de validação dos produtos. Os participantes mencionaram a formação de clientela, o lançamento de novos produtos, a ampliação da visibilidade e o acesso a outros eventos como resultados de sua participação na feira. Essa

interação também ocorre por meios digitais: 72,2% dos empreendimentos declararam utilizar alguma estratégia de marketing digital, 55,6% empregam ferramentas de marketing direto e 66,7% realizam ações de promoção de vendas.

A interação com consumidores, estudantes, professores, pesquisadores e instituições permite que os empreendimentos recebam avaliações, identifiquem novas demandas e realizem ajustes nos produtos, embalagens, formas de apresentação e estratégias comerciais. Um dos entrevistados descreveu o público da UFAM como um laboratório para o desenvolvimento de produtos e processos, demonstrando que a feira produz oportunidades de experimentação e aprendizagem para além do momento da venda. Essa dinâmica reforça a compreensão da AGROUFAM como ambiente de inovação, no qual as soluções são testadas e aperfeiçoadas por meio da interação social.

Os 18 empreendimentos analisados distribuem-se, em termos de agrupamentos produtivos mais amplos, entre agricultura e agroextrativismo, alimentos artesanais, biocosméticos e artesanato, com predominância dos segmentos de alimentos artesanais e artesanato, nos quais as inovações e invenções produtivas e organizacionais se manifestam de forma mais recorrente nos dados analisados.

No segmento de alimentos artesanais (Figura 41), observam-se inovações de produto associadas à criação de geleias, doces, conservas, pães especiais e chips de frutas, elaborados a partir de matérias-primas regionais como cupuaçu, açaí, coco e maracujá. Essas inovações são acompanhadas por invenções empíricas, expressas na recombinação de receitas tradicionais, na adaptação artesanal de técnicas produtivas, na criação de formulações próprias e na experimentação contínua de novos produtos, construídas a partir da experiência cotidiana dos produtores e da articulação entre saberes tradicionais e aprendizagens técnicas adquiridas em cursos, oficinas e processos extensionistas.

No segmento de biocosméticos (Figura 42), destacam-se inovações de produto e de processo relacionadas à produção de óleos, sabonetes e cremes à base de andiroba, copaíba e outros insumos amazônicos, associadas à padronização produtiva e à adequação às exigências regulatórias. Paralelamente, emergem invenções socioprodutivas, como a criação artesanal de formulações próprias, a adaptação de processos produtivos às condições locais e a construção empírica de rotinas produtivas, que antecedem e sustentam os processos de formalização e profissionalização.

No segmento de artesanato (Figura 43 e 44), as inovações manifestam-se na diversificação de produtos e na incorporação de princípios da economia criativa, enquanto as invenções emergem na combinação criativa de técnicas, materiais e saberes, como biojoias

com sementes e fibras naturais, ecobags e peças que incorporam materiais recicláveis (papel, PET, retalhos de tecido), articulando identidade cultural, sustentabilidade ambiental e criatividade territorial.

Figura 41. Empreendimentos do Segmento de Alimentos Artesanais e Agroecológicos.



Fonte: Photocadismo (2024).

Figura 42. Empreendimento do Segmento de Biocosméticos



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

Figura 43. Empreendimentos do Segmento de Artesanato (Biojoias)



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

Figura 44. Empreendimentos do Segmento de Artesanato



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

A análise de conteúdo das entrevistas evidencia que essas inovações produtivas estão associadas à diversificação de produtos, ao beneficiamento em pequena escala e à construção de modelos de negócio mais ajustados à realidade dos empreendimentos familiares. Os produtores relatam que a participação na AGROUFAM estimulou a transformação de matérias-primas regionais em produtos com maior valor agregado, ampliando as possibilidades de geração de renda. A Respondente 03 sintetiza esse processo ao afirmar que a feira possibilitou “aprender técnicas para melhorar os produtos e criar novas opções para vender”, indicando um movimento contínuo de experimentação e adaptação.

Essas transformações não resultam exclusivamente da introdução de tecnologias externas, mas de processos de experimentação empírica contínua, nos quais os produtores reinventam modos de produzir, organizar e comercializar. Relatos indicam a transformação de matérias-primas regionais em produtos de maior valor agregado, a criação de soluções produtivas próprias, a reorganização dos processos familiares de trabalho e a construção de estratégias locais de adaptação econômica.

No plano dos modelos de negócio, observa-se a articulação entre inovações estruturadas e invenções territoriais. A experiência “AGROUFAM em Casa”, desenvolvida no contexto da pandemia da COVID-19, configura-se como uma inovação em modelo de negócio e comercialização, ao articular catálogos virtuais, encomendas e sistemas de entrega, garantindo a continuidade das atividades econômicas em contextos de restrição de circulação (VASCONCELOS et al., 2020). Simultaneamente, as entrevistas revelam invenções comerciais empíricas, como redes informais de clientela, fidelização baseada em vínculos de confiança, uso da feira como vitrine e laboratório de mercado, e circulação de informações por redes pessoais, configurando estratégias de comercialização territorializadas.

A feira é recorrentemente descrita pelos produtores como espaço simultâneo de “vitrine” e “escola”, no qual novos produtos são testados, avaliados pelos consumidores e continuamente ajustados, produzindo processos de aprendizagem prática, adaptação e reinvenção permanente dos modelos de negócio.

No conjunto, os dados empíricos indicam que as transformações observadas na AGROUFAM não se limitam a inovações formais em produtos e modelos de negócio, mas envolvem um processo mais amplo de invenção socioprodutiva territorial, no qual os produtores constroem, de forma situada, modos próprios de produzir, organizar, comercializar e gerir seus empreendimentos. Trata-se de um processo contínuo de criação social, no qual inovação e invenção se articulam como dimensões complementares da dinâmica socioeconômica da feira, configurando a AGROUFAM como um território ativo de produção

de soluções locais, inovação social e reinvenção dos modos de vida no contexto amazônico.

11. Iniciativas que promovem a inovação socioambiental (por segmento)

A diversidade de segmentos produtivos presentes na Feira AGROUFAM evidencia que a inovação socioambiental não se expressa de forma homogênea, mas assume configurações distintas conforme os produtos, os saberes mobilizados e as estratégias adotadas pelos empreendimentos familiares. A análise por segmento permite compreender como diferentes formas de inovação produtiva, organizacional e ambiental são construídas a partir da sociobiodiversidade amazônica, articulando práticas tradicionais, experimentação e adaptação às exigências do mercado.

A partir da base de dados e das oficinas participativas, é possível identificar iniciativas de inovação socioambiental específicas em cada segmento da feira. O Quadro 8 sistematiza exemplos de produtos e práticas inovadoras, suas respectivas evidências empíricas e contribuições socioambientais, evidenciando a diversidade de estratégias adotadas pelos empreendimentos familiares.

Para fins de identificação e análise das práticas de inovação socioambiental, os agrupamentos produtivos apresentados anteriormente foram desagregados segundo as especificidades observadas nos empreendimentos e nas práticas investigadas, permitindo distinguir as categorias orgânico, agroecológico, agroextrativista, alimentos artesanais, biocosméticos, artesanato e biojoias e praça de alimentação. Essa desagregação possibilita evidenciar com maior precisão as diferentes formas pelas quais a inovação socioambiental se manifesta no território da AGROUFAM, conforme sistematizado no Quadro 8.

Quadro 8. Inovações socioambientais por segmento produtivo na Feira AGROUFAM

Segmento	Exemplos de Produtos/Inovações	Evidências Empíricas (base e entrevistas)	Contribuições Socioambientais
Orgânico	Mudas, hortaliças frutas, sementes crioulas	OCS; Produção em SAFs; uso de sementes crioulas; transição para sistemas sem agrotóxicos.	Transição agroecológica; fortalecimento do autoconsumo; conservação de variedades locais; redução de impactos ambientais.
Agroecológico	Frutas regionais, polpas	Rochados diversificados; uso de bioinsumos caseiros; consórcios produtivos.	Valorização da sociobiodiversidade; aumento da resiliência produtiva.
Agroextrativista	Açaí, derivados lácteos, castanhas, óleos	Cuidados na colheita; manejo sem derruba; despulpamento artesanal; logística reversa de garrafas.	Conservação florestal; uso racional de recursos.
Alimentos artesanais	Geleias (cupuaçu, açaí), chips de coco, pães	Aproveitamento integral das matérias-primas; testes de receitas; embalagem a vácuo.	Agregação de valor; redução de desperdício; economia circular.

Biocosméticos	Óleos (andiroba, copaíba), sabonetes, cremes	Extração ética; fórmulas autorais; adequação a exigências sanitárias.	Integração de saberes tradicionais; valorização cultural; cuidado ambiental.
Artesanato e biojoias	Peças com sementes, fibras e recicláveis, ecobags	Reciclagem de papel, PET e tecidos, customização como diferencial.	Economia circular; identidade cultural; renda complementar.
Praça de Alimentação	Refeições e lanches com insumos regionais	Uso de descartáveis reduzidos, iniciativas de logística reversa e reaproveitamento de embalagens.	Sensibilização alimentar, redução de resíduos, fortalecimento da gastronomia regional.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Essas iniciativas reforçam que a inovação em produtos e modelos de negócio está intrinsecamente articulada a preocupações socioambientais, e que a feira opera como laboratório vivo em que os empreendimentos testam, ajustam e consolidam práticas alinhadas à sustentabilidade amazônica. Apesar das especificidades de cada segmento, observa-se um padrão comum de inovação incremental, baseado na experimentação, na troca de saberes e na adaptação às condições ambientais e de mercado, reforçando a compreensão da feira como espaço de convergência de práticas produtivas sustentáveis nas quais a inovação emerge da relação entre tradição, aprendizagem coletiva e organização social.

12. Tecnologias sociais, processos produtivos e sustentabilidade

As inovações em processos produtivos e tecnologias sociais manifestam-se em práticas relacionadas ao manejo agroecológico, à gestão de resíduos, ao uso racional de recursos e às metodologias participativas que estruturam a organização do trabalho e a gestão dos empreendimentos. Os dados de maturidade revelam que parte significativa dos produtores declara adotar práticas de gestão ambiental, como compostagem, reaproveitamento integral de matérias-primas, reciclagem de embalagens e uso racional de água e energia, ainda que com diferentes níveis de formalização e monitoramento entre os segmentos.

Embora os empreendimentos relatem práticas individuais de compostagem, reciclagem, aproveitamento integral das matérias-primas, reutilização de embalagens, uso racional da água, sementes crioulas e manejo sem agrotóxicos, a dimensão ambiental coletiva da feira apresenta menor nível de consolidação. Entre os entrevistados, 72,2% consideraram que as práticas ambientais coletivas são inexistentes, insuficientes ou precisam ser aperfeiçoadas. Apenas 11,1% apresentaram avaliações claramente positivas, enquanto 16,7% não responderam ou não souberam avaliar.

Entre as principais fragilidades, foram mencionadas a ausência de coleta seletiva, a destinação inadequada dos resíduos, a falta de infraestrutura para higienização, a reduzida mobilização dos participantes e a inexistência de uma estratégia ambiental compartilhada. Os

resultados revelam uma diferença entre a sustentabilidade praticada no âmbito dos empreendimentos e sua institucionalização na gestão coletiva da feira. Assim, a inovação ambiental encontra-se mais desenvolvida nas práticas produtivas individuais do que nos mecanismos comuns de governança e gestão do espaço da AGROUFAM.

Apesar dessas limitações coletivas, no âmbito dos empreendimentos os processos de inovação socioambiental materializam-se por meio da implementação de tecnologias sociais e arranjos sociotécnicos territorializados, construídos a partir da articulação entre saberes tradicionais, extensão universitária, políticas públicas e redes institucionais. Nesse contexto, destaca-se a experiência da produtora familiar da comunidade São Francisco, no município de Careiro da Várzea, reconhecida como guardiã de sementes crioulas (Figura 45), cuja trajetória produtiva foi fortalecida no âmbito do Projeto RENAMAZ, desenvolvido pelo NUSEC/UFAM, com apoio institucional e fomento à pesquisa, extensão e inovação socioterritorial.

A atuação da guardiã de sementes crioulas insere-se em um processo estruturado de conservação on-farm da agrobiodiversidade, no qual a preservação, o manejo e a circulação de sementes tradicionais constituem estratégias fundamentais de soberania alimentar, resiliência produtiva e sustentabilidade socioambiental. Diferentemente de modelos tecnológicos exógenos, essa prática se ancora em saberes locais, transmitidos intergeracionalmente, e em processos empíricos de experimentação, seleção e adaptação, configurando uma forma de invenção socioprodutiva territorial.

Figura 45. Guardiã de Sementes Crioulas, comunidade São Francisco, Careiro da Várzea.



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

O Projeto RENAMAZ, enquanto iniciativa vinculada à universidade e aos programas de extensão e pesquisa do NUSEC/UFAM, atua como mediador sociotécnico desse processo, promovendo a articulação entre conhecimento científico, políticas públicas, fomento institucional e práticas tradicionais. A implementação dessa tecnologia social não se dá como simples transferência de conhecimento, mas como processo de co-construção, no qual os saberes acadêmicos e os saberes comunitários se integram na construção de soluções territoriais sustentáveis.

Em empreendimentos agroecológicos e de alimentos artesanais, destacam-se práticas como cobertura morta com papel reciclado, cultivo sem aração para reduzir erosão e conservar umidade, compostagem de resíduos orgânicos, reaproveitamento de gorduras animais, logística reversa de embalagens de vidro e retorno de potes e frascos pelos consumidores.

A Respondente 03 destacou que a participação na feira contribuiu para a “transição pra orgânicos e para produzir de um jeito que não prejudique o meio ambiente”, revelando a incorporação gradual de práticas sustentáveis nos processos produtivos. Outros entrevistados ressaltaram que a troca de experiências na feira favoreceu o aprendizado sobre técnicas de produção, beneficiamento e comercialização mais sustentáveis, reforçando o caráter pedagógico da AGROUFAM como espaço de aprendizagem social.

Em biocosméticos, aparecem processos de padronização da coleta de andiroba e copaíba, desenvolvimento de ferramentas adaptadas para qualificar a extração, separação de resíduos para compostagem e utilização da massa residual dos óleos na formulação de novos produtos, configurando tecnologias sociais construídas a partir da combinação de saberes tradicionais, pesquisa aplicada e feedbacks de clientes. Um exemplo está na Figura 46.

Figura 46. Empreendimento Canto da Luz, Incubadora na UFAM



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

Essas tecnologias sociais não se restringem ao âmbito produtivo e ambiental, mas envolvem também práticas organizativas e relacionais, como o uso de metodologias participativas de planejamento, o fortalecimento da autogestão e a construção de planos de ação coletivos. As oficinas realizadas no âmbito da APROARTES e da Rede Poranga

evidenciam que a sustentabilidade da AGROUFAM depende da integração entre produção responsável, organização coletiva e compromisso com o território, sendo a feira reconhecida como espaço de circulação de conhecimentos entre produtores, universidade e instituições parceiras (Síntese coletiva – Café Mundial, AGROUFAM).

Dessa forma, as inovações em processos produtivos e tecnologias sociais observadas na AGROUFAM materializam a noção de inovação socioambiental adotada nesta dissertação, na medida em que articulam mudanças técnicas, organizacionais e culturais orientadas para a sustentabilidade, a cooperação e a autonomia dos empreendimentos familiares amazônicos.

13. Inovação em processos produtivos e tecnologias sociais

Os dados empíricos indicam que a inovação no território da AGROUFAM se manifesta de forma predominante como experimentação construída na prática, configurando um processo de P&D situado, no qual o conhecimento é produzido no interior da experiência socioprodutiva dos empreendimentos familiares, a partir da interação entre saberes tradicionais, aprendizagens informais, extensão universitária e práticas coletivas. Essa dinâmica se distancia de modelos clássicos de pesquisa e desenvolvimento institucionalizados, aproximando-se de concepções de inovação social, aprendizagem situada e tecnologias sociais (LAVE; WENGER, 1991; WENGER, 1998; MULGAN, 2006; DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Essa experimentação ocorre por meio de trocas informais entre produtores, testes empíricos de receitas e técnicas, adaptações de equipamentos simples, reorganização dos processos produtivos familiares e oficinas promovidas por instituições parceiras, como o NUSEC/UFAM e o IDAM. Tais práticas configuram um campo de produção de conhecimento prático e aplicado, no qual inovação e invenção se articulam como dimensões complementares: a inovação enquanto processo estruturado de transformação, e a invenção enquanto criação empírica situada, produzida no cotidiano das atividades produtivas.

No plano analítico, essas dinâmicas podem ser compreendidas como tecnologias sociais, entendidas como arranjos sociotécnicos de base comunitária, apropriáveis localmente, sustentáveis e orientados à resolução de problemas concretos (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004). No território da AGROUFAM, essas tecnologias sociais não se expressam apenas em dispositivos materiais, mas também em práticas organizacionais, arranjos coletivos, formas de gestão compartilhada e mecanismos de cooperação produtiva.

Além disso, destacam-se tecnologias sociais organizativas, como o Fundo Solidário e os sistemas de gestão coletiva da feira, que viabilizam apoio mútuo em momentos de

dificuldade, fortalecem a sustentabilidade do arranjo socioprodutivo e estruturam formas alternativas de governança econômica, baseadas na corresponsabilidade, solidariedade e autogestão.

No Café Mundial, os participantes enfatizaram que a permanência da AGROUFAM depende da integração entre produção responsável, organização coletiva e compromisso territorial, reafirmando a inovação socioambiental como processo integrado e situado, e não como evento pontual ou solução técnica isolada. Essa compreensão reforça a leitura da inovação como processo social contínuo, construído por meio de redes de cooperação, aprendizagem coletiva e práticas territoriais.

Do ponto de vista empírico, as entrevistas revelam invenções associadas à reorganização dos processos produtivos, à criação de soluções locais de baixo custo, ao reaproveitamento de insumos, à adaptação de técnicas às condições amazônicas e à construção de estratégias próprias de sustentabilidade produtiva. Essas práticas configuram um campo de invenção sociotécnica territorial, no qual os produtores não apenas adotam tecnologias, mas criam, adaptam e reinventam soluções a partir de suas realidades concretas.

A integração entre universidade, produtores familiares, redes comunitárias e projetos institucionais, como o RENAMAZ e as ações extensionistas do NUSEC/UFAM, consolida um ecossistema socioterritorial de inovação e invenção, no qual ciência, saberes tradicionais e práticas locais se articulam na produção de soluções sustentáveis. Trata-se de um modelo de inovação territorial, baseado na coprodução de conhecimento, na aprendizagem social e na construção coletiva de tecnologias apropriadas ao contexto amazônico.

A sistematização das principais inovações e invenções identificadas na Feira AGROUFAM é apresentada no Quadro 9, que sintetiza os diferentes tipos de inovação, suas evidências empíricas e suas contribuições socioambientais.

Assim, a inovação em processos produtivos e tecnologias sociais no território da AGROUFAM não pode ser compreendida como simples modernização técnica, mas como um processo socioterritorial complexo, no qual inovação, invenção, tecnologia social, organização coletiva e sustentabilidade se articulam de forma integrada, configurando um modelo alternativo de desenvolvimento, ancorado na agroecologia, na economia solidária e na governança em rede.

Quadro 9. Inovações e invenções no território da AGROUFAM

Tipo	Natureza	Descrição	Evidências empíricas	Contribuições socioambientais
Invenção socioprodutiva	Produtiva	Criação artesanal de produtos a partir de matérias-primas regionais	Entrevistas: adaptação de receitas, criação empírica de formulações	Geração de renda; valorização de saberes locais
Inovação	Produto	Diversificação de portfólio (alimentos artesanais, biocosméticos, artesanato)	Formulários socioeconômicos; entrevistas	Agregação de valor; sustentabilidade econômica
Invenção socioterritorial	Organizacional	Redes informais de cooperação produtiva	Entrevistas; oficinas participativas	Coesão social; governança colaborativa
Tecnologia social	Sociotécnica	Guardiãs de sementes crioulas	Relatório técnico RENAMAZ; entrevistas	Soberania alimentar; conservação da biodiversidade
Inovação	Modelo de negócio	AGROUFAM em Casa	Entrevistas; documentos do projeto	Resiliência econômica; acesso ao mercado
Invenção sociotécnica	Processual	Adaptação de técnicas produtivas locais	Entrevistas; observação de campo	Sustentabilidade produtiva
Inovação social	Organizacional	Fundo Solidário	Registros institucionais; entrevistas	Autonomia financeira; solidariedade

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados empíricos da pesquisa (2025).

O Quadro 9 demonstra que as inovações identificadas na AGROUFAM não se limitam aos produtos comercializados. Elas abrangem processos produtivos, modelos de negócio, tecnologias sociais, formas de cooperação e mecanismos de gestão coletiva. A AGROUFAM em Casa representa inovação no modelo de comercialização; o fundo solidário constitui inovação organizacional; as guardiãs de sementes expressam uma tecnologia social vinculada à conservação da biodiversidade; e as adaptações produtivas demonstram processos de invenção sociotécnica construídos pelos próprios produtores.

Os impactos dessas inovações podem ser compreendidos em quatro dimensões complementares. Na dimensão econômica, observam-se agregação de valor, ampliação da clientela, geração de renda e diversificação dos canais de comercialização. Na dimensão social, destacam-se pertencimento, cooperação, participação feminina e fortalecimento dos vínculos entre os produtores. Na dimensão ambiental, aparecem manejo agroecológico, reaproveitamento de matérias-primas, conservação de sementes e redução de resíduos. Na dimensão organizacional, evidenciam-se aprendizagem coletiva, planejamento participativo, governança em rede e mecanismos de autogestão.

Esses resultados confirmam que a inovação socioambiental na AGROUFAM é multidimensional. Seu valor não pode ser medido apenas pela introdução de novos produtos

ou equipamentos, pois também envolve mudanças nas relações sociais, na organização dos empreendimentos, nas formas de comercialização e na interação entre produtores, universidade e instituições parceiras.

14. A AGROUFAM como território de aprendizagem e inovação socioambiental

Esta seção propõe uma leitura interpretativa e crítica dos resultados apresentados ao longo do capítulo, articulando cultura, território, inovação e governança na compreensão da Feira AGROUFAM. Mais do que integrar dados empíricos, o objetivo é produzir uma discussão analítica que permita compreender a feira como um território socioterritorial de aprendizagem e inovação socioambiental, no qual práticas produtivas, relações sociais, invenções empíricas e arranjos organizativos se entrelaçam de forma dinâmica, situada e relacional.

Ao dialogar diretamente com o referencial teórico apresentado no Capítulo 1, os resultados empíricos indicam que a AGROUFAM materializa, em escala territorial, uma concepção de inovação que se distancia dos modelos técnico-lineares e difusionistas, aproximando-se de abordagens que compreendem a inovação como processo social, territorializado, coletivamente construído e historicamente situado. Nesse sentido, a feira não pode ser interpretada apenas como espaço de comercialização alternativa, mas como um dispositivo socioterritorial de produção de conhecimento, aprendizagem coletiva e reinvenção social.

A articulação entre dados empíricos e referencial teórico permite compreender essa experiência como um processo social em permanente construção, no qual cultura, território, governança, inovação e invenção se entrelaçam de forma não linear. Essa leitura rompe com interpretações fragmentadas da feira que a reduzem a mercado, política pública ou projeto institucional e a reconhece como um arranjo socioterritorial complexo, ancorado nas práticas, nos saberes, nas relações e nas experiências dos sujeitos que a constituem.

Do ponto de vista cultural, os resultados demonstram que a AGROUFAM não apenas expressa valores compartilhados, mas produz cultura como dimensão estruturante da organização social e econômica. A cooperação, a valorização dos saberes tradicionais, a centralidade do trabalho feminino, a ética da reciprocidade e a construção de relações de confiança operam como princípios organizadores da ação coletiva, estruturando os processos de aprendizagem e inovação. Assim, a cultura constitui a infraestrutura social da inovação socioambiental no território da feira.

A noção de território, por sua vez, revela-se central para compreender a natureza das inovações e invenções identificadas. A AGROUFAM se constitui como um território socialmente produzido, no qual se articulam práticas produtivas, identidades coletivas, relações de governança e projetos de futuro. Isso explica por que as inovações observadas são profundamente contextualizadas, situadas e territorializadas, respondendo a desafios concretos da realidade amazônica, e não a modelos externos de desenvolvimento. O território, portanto, não é cenário, mas condição ativa de produção da inovação.

O território também estabelece limites concretos aos processos de inovação. Os empreendimentos situados em áreas rurais e de várzea relataram perdas de produção associadas à intensificação das cheias e secas, dificuldades de transporte, longas distâncias, sazonalidade, limitações no fornecimento de energia e ausência de infraestrutura adequada para o beneficiamento. Também foram mencionadas dificuldades de armazenamento, aquisição de equipamentos e escoamento da produção.

Essas condições demonstram que a capacidade de inovar não depende exclusivamente da iniciativa dos produtores ou da aprendizagem promovida pela feira. Ela é influenciada pela infraestrutura territorial, pelos eventos climáticos, pelo acesso à assistência técnica e pela disponibilidade de políticas públicas. Nesse sentido, a inovação socioambiental na AGROUFAM também se manifesta como processo de adaptação às condições ecológicas e logísticas próprias da Amazônia.

No que se refere à inovação, os resultados corroboram a perspectiva teórica que a compreende como um processo relacional, construído na interação entre sujeitos, saberes, práticas e instituições. As inovações e invenções identificadas, produtivas, organizacionais, sociotécnicas, comerciais e territoriais, não emergem da simples incorporação de tecnologias externas, mas de processos de experimentação social, aprendizagem coletiva e criação empírica situada. Trata-se de uma inovação socioambiental ancorada em valores de sustentabilidade, cooperação, autonomia e solidariedade.

A governança em rede constitui o eixo estruturante desses processos. Os arranjos de autogestão, a atuação da Rede Poranga, os instrumentos coletivos, os espaços participativos de planejamento e os dispositivos de gestão compartilhada não apenas organizam a feira, mas produzem aprendizagem social, formação política e capacidade coletiva de ação. A governança, nesse sentido, deve ser compreendida não apenas como mecanismo de coordenação, mas como processo pedagógico, no qual os sujeitos aprendem a deliberar, negociar, cooperar e construir soluções coletivas.

Os processos de aprendizagem observados na AGROUFAM aproximam-se da

concepção de comunidades de prática formulada por Wenger, segundo a qual o conhecimento é produzido na participação cotidiana, na troca de experiências e na construção de repertórios compartilhados. Os produtores aprendem sobre produção, comercialização e gestão na interação com outros feirantes, consumidores, estudantes e técnicos. Esse conhecimento não é simplesmente transferido por agentes externos, mas reelaborado nas práticas desenvolvidas no território da feira.

Essa dinâmica também dialoga com a perspectiva freireana da extensão como comunicação entre sujeitos. As ações da universidade adquirem caráter transformador quando reconhecem os produtores como portadores de conhecimentos e experiências, estabelecendo relações horizontais de aprendizagem. A integração entre saber científico e saber tradicional aproxima-se, ainda, da ecologia de saberes proposta por Santos, na qual diferentes conhecimentos participam da compreensão e da transformação da realidade.

No campo da governança, as assembleias, o regimento interno, o fundo solidário e o comitê gestor podem ser interpretados à luz de Ostrom como dispositivos de organização coletiva de recursos e responsabilidades. Esses mecanismos favorecem a autogestão, mas sua efetividade depende da participação, do cumprimento das regras, da transparência e da capacidade de administrar conflitos. As fragilidades identificadas na SWOT demonstram que a existência formal desses instrumentos não garante sua aplicação plena.

A perspectiva de Moulaert permite compreender as mudanças organizacionais e cooperativas como formas de inovação social, enquanto Ploeg e Abramovay contribuem para interpretar a venda direta, os circuitos curtos e as redes de proximidade como elementos de mercados territorializados. Desse modo, a inovação na AGROUFAM emerge das relações locais, da aprendizagem coletiva e da capacidade dos atores de organizar respostas próprias aos desafios econômicos, sociais e ambientais.

Essa articulação entre cultura, território, inovação e governança permite compreender a AGROUFAM como um espaço permanente de aprendizagem, no qual os produtores familiares desenvolvem capacidades produtivas, organizacionais, políticas e relacionais. Essa aprendizagem não é homogênea nem isenta de conflitos: é atravessada por tensões, desigualdades, disputas e desafios estruturais, próprios dos contextos amazônicos e das dinâmicas da agricultura familiar. Contudo, é precisamente na gestão dessas tensões que se produzem as condições para a inovação, a reinvenção e o fortalecimento da autonomia coletiva.

Dessa forma, a AGROUFAM consolida-se como um território de aprendizagem e inovação socioambiental, no qual práticas culturais, relações territoriais, arranjos de

governança, processos inovadores e invenções empíricas se articulam de maneira integrada, produzindo formas alternativas de organização socioprodutiva, desenvolvimento territorial e reprodução social. Essa experiência revela que a inovação, quando territorializada, deixa de ser apenas um atributo técnico e passa a constituir um processo sociopolítico, no qual se constroem novas formas de viver, produzir, organizar e governar no contexto amazônico.

Essa leitura integrada não apenas sintetiza os resultados do capítulo, mas fundamenta a análise prospectiva apresentada na seção seguinte, na qual os cenários de futuro elaborados pelos próprios produtores permitem refletir criticamente sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento da AGROUFAM, a consolidação da Rede Poranga e a ampliação de experiências de inovação socioambiental no território amazônico.

15. Cenários de futuro e estratégias de fortalecimento da AGROUFAM

A compreensão da AGROUFAM como território de inovação socioambiental exige, além da análise do presente, uma reflexão sobre seus possíveis desdobramentos futuros. Nesta seção, são apresentados os cenários de futuro e as estratégias de fortalecimento da feira, construídos de forma participativa a partir do Café Mundial. A cenarização é mobilizada como instrumento analítico e prospectivo, permitindo explicitar limites, potencialidades e demandas estratégicas relacionadas à organização, ao mercado, à pesquisa, à assistência técnica e ao território. Trata-se, portanto, de uma leitura orientada pela experiência dos próprios produtores, que articula diagnóstico e projeção sem assumir caráter prescritivo.

A construção de cenários futuros para a Feira AGROUFAM constitui uma etapa fundamental para compreender as possibilidades de fortalecimento dessa experiência territorial. Diferentemente de projeções normativas ou planejamentos prescritivos, os cenários apresentados nesta seção resultam de um processo participativo, no qual os produtores familiares, a partir de suas experiências, percepções e expectativas, elaboraram coletivamente leituras sobre o presente e visões de futuro para a AGROUFAM.

A abordagem adotada compreende os cenários como instrumentos analíticos e estratégicos, capazes de articular diagnóstico, processos de aprendizagem e projeção de caminhos possíveis. Nesse sentido, os cenários realista e ideal não são compreendidos como opostos excludentes, mas como referências complementares que permitem identificar limites, potencialidades e estratégias para o fortalecimento da feira no contexto amazônico.

16. O processo de cenarização participativa como dispositivo de aprendizagem social

O processo de construção dos cenários foi realizado por meio da metodologia do Café Mundial (World Café), aplicada no âmbito das atividades da AGROUFAM com a participação dos produtores familiares. Ao estruturar diálogos, circular saberes e promover escuta ativa, o Café Mundial operou como espaço de aprendizagem social, no qual os produtores analisaram sua própria realidade e projetaram coletivamente futuros possíveis para a AGROUFAM.

Mais do que produzir diagnósticos, o processo de cenarização ativou capacidades analíticas nos próprios sujeitos da pesquisa, fortalecendo sua autonomia interpretativa e sua capacidade de planejamento coletivo. Nesse sentido, a metodologia funcionou como tecnologia social de governança territorial, articulando participação, produção de sentidos compartilhados e construção de estratégias coletivas.

As sínteses produzidas revelaram consensos, divergências e hierarquização de prioridades, configurando uma base empírica sólida para a formulação dos cenários realista e ideal. Assim, a cenarização não se limita à dimensão prospectiva, mas integra os processos de aprendizagem, organização e fortalecimento da governança em rede que estruturam a inovação socioambiental no território da AGROUFAM.

17. Cenário realista da inovação socioambiental

O cenário realista expressa a leitura coletiva dos produtores sobre as condições concretas de funcionamento da AGROUFAM e suas possibilidades efetivas de fortalecimento no curto e médio prazo. Trata-se de um cenário marcado por inovações incrementais, ancoradas nas práticas já existentes, nos arranjos organizativos consolidados e nas capacidades produtivas atualmente disponíveis.

Esse cenário reconhece avanços importantes, como a consolidação da feira enquanto espaço regular de comercialização, a existência de mecanismos de governança coletiva, a valorização dos produtos da sociobiodiversidade amazônica e a construção de redes de cooperação. Ao mesmo tempo, explicita limites estruturais que condicionam sua expansão, como fragilidades logísticas, dependência de poucos canais de comercialização, irregularidade produtiva, restrições de infraestrutura e apoio institucional descontínuo.

Nesse horizonte, a inovação socioambiental assume caráter processual e incremental, orientada pelo aprimoramento das práticas existentes, pelo fortalecimento da organização interna e pela ampliação gradual das parcerias institucionais. Trata-se de uma dinâmica de transformação cumulativa e territorialmente situada, na qual os processos de inovação

emergem mais por rearranjos organizacionais e socioprodutivos do que por rupturas tecnológicas.

Conforme apontam Dagnino (2014), Lastres e Cassiolato (2005) e Latour (1994; 2000), tais estratégias orientaram-se pela produção de soluções adaptadas às realidades locais, buscando simultaneamente a melhoria da qualidade de vida, a justiça social e a conservação ambiental. Essa perspectiva aproxima-se da crítica de Latour à separação moderna entre natureza e sociedade, ao reconhecer que os processos de inovação emergem de associações entre diferentes saberes, artefatos e coletivos, configurando redes sociotécnicas complexas.

18. Cenário ideal e caminhos para a sustentabilidade amazônica

O cenário ideal, por sua vez, expressa a visão de futuro construída coletivamente pelos produtores familiares, na qual a AGROUFAM se consolida como um território plenamente reconhecido de inovação socioambiental na Amazônia. Nesse cenário, a feira amplia sua inserção em diferentes mercados, fortalece sua identidade territorial e consolida relações estáveis com instituições de pesquisa, extensão e políticas públicas.

Entre os elementos centrais desse cenário estão a diversificação e ampliação dos canais de comercialização, o fortalecimento da marca coletiva da AGROUFAM, o acesso contínuo à assistência técnica e à pesquisa aplicada e a consolidação de estratégias territoriais que integrem produção, consumo, cultura e sustentabilidade. A feira é projetada como um espaço de referência para a agricultura familiar agroecológica, a economia solidária e a valorização da sociobiodiversidade amazônica.

Nesse horizonte, a feira deixa de ser apenas um espaço de comercialização e passa a operar como plataforma territorial de desenvolvimento, integrando circuitos econômicos solidários, sistemas locais de inovação, redes institucionais e estratégias de valorização da sociobiodiversidade amazônica.

A inovação socioambiental assume caráter estruturante, articulando inovação organizacional, inovação territorial, inovação social, inovação produtiva e inovação institucional. O fortalecimento da AGROUFAM passa a depender de políticas públicas integradas, investimentos em infraestrutura, consolidação de redes de pesquisa e extensão, reconhecimento institucional e ampliação dos mercados, sem romper com os princípios fundantes da experiência: autogestão, participação, economia solidária e sustentabilidade.

No âmbito deste estudo, os Quadros 10 e 11 constituem dispositivos analítico-metodológicos complementares do processo de cenarização participativa. O Quadro 10 sistematiza os cenários realista e ideal construídos a partir das leituras coletivas produzidas

pelos participantes do Café Mundial, organizando as percepções sobre a realidade socioterritorial da AGROUFAM nas dimensões de organização e governança, comercialização e mercado, produção e regularidade, apoio institucional e inovação socioambiental. O Quadro 11, por sua vez, traduz os resultados do diagnóstico e da cenarização em demandas estratégicas para o fortalecimento da feira, articulando os problemas identificados, as evidências empíricas e as possibilidades de intervenção nos eixos de formalização, gestão e assistência técnica, comercialização, pesquisa, meio ambiente, governança, comunicação, autonomia institucional e financeira, território e políticas públicas.

Dessa forma, os dois quadros articulam diagnóstico, interpretação e projeção socioterritorial: enquanto o Quadro 10 sistematiza as condições atuais e as perspectivas futuras percebidas pelos participantes, o Quadro 11 evidencia as demandas estratégicas decorrentes dessas condições. Essa articulação permite estabelecer uma transição analítica entre os resultados empíricos da pesquisa e as estratégias de fortalecimento da AGROUFAM.

À luz dos resultados empíricos, a transição do cenário realista para o cenário ideal exige ações articuladas em nove eixos estratégicos, sistematizados no Quadro 11. Essas frentes respondem às principais contradições identificadas entre maturidade produtiva e fragilidade gerencial, participação formal e limitada implementação das decisões, práticas ambientais individuais e ausência de gestão ambiental coletiva, bem como apoio universitário e dependência institucional.

Quadro 10. Cenários de futuro da Feira AGROUFAM

Dimensão	Cenário realista	Cenário ideal
Organização e governança	Governança coletiva mantida, com avanços graduais, mas dificuldades de engajamento pleno.	Governança consolidada, com ampla participação e fortalecimento do comitê gestor e da Rede Poranga.
Comercialização e mercado	Predomínio da feira presencial e experiências pontuais como AGROUFAM em Casa.	Diversificação de canais, fortalecimento da marca coletiva e acesso a mercados institucionais.
Produção e regularidade	Limitações associadas à sazonalidade, logística e capacidade produtiva.	Produção mais regular e planejada, respeitando a sazonalidade amazônica.
Apoio institucional	Apoio pontual e dependente de projetos.	Parcerias estruturadas com pesquisa, extensão e políticas públicas.
Inovação socioambiental	Inovações incrementais baseadas nas práticas existentes.	Inovação estruturante, integrada ao território.
Percepção dos produtores	Reconhecimento da feira como importante, porém limitada.	Reconhecimento da AGROUFAM como referência territorial amazônica.

Fonte: Elaboração própria (2025)

A comparação entre os dois cenários evidencia que a transição das condições atuais para o horizonte idealizado pelos participantes depende do enfrentamento de fragilidades organizacionais, produtivas, ambientais e institucionais identificadas ao longo da pesquisa. À luz dos resultados empíricos, esse processo exige o fortalecimento da autonomia institucional da APROARTES e da Rede Poranga, a ampliação da assistência técnica e gerencial, a diversificação dos canais de comercialização, a implantação de estratégias coletivas de gestão ambiental e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação, comunicação, fiscalização e gestão de conflitos.

Essas prioridades foram sistematizadas no Quadro 11, que relaciona os principais eixos estratégicos de fortalecimento da AGROUFAM às demandas identificadas e às respectivas evidências empíricas.

Quadro 11. Demandas estratégicas para o fortalecimento da AGROUFAM

Eixo estratégico	Demandas identificadas e ações recomendadas	Evidências empíricas
Formalização	Regularizar a situação institucional da APROARTES e apoiar a formalização dos empreendimentos, incluindo orientação documental, tributária e sanitária.	Nove empreendimentos (50,0%) não estão formalizados e um (5,6%) encontra-se em processo de regularização.
Gestão e assistência técnica	Implantar assessoria continuada em planejamento, gestão financeira, modelos de negócio, agroecologia e comercialização.	Metade dos empreendimentos não possui plano de negócio ou planejamento estratégico; 61,1% realizam controle financeiro informal; 66,7% não receberam consultoria técnica e 77,8% não receberam consultoria de negócios.
Comercialização	Ampliar os canais de comercialização, fortalecer a marca coletiva da AGROUFAM e articular o acesso ao PAA, ao PNAE e a outros mercados institucionais.	Os participantes apontaram a necessidade de ampliação dos mercados, maior divulgação dos produtos e fortalecimento das estratégias coletivas de comercialização.
Pesquisa	Desenvolver pesquisas aplicadas voltadas à produção, à agregação de valor, à inovação dos empreendimentos e à valorização da sociobiodiversidade amazônica.	Os produtores manifestaram demanda por pesquisas aplicadas que respondam aos problemas produtivos, organizacionais e mercadológicos dos empreendimentos.
Meio ambiente	Implantar coleta seletiva, gestão de resíduos e infraestrutura adequada para higienização, armazenamento e comercialização dos produtos.	As discussões coletivas evidenciaram limitações relacionadas à gestão de resíduos e à infraestrutura necessária para garantir melhores condições ambientais e sanitárias na feira.

Eixo estratégico	Demandas identificadas e ações recomendadas	Evidências empíricas
Governança	Definir responsabilidades entre os atores, fortalecer o cumprimento e a fiscalização das normas e instituir procedimentos de mediação de conflitos.	Oito entrevistados mencionaram dificuldades no cumprimento, na fiscalização ou na aplicação do regimento interno; dez reconheceram conflitos ou a necessidade de aperfeiçoar sua gestão.
Comunicação	Criar fluxo regular de comunicação interna e calendário integrado às atividades e aos eventos da UFAM.	Foram identificadas fragilidades na circulação das informações, no engajamento dos associados e na articulação entre produtores, Rede Poranga, APROARTES e universidade.
Autonomia institucional e financeira	Diversificar as fontes de financiamento, ampliar a capacidade de captação de recursos e reduzir progressivamente a dependência operacional da universidade.	A UFAM foi mencionada por 72,2% dos entrevistados como integrante da rede de apoio, demonstrando sua centralidade e, simultaneamente, a necessidade de fortalecimento da autonomia das organizações dos feirantes.
Território e políticas públicas	Fortalecer a articulação institucional, ampliar o acesso às políticas públicas e apoiar soluções de logística, armazenamento e adaptação dos empreendimentos às cheias e secas.	Os participantes apontaram a necessidade de reconhecimento institucional, infraestrutura, apoio logístico e maior acesso às políticas públicas; 22,2% afirmaram não possuir apoio institucional.

Fonte: Elaboração própria (2025)

O Quadro 11 evidencia que o fortalecimento da AGROUFAM não depende de uma ação isolada, mas da articulação entre capacidades internas dos empreendimentos e condições institucionais e territoriais mais amplas. As demandas de formalização, assistência técnica, gestão, comercialização e comunicação estão diretamente relacionadas ao fortalecimento da autonomia dos produtores e de suas organizações, enquanto os eixos de pesquisa, meio ambiente, políticas públicas e infraestrutura exigem maior articulação com a universidade, os órgãos de assistência técnica e as instituições públicas. Nesse sentido, a sustentabilidade futura da feira pressupõe uma combinação entre fortalecimento da autogestão e consolidação das redes de cooperação institucional, evitando tanto a dependência excessiva de agentes externos quanto a transferência integral das responsabilidades para os próprios produtores.

Considerações Finais

À luz dos resultados empíricos e da análise desenvolvida ao longo deste capítulo, a Feira AGROUFAM pode ser compreendida como um território socioterritorial de aprendizagem, inovação e invenção socioambiental, no qual práticas produtivas, arranjos organizativos, tecnologias sociais, processos de governança e dinâmicas territoriais se articulam de forma integrada. Mais do que um espaço de comercialização, a AGROUFAM revela-se como um ecossistema socioprodutivo no qual se constroem saberes, se produzem soluções locais, se fortalecem redes de cooperação e se experimentam formas alternativas de organização econômica e social, ancoradas nos princípios da agroecologia, da economia solidária e da sustentabilidade amazônica.

Neste contexto, o Capítulo 3 evidencia que a inovação socioambiental observada na AGROUFAM não se reduz à introdução de tecnologias ou à modernização produtiva, mas se configura como um processo socioterritorial complexo, no qual inovação, invenção, cultura, território e governança se entrelaçam na construção de formas alternativas de desenvolvimento. Essa leitura integrada permite compreender a feira como um território vivo de transformação social, cujas dinâmicas não apenas explicam sua configuração atual, mas também fundamentam a reflexão sobre seus caminhos futuros.

Os resultados também evidenciaram que esse território de inovação é atravessado por limites e contradições. A maturidade produtiva dos empreendimentos convive com baixa formalização, controles financeiros predominantemente informais e reduzido acesso à assistência técnica e gerencial. A governança dispõe de assembleias, normas e mecanismos participativos, mas enfrenta dificuldades de comunicação, implementação das decisões e gestão de conflitos. Da mesma forma, as práticas ambientais estão mais consolidadas no âmbito individual dos empreendimentos do que na gestão coletiva da feira. Essas tensões não invalidam a compreensão da AGROUFAM como ambiente de inovação socioambiental; ao contrário, demonstram que a inovação constitui um processo em construção, condicionado pelas capacidades organizativas, pelas relações institucionais e pelas características do território amazônico.

A compreensão da AGROUFAM como território de aprendizagem e inovação socioambiental, construída ao longo deste capítulo, permite avançar para uma reflexão de caráter mais amplo sobre os sentidos, os limites e as potencialidades dessa experiência no contexto amazônico. Ao evidenciar a articulação entre práticas produtivas, cultura, território, governança, inovação e invenção, os resultados apresentados fornecem a base analítica para

uma leitura conclusiva sobre o papel da AGROUFAM e da Rede Poranga na construção de alternativas socioterritoriais de desenvolvimento.

5. CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo compreender a Feira AGROUFAM e a Rede Poranga como experiências socioterritoriais de inovação socioambiental, analisando suas dinâmicas produtivas, organizacionais, culturais, territoriais e institucionais no contexto amazônico. Ao longo do trabalho, buscou-se superar leituras fragmentadas da feira como simples espaço de comercialização alternativa, construindo uma interpretação integrada que reconhece como um território vivo de aprendizagem, inovação, invenção e governança em rede.

O referencial teórico desenvolvido no Capítulo 1 permitiu estabelecer as bases analíticas para essa leitura, ao articular os conceitos de território, cultura, inovação social, tecnologia social, governança em rede, aprendizagem coletiva, agroecologia e economia solidária. Essa articulação teórica possibilitou compreender a inovação não como evento técnico isolado, mas como processo social, relacional, territorializado e historicamente situado, produzido na interação entre sujeitos, saberes, práticas e instituições.

No Capítulo 2, a análise estrutural da AGROUFAM e da Rede Poranga evidenciou a complexidade organizativa e institucional que sustenta essa experiência, destacando a atuação da universidade, das associações, das redes comunitárias e das políticas públicas na constituição de um arranjo socioterritorial híbrido, no qual se articulam dimensões acadêmicas, produtivas, sociais e territoriais. A feira foi compreendida como território de materialização da rede, e não como sua estrutura central, revelando a lógica em rede como princípio organizador fundamental.

O Capítulo 3 aprofundou a análise empírica, demonstrando que a inovação socioambiental no território da AGROUFAM se constrói por meio de processos de experimentação prática, aprendizagem coletiva, invenção empírica e tecnologias sociais territorializadas. As inovações identificadas, produtivas, organizacionais, sociotécnicas, comerciais e territoriais, não emergem da simples incorporação de tecnologias externas, mas de processos situados de criação social, nos quais os produtores familiares reinventam modos de produzir, organizar, comercializar e governar seus empreendimentos. Nesse sentido, a dissertação evidencia que inovação e invenção se articulam como dimensões complementares de um mesmo processo socioterritorial de transformação.

A análise das dinâmicas de gênero revelou o papel central das mulheres na sustentação

socioproductiva, organizacional e simbólica da AGROUFAM, evidenciando a centralidade feminina como elemento estruturante da inovação socioambiental, ao mesmo tempo em que expôs tensões e desigualdades que atravessam a organização do trabalho e da vida cotidiana. Esse achado reforça a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero como categoria analítica transversal na compreensão de processos de inovação territorial e desenvolvimento sustentável.

A governança em rede mostrou-se como eixo estruturante da experiência, operando como mecanismo de coordenação, aprendizagem e construção de capacidades coletivas. A atuação da Rede Poranga, as assembleias, o fundo solidário e os instrumentos de planejamento participativo sustentam a organização da feira. Entretanto, os resultados também revelaram morosidade decisória, dificuldades de comunicação, cumprimento irregular das normas, conflitos interpessoais e autonomia institucional incompleta. Desse modo, a governança da AGROUFAM deve ser compreendida não como estrutura plenamente consolidada, mas como processo participativo em construção, cuja sustentabilidade depende do fortalecimento da APROARTES e da Rede Poranga, da definição de responsabilidades e da ampliação da capacidade de acessar recursos, políticas públicas e mercados.

A construção participativa de cenários de futuro revelou a capacidade reflexiva dos próprios produtores sobre sua realidade, evidenciando a AGROUFAM como território em permanente construção, no qual diferentes projetos de futuro coexistem, se tensionam e se negociam. Os cenários realista e ideal, bem como as demandas estratégicas identificadas, demonstram que o fortalecimento da feira depende da articulação entre organização interna, ampliação de mercados, apoio técnico, pesquisa aplicada, políticas públicas e reconhecimento institucional, sem ruptura com os princípios de autogestão, participação e sustentabilidade.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui para o campo dos estudos sobre inovação ao reforçar a compreensão da inovação socioambiental como processo socioterritorial, produzido a partir de dinâmicas locais, saberes tradicionais, aprendizagem coletiva e governança em rede. Do ponto de vista empírico, oferece uma leitura aprofundada da AGROUFAM e da Rede Poranga como experiências concretas de inovação territorial na Amazônia. Do ponto de vista metodológico, demonstra o potencial das metodologias participativas, como o Café Mundial, como dispositivos de produção de conhecimento coletivo, interpretação socioterritorial e construção de estratégias de desenvolvimento.

Do ponto de vista aplicado, a pesquisa sistematizou o diagnóstico estratégico e o plano de ação construídos participativamente com a APROARTES e as instituições integrantes da Rede Poranga. A Matriz SWOT evidenciou que as capacidades de autogestão, a regularidade

da feira, a venda direta, a diversidade produtiva e a participação feminina coexistem com dificuldades de comunicação, engajamento, cumprimento das normas, gestão dos resíduos, comercialização e autonomia institucional. O plano de ação converteu essas evidências em estratégias relacionadas à governança, à formação, à comunicação, à ampliação dos mercados, à infraestrutura e à sustentabilidade ambiental.

Esses produtos demonstram que a AGROUFAM possui capacidade coletiva de analisar sua realidade e formular caminhos de fortalecimento. Ao mesmo tempo, revelam que sua sustentabilidade depende da articulação entre autonomia organizacional e continuidade das parcerias institucionais. A experiência confirma que a inovação socioambiental não é um estado alcançado definitivamente, mas um processo de aprendizagem, negociação e transformação permanentemente construído pelos atores do território.

Como limitações do estudo, reconhece-se o recorte temporal e espacial da pesquisa, bem como a concentração da análise em um território específico, o que não permite generalizações automáticas para outros contextos. No entanto, os resultados oferecem contribuições analíticas relevantes para a compreensão de processos de inovação socioambiental em territórios amazônicos e em contextos de agricultura familiar e economia solidária.

Por fim, esta dissertação evidencia que a Feira AGROUFAM e a Rede Poranga não constituem apenas uma experiência local de comercialização agroecológica, mas um laboratório socioterritorial de inovação, no qual se experimentam formas alternativas de organização econômica, social e territorial. Ao integrar cultura, território, governança, inovação, invenção, tecnologia social e aprendizagem coletiva, a AGROUFAM se afirma como referência analítica e empírica para o debate sobre desenvolvimento territorial sustentável, inovação socioambiental e agroecologia na Amazônia, apontando caminhos possíveis para a construção de futuros mais justos, solidários e sustentáveis.

6. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Revista Economia Aplicada*, v. 7, n. 3, p. 379–397, 2003.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). *Amazônia: comunidades, povos e territórios*. Manaus: UEA Edições, p. 15-42, 2006.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. *Agroecologia e a regeneração dos agroecossistemas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative governance in theory and practice. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 18, n. 4, p. 543-571, 2008.
- BANDURA, A. *Social foundations of thought and action: a social cognitive theory*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1986.
- BARBOSA, R. N. C. *A economia solidária como política pública*. São Paulo: Cortez, 2007b.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARTHOLO, R. A pirâmide, a teia e as falácias: sobre a modernidade industrial e desenvolvimento local. In: *Anais do Seminário NEAL*, São Paulo: UniFEI, 2002.
- BECKER, B. K. Primeiras intervenções. In: NASCIMENTO, E. P.; VIANA, J. N. (Org.). *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BEHRING, E. R. *Política social: fundamentos e história*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BERTOLDO, J. *Cartilha associativismo*. Santa Maria: Incubadora Social, 2015.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011. DOI: 10.4013/1040.
- BORNSTEIN, D. *How to change the world: social entrepreneurs and the power of new ideas*. Updated ed. New York: Oxford University Press, 2007.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1983.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood Press, 1986.
- BROWN, J.; ISAACS, D. *The World Café: Shaping Our Futures Through Conversations That Matter*. San Francisco: Berrett-Koehler, 2005.
- BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. *Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- CAEIRO, J. Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katálisis*, v. 11, n. 1, p. 61-72, 2008.
- CARNEIRO, M. J. *Agricultores e empreendedores: trajetórias e sentidos do trabalho no mundo rural*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- CARNEIRO, M. J. *Ruralidades contemporâneas: práticas e representações sociais*. 2. ed.

Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, A. P. de. O processo de governança da Rede Poranga: passado, presente e perspectivas de uma práxis socioambiental. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

CASTRO, R. P. Trabalho abstrato e trabalho concreto. In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2010.

CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CAULIER-GRICE, J; DAVIES, A; PATRICK, R; NORMAN, W. Defining social innovation. London: The Young Foundation; NESTA, 2012. (TEPSIE Project Report).

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

CORAGGIO, J. L. Para além da economia de mercado. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, E. Albano de. Economia solidária e desenvolvimento territorial: reflexões a partir da Amazônia. In: Encontro Nacional da Economia Solidária, 2022.

CUNHA, E. Albano de; HILDEBRAND, J. L. Inovação e território: experiências de economia solidária no Brasil. Revista de Economia Solidária, v. 15, n. 2, p. 42-59, 2023.

DAGNINO, R. Tecnologia social: contribuições da engenharia para o desenvolvimento. Campinas: Unicamp, 2014.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEFOURNY, J.; NYSSSENS, M. (Ed.). The International Comparative Social Enterprise Models (ICSEM) Project. Liège/Bruxelas: Centre d'Économie Sociale, 2013.

DEFOURNY, J.; NYSSSENS, M. The EMES approach of social enterprise in a comparative perspective. EMES European Research Network Working Paper Series, n. 3/2012.

DEGEN, R. J. O empreendedor: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DEPINÉ, Á.; TEIXEIRA, C. S. (org.). Habitats de inovação: conceito e prática. São Paulo: Perse, 2018. E-book. Disponível em: <http://via.ufsc.br/>. Acesso em: 5 set. 2024.

DIAS, G. P. Empreendedorismo: uma “nova” noção para a (com)formação humana nos interesses do capital. 2010.

DIAS, L. V.; LEVINO, N. Análise de ações empreendedoras na feira livre de Messias/AL. Cadernos de Gestão e Empreendedorismo, v. 8, n. 2, p. 18–30, 2020.

- DIAS, R. Sociologia das organizações. São Paulo: Atlas, 2018.
- DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. 6. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 2004.
- DOLABELA, F. O segredo de Luísa. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.
- DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- DRUCKER, P. Sociedade pós-capitalista. In: DIAS, R. Sociologia das organizações. São Paulo: Atlas, 2018. p. 22.
- ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. *Research Policy*, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000.
- FAGERBERG, J. Innovation: a guide to the literature. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. (ed.). *The Oxford handbook of innovation*. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 1-26.
- FARIAS, I. Q.; MOREIRA, V.; VIDAL, F. A. Empreendedorismo social e economia solidária: um estudo de caso da rede de desenvolvimento local integrado e sustentável da comunidade do Grande Bom Jardim. *O Social em Questão*, ano XIV, n. 25/26, p. 237–260, 2011.
- FERNANDES, D. R. Uma visão sobre a análise da matriz SWOT como ferramenta para elaboração da estratégia. *Revista Unopar Científica: Ciências Jurídicas e Empresariais*, Londrina, v. 13, n. 2, p. 57–68, 2012.
- FIGUEIREDO, P.; GOMES, R.; COSTA, M. Ecossistemas de inovação amazônicos: desafios e potencialidades. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 20, n. 1, p. 112-135, 2021.
- FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração*, v. 34, n. 2, p. 6–28, 1999.
- FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FRAXE, T. de J. P. Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: CNPq, 2011.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREY, Klaus. Governança democrática: um debate necessário. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 3, p. 508-525, 2020.
- GADOTTI, M. Economia solidária como práxis pedagógica. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- GAIGER, L. I. Sentidos do trabalho associado: cooperativas e organizações solidárias em perspectiva comparada. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2011.
- GAMBOA, Silvana de Freitas; FISCHMANN, A. Inovação em modelos de negócio na economia solidária. *Revista de Administração Pública*, v. 52, n. 6, p. 1120-1141, 2018.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, V. V. C. et al. Feira AGROUFAM: um momento de troca de saberes e a contribuição socioeconômica. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 5, p. 31353–31368, 2020.
- GUTIÉRREZ, R. Inovação socioambiental: desafios teóricos e práticos. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 38, p. 11-30, 2016.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 37-45, 2014. JOIA, L. A.; FERREIRA, S. Modelo de negócios: constructo real ou metáfora de estratégia? *Cadernos EBAPE.BR*, v. 3, n. 4, p. 1–18, 2005.
- HOFSTEDE, G. Culture's consequences: international differences in work-related values. Beverly Hills: Sage Publications, 1980.
- JACKSON, D. J. What is an innovation ecosystem? Arlington: National Science Foundation, 2011.
- JUSTO, J. S. A imagem como mediação da realidade: fotografia e produção de sentido. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 300–307, 2009.
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIERI, D. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009. p. 93-102.
- KLJIN, Erik-Hans; KOPPENJAN, J. Governance networks in the public sector. New York: Routledge, 2016.
- KOOIMAN, J. Governing as governance. London: Sage Publications, 2003.
- LARAIA, R. de B. Cultura: um conceito antropológico. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Inovação e desenvolvimento: a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- LATOUR, B. Ciência em ação. São Paulo: UNESP, 2000.
- LATOUR, B. Jamais fomos modernos. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LAVE, J.; WENGER, E. Situated learning: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. *Revista Em Pauta*, v. 17, n. 41, p. 12-29, 2019.
- LEFEBVRE, H. A produção do espaço. São Paulo: Editora da Unesp, 1976.
- LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEMOS, A.; CUNHA, E. Redes solidárias e territórios em disputa: práticas de cooperação e resistência. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, e 202 224, 2022.
- LÉVI-STRAUSS, C. Tristes trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1975.
- LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, R. S.; FONTANA, A. P. C. As feiras da agricultura familiar como território de

- práticas alimentares e sociabilidades. *Redes*, v. 24, n. 3, p. 75–100, set. 2019.
- LÖHR, A. et al. World Café as a participatory research method: a systematic review. *Qualitative Research Journal*, v. 20, n. 3, p. 227–241, 2020.
- MACCALLUM, D; MOULAERT, F; HILLIER, J; VICARI, S. (org.). *Social innovation and territorial development*. Farnham: Ashgate, 2009.
- MACHADO, M. L. et al. Metodologias participativas e construção coletiva do conhecimento. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 45, p. 221–238, 2018.
- MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z. M. N. *Antropologia: uma introdução*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MASCARENHAS, G. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: conflito, mudança e persistência (Rio de Janeiro: 1964–1989). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1991.
- MATTEI, L. Economia solidária e os desafios da transição socioecológica. *Revista Katálysis*, v. 23, n. 3, p. 487-498, 2020.
- MELO NETO, F. P.; FRÓES, C. *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- MENEZES, M. A. O. et al. Rede Maniva de Agroecologia (Rema) em ação: fortalecendo o conhecimento agroecológico no estado do Amazonas. *Cadernos de Agroecologia*, v. 13, n. 1, 2018
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MOULAERT, F; MACCALLUM, D; MEHMOOD, A; HAMDOUCH, A. (org.). *The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.
- MULGAN, G. The process of social innovation. *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, v. 1, n. 2, p. 145–162, 2006.
- NEVES, E. F. A relação entre economia solidária e empreendedorismo. *Economia e Desenvolvimento*, v. 31, p. e11, 2019.
- NUNES, L. S. et al. A importância da educação empreendedora para a cultura e formação de novos empreendedores. *Saber Humano*, v. 8, n. 13, p. 152–173, 2018.
- ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*. 4. ed. Paris: OCDE, 2018.
- OSBORNE, D.; GAEBLER, T. *Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. Brasília: MH Comunicação, 1993.
- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PAULILO, M. I. S. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.
- PEREIRA, M. I.; SANTOS, S. A. *Modelo de gestão: uma análise conceitual*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

- PLOEG, J. D. Os camponeses e a arte da agricultura: um manifesto ecológico. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2018.
- PORTUGAL, S. Contributos para uma discussão do conceito de rede. 2007.
- PRATTES, C. M. Associativismo: o princípio do fortalecimento das profissões. 2013.
- PUTNAM, R. D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RESENDE, G. D. G. S. O papel das IES na formação de uma cultura empreendedora no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Centro Universitário de Brasília, 2015.
- RHODES, R. A. W. *Understanding governance: policy networks, governance, reflexivity and accountability*. Buckingham: Open University Press, 1997.
- RITCHIE, B.; BRINDLEY, C. Cultural determinants of competitiveness within SMEs. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, v. 12, n. 1, p. 104–119, 2005.
- SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia solidária. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- SABOURIN, E. *Sociologia da agricultura familiar e campesina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017.
- SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel; Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.
- SALAZAR, S. N. Trabalho e educação nas práticas de economia solidária: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória? .Tese (Doutorado em Educação) – PUC-RJ. 2008.
- SALVADOR, E. Financiamento da política social no Brasil: um projeto em disputa. *Serviço Social & Sociedade*, n. 129, p. 115-141, 2017.
- SANTIAGO, J. L. et al. Agroecologia em rede e o fortalecimento da agricultura familiar. *Revista Areté: Revista Amazônica de Ensino de Ciências*, v. 10, n. 21, p. 12–22, maio 2017.
- SANTIAGO, J. L. et al. Levantamento dos aspectos ambientais no campus universitário da Universidade Federal do Amazonas (UFAM): um enfoque sobre o uso e ocupação do solo com vistas à gestão ambiental. *Terceira Margem Amazônia*, v. 3, n. 10, 2018.
- SANTIAGO, J. L. Teias de vida: um estudo ambiental da rede. 2017.
- SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, L. D.; SOUSA, D. C. et al. Governança territorial e participação social: análise do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Baixo Amazonas – Pará. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 9. Brasília: CONSAD, 2016.
- SANTOS, T. S. R. Política estadual de agroecologia e produção orgânica do estado do Amazonas – convergências e contradições das políticas públicas para agricultura e meio ambiente. 2023. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) -

- Universidade Federal do Amazonas, Humaitá (AM), 2023.
- SCHEIN, E. H. *Organizational culture and leadership*. San Francisco: Jossey-Bass, 1985.
- SCHMIDT, C. M.; DREHER, M. T. Cultura empreendedora: empreendedorismo coletivo e perfil empreendedor. *Revista de Gestão USP*, v. 15, n. 1, p. 1–14, 2008.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SEBRAE. Economia solidária: o que é. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/economia-solidaria-o-que-e>. Acesso em: 5 set. 2024.
- SILIPRANDI, E. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- SILVA, D. Reexistência cultural e economia solidária na Amazônia: práticas de resistência e sustentabilidade. *Revista Desenvolvimento em Questão*, v. 19, n. 56, p. 48-68, 2021.
- SINGER, P. Economia solidária. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SOUZA, D. G. de; WATERKEMPER, P. M.; MOREIRA, D. N. Economia solidária no âmbito da agricultura na região Norte do Brasil. *Revista de Estudos Universitários – REU*, Sorocaba, v. 48, n. 2, p. 53-70, 2022.
- TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.
- TYLOR, E. B. *Cultura primitiva*. São Paulo: Itatiaia, 1974. (Original publicado em 1871).
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM). *Relatório do projeto: ações de assistência técnica em extensão rural no âmbito do Programa Mais Gestão no Estado do Amazonas*. Manaus: Programa Mais Gestão/UFAM, 2025. Relatório técnico.
- VASCONCELOS, A. R. M. et al. Inovação social na comercialização da produção da Feira AGROUFAM no contexto da Covid-19 no Amazonas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 15, n. 4, p. 12-12, 2020.
- VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- VERDEJO, M. *Diagnóstico rural participativo: guia prático*. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.
- VIANA, J. et al. Inovações socioecológicas na Amazônia: práticas e saberes da agroecologia. *Revista Agroecossistemas*, v. 13, n. 1, p. 23-39, 2021.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável.” In: COSTA, Luiz Carlos; SANTOS, Roselene (Orgs.). Desenvolvimento sustentável no meio rural. Brasília: IICA, 2009. p. 25–52.

WENGER, E. Communities of practice: learning, meaning, and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

YUNUS, M. Building social business: the new kind of capitalism that serves humanity's most pressing needs. New York: PublicAffairs, 2010.

ANEXO

Anexo A – Parecer Consubstanciado do CEP Aprovado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A FEIRA AGROUFAM COMO AMBIENTE DE INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR AMAZÔNICA.

Pesquisador: SISSI MIKAELLA DE ARAUJO BITTENCOURT

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 89660025.4.0000.5020

Instituição Proponente: Centro de Ciências do Ambiente

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.738.824

Apresentação do Projeto:

Informações retiradas dos documentos:

PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2580768.pdf 13/06/2025 16:09:03

Este projeto de pesquisa propõe analisar a Feira AGROUFAM como um território de inovação socioambiental da produção familiar amazônica. Realizada mensalmente no campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a feira configura-se como um espaço estratégico de comercialização direta, fortalecimento da cultura empreendedora, difusão de práticas sustentáveis e integração entre saberes tradicionais e acadêmicos. A proposta parte do entendimento de que a Feira AGROUFAM vai além de um ponto de venda: trata-se de um ambiente de articulação entre economia solidária, agricultura familiar, sustentabilidade e desenvolvimento local. A questão central que norteia o estudo é: de que forma a Feira AGROUFAM se consolida como um ambiente de inovação socioambiental, capaz de promover práticas sustentáveis, fortalecer a governança em rede dos empreendimentos e contribuir para a valorização da produção familiar na Amazônia? A pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa com apoio de dados quantitativos, incluindo revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, observação participante e oficinas colaborativas com ferramentas como a Matriz SWOT e a Análise Causal em Camadas (CLA). Os sujeitos da

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

CEP: 68.057-070

E-mail: cep@ufam.edu.br

APÊNDICES

Apêndice A – Termo Livre E Esclarecido - TECLA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa “A Feira AGROUFAM como ambiente de inovação socioambiental da produção familiar amazônica”, cujo pesquisadora responsável é Sissi Mikaella de Araújo Bittencourt – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA/UFAM
Orientadora: Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe.

O objetivo geral do projeto é analisar a Feira AGROUFAM como um ambiente de inovação socioambiental para a promoção da sustentabilidade amazônica. Entre os objetivos específicos, destacam-se: investigar os procedimentos e processos que contribuem com cultura e a governança em rede dos empreendimentos na Feira AGROUFAM; averiguar os aspectos e as estratégias de inovação socioambiental praticados na Feira AGROUFAM; compreender o território de inovação socioambiental existente na Feira AGROUFAM a partir dos seus empreendimentos econômicos e solidários; propor uma estratégia de fortalecimento do (s) ambiente (s) inovador (es) e sustentável (is) para a Feira AGROUFAM, a partir de uma dimensão territorial.

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) porque é participante ativo(a) da Feira AGROUFAM e, portanto, possui experiências, saberes e vivências importantes para a compreensão dos processos de organização, produção e inovação desenvolvidos na Feira. Sua participação é fundamental para que possamos compreender, a partir de quem vive o cotidiano da Feira, os caminhos possíveis para seu fortalecimento.

O(A) Sr(a) tem total liberdade para recusar-se a participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalização, prejuízo ou constrangimento quanto à sua participação na Feira AGROUFAM, local onde se desenvolverá a pesquisa. Sua decisão será respeitada em todas as etapas, e não haverá qualquer interferência no tratamento, atenção ou vínculo com as atividades desenvolvidas no ambiente da Feira.

O(A) Sr(a) será convidado(a) a participar de entrevistas individuais semiestruturadas com a pesquisadora responsável, em data, horário e local previamente acordados, de acordo com sua disponibilidade. O objetivo dessas entrevistas é compreender suas percepções, experiências, práticas e estratégias no contexto da Feira AGROUFAM, reconhecida como espaço de produção familiar, inovação socioambiental e promoção da sustentabilidade amazônica. As entrevistas terão duração aproximada de 30 a 40 minutos e serão conduzidas de forma respeitosa, garantindo o sigilo das informações compartilhadas e o pleno direito de recusa ou interrupção da participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao(a) participante.

Além disso, o(a) Sr(a) poderá ser convidado(a) a participar de oficinas participativas com outros(as) empreendedores(as), produtores(as) ou parceiros(as) da Feira, com foco no compartilhamento de saberes e proposições coletivas sobre o fortalecimento do ambiente de inovação socioambiental da Feira AGROUFAM. A participação nessas oficinas será voluntária e dependerá da sua disponibilidade e interesse.

Com sua autorização, as entrevistas e oficinas poderão ser gravadas em áudio e/ou vídeo,

exclusivamente para fins de registro e análise da pesquisa. As gravações serão armazenadas com segurança e sigilo, acessíveis apenas à pesquisadora responsável e, se necessário, à equipe direta de pesquisa, mediante compromisso de confidencialidade.

As informações fornecidas, incluindo imagens e sons, não serão utilizadas de forma que exponham, constranjam, estigmatizem ou prejudiquem o(a) Sr(a) ou sua comunidade, respeitando sua dignidade, privacidade e os direitos garantidos pelo artigo 5º, incisos V, X e XXVIII da Constituição Federal Brasileira. Caso o(a) participante não autorize o uso de sua imagem ou voz, poderá ainda assim participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Nenhum procedimento invasivo será realizado, e não haverá coleta de material biológico.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: poderá gerar benefícios diretos, como o fortalecimento da Feira AGROUFAM, a valorização do seu trabalho e o espaço de escuta para suas experiências e sugestões. Benefícios indiretos incluem a contribuição para o aprimoramento de políticas públicas e o fortalecimento da economia solidária e da agricultura familiar na Amazônia.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Garantimos ao (à) Sr (a), e seu acompanhante quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Caso existam despesas decorrentes da participação na pesquisa (como transporte, lanche ou similares), estas serão ressarcidas pela pesquisadora, mediante apresentação de comprovantes.

Também estão assegurados ao (à) Sr (a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa. (à) Sr (a) tem direito a indenização por eventuais danos morais ou físicos que possam ocorrer em decorrência da participação na pesquisa, conforme previsto na legislação vigente.

Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Garantimos ao (à) Sr (a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Sissi Mikaella de Araújo Bittencourt, a qualquer tempo para informação adicional no endereço Avenida General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Coroado I, Manaus-AM, Bloco T, no Centro de Ciências do Ambiente (CCA), Telefone: (92) 99107-0943 e E-mail: mikaella.sissi@gmail.com.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

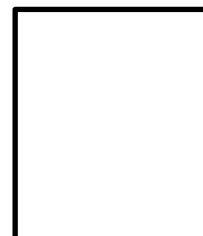
Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Declaro que li e compreendi as informações acima e concordo voluntariamente em participar da pesquisa.

_____, ____/____/____

Assinatura do Participante



IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA

Assinatura do Pesquisador Responsável

Apêndice B – Declaração de Anuência



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas



DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “**A FEIRA AGROUFAM COMO AMBIENTE DE INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR AMAZÔNICA**”, a ser desenvolvida na AGROUFAM – Feira da Produção Familiar. A pesquisa mencionada tem como objetivo geral analisar a Feira AGROUFAM como um ambiente de inovação socioambiental para a promoção da sustentabilidade amazônica, e como objetivos específicos: Investigar os procedimentos e processos que contribuem com cultura e a governança em rede dos empreendimentos na Feira AGROUFAM; Averiguar os aspectos e as estratégias de inovação socioambiental praticados na Feira AGROUFAM; Compreender o território de inovação socioambiental existente na Feira AGROUFAM a partir dos seus empreendimentos econômicos e solidários; Propor uma estratégia de fortalecimento do (s) ambiente (s) inovador (es) e sustentável (is) para a Feira AGROUFAM, a partir de uma dimensão territorial. A pesquisa está sob a orientação da pesquisadora Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/PPGCASA e será desenvolvida pela discente Sissi Mikaella de Araújo Bittencourt, sendo assim, assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada a partir da aplicação de questionário e atividades de imersão com os empreendedores solidários que fazem parte da Feira AGROUFAM, entre junho a julho de 2025 e após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus, 02 de maio de 2025.

Roseli Barroncas O. Andrade

Roseli Barroncas Oliveira de Andrade
Associação dos Produtores Agroecológicos e Artesãos (APROARTES)



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas



DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **“A FEIRA AGROUFAM COMO AMBIENTE DE INOVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR AMAZÔNICA”**, a ser desenvolvida na AGROUFAM – Feira da Produção Familiar. A pesquisa mencionada tem como objetivo geral analisar a Feira AGROUFAM como um ambiente de inovação socioambiental para a promoção da sustentabilidade amazônica, e como objetivos específicos: Investigar os procedimentos e processos que contribuem com cultura e a governança em rede dos empreendimentos na Feira AGROUFAM; Averiguar os aspectos e as estratégias de inovação socioambiental praticados na Feira AGROUFAM; Compreender o território de inovação socioambiental existente na Feira AGROUFAM a partir dos seus empreendimentos econômicos e solidários; Propor uma estratégia de fortalecimento do (s) ambiente (s) inovador (es) e sustentável (is) para a Feira AGROUFAM, a partir de uma dimensão territorial. A pesquisa está sob a orientação da pesquisadora Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM/PPGCASA e será desenvolvida pela discente Sissi Mikaella de Araújo Bittencourt, sendo assim, assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada a partir da aplicação de questionário e atividades de imersão com os empreendedores solidários que fazem parte da Feira AGROUFAM, entre junho a julho de 2025 e após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus, 02 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br JOZANE LIMA SANTIAGO
Data: 13/06/2025 07:45:18 -0300
Verifique em <https://validar.lti.gov.br>

Profa, Dra. Jozane Lima Santiago
Coordenadora do Núcleo de Socioeconomia – NUSEC/UFAM

Apêndice C – Roteiro de campo com entrevista semiestruturado



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



Página 1 de 15

FORMULÁRIO – A FEIRA AGROUFAM COMO AMBIENTE DE INOVAÇÃO SOCIAMBIENTAL DA PRODUÇÃO FAMILIAR AMAZÔNICA

(Dirigido apenas aos atores da pesquisa)

Data: ____/____/ 2025 Hora: ____: ____ h

Local da entrevista: _____

Nº form.

1. PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome do Entrevistado: _____

Por qual nome o (a) senhor (a) é conhecido (a)? _____

Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Outro ☐ Não Respondeu

Idade? _____

Qual a comunidade/localidade/cidade em que o senhor (a) mora? _____

Qual seu grau de escolaridade?

- (1) Não alfabetizado (2) Ensino Fundamental Incompleto (3) Ensino Fundamental Completo (4) Ensino Médio Incompleto (5) Ensino Médio completo (6) Ensino Superior Incompleto (7) Ensino Superior Completo

Qual a sua área ocupação? (pode admitir mais de 1 opção)

- (1) Agricultura (2) Pesca (3) Artesanato (4) Alimentação (5) Saúde e cuidados (6) Serviços (7) Aposentado (8) Pensionista (9) Empregado Setor Privado (10) Servidor Público - _____ (11) Outros _____

De onde vem os conhecimentos utilizados para o exercício de sua ocupação?

- (1) Saberes tradicionais (2) Formações técnicas/cursos (3) Ambos

Qual a renda familiar mensal? [Salário-mínimo = R\$ 1.525,00]

- (1) < 1 salário-mínimo (2) entre 1 e 2 Salários-mínimos (3) entre 3 e 4 Salários-mínimos (4) entre 5 e Salários-mínimos (5) > 6 Salários-mínimos

Qual a sua principal fonte de renda? _____

Qual o % de contribuição desta fonte para a renda familiar no mês?

- (1) Menor que 20% (2) Entre 21% a 40% (3) Entre 41% a 60% (4) Entre 61% a 80% (5) Entre 81% a 100%

A família participa de algum programa de transferência de renda?

- (1) Bolsa família (2) Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) (3) Auxílio Gás dos Brasileiros (Vale-Gás Nacional) (4) Programa PÉ-de-Meia (Poupança do Ensino Médio) (5) Programas Estaduais ou Municipais - _____

Participa de organizações coletivas (exceto a APROARTES)?

- (1) Associação (2) Cooperativa (3) Movimento Social - _____ (4) Outro - _____

A Feira Agroufam trouxe mudanças econômicas, sociais e ambientais para sua vida? () Sim () Não – Quais?

2. PERFIL E NÍVEL DE MATURIDADE DO EMPREENDIMENTO



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



Página 2 de 15

Nome do empreendimento? _____ **Tempo de existência:** |

_____ anos **Forma de organização?** ☐ Individual ☐ Familiar ☐ Associação ☐ Cooperativa ☐ Outro

Qual o segmento do seu empreendimento? ☐ Produção familiar agroecológica ☐ Produção familiar agroextrativista ☐ Produção familiar artesanato ☐ Produção familiar alimentos artesanais ☐ Produção familiar fitocosméticos ☐ Produção gastronômica familiar

O empreendimento se identifica com princípios da produção familiar solidária?

- ☐ **Autogestão:** Os próprios membros da família, sem a figura do patrão, tomam as decisões sobre a produção e a gestão do empreendimento
- ☐ **Cooperação:** A produção é realizada em conjunto, com todos colaborando para alcançar um objetivo comum, em vez de competir entre si
- ☐ **Solidariedade:** Existe um senso de união e apoio mútuo entre os membros da família, buscando o bem-estar de todos.
- ☐ **Inclusão Social:** A produção familiar solidária busca integrar diferentes grupos sociais, valorizando a diversidade e promovendo a igualdade de oportunidades.
- ☐ **Fortalecimento da comunidade:** A produção familiar solidária contribui para o desenvolvimento das comunidades rurais, fortalecendo os laços sociais e a economia local.

Há preocupação explícita com aspectos ambientais no empreendimento?

☐ Não ☐ Sim -

Quais? _____

O empreendimento é formalizado? ☐ Não ☐ Sim

Qual a situação de regularidade do empreendimento?

Documento	Órgão Emissor / Responsável	Validade / Renovação
CPF	Receita Federal	☐ Possui ☐ Não Possui ☐ N/A
RG	Secretaria de Segurança Pública (SSP/Estado)	☐ Possui ☐ Não Possui ☐ N/A
Comprovante de residência	Concessionária de serviços (água, luz, etc.)	☐ Possui ☐ Não Possui ☐ N/A
Título de eleitor	Justiça Eleitoral	☐ Possui ☐ Não Possui ☐ N/A
Declaração de Posse / Contrato de Arrendamento ou Comodato	Particular, cartório ou órgão agrário	☐ Possui ☐ Não Possui ☐ N/A
Escritura ou matrícula do imóvel	Cartório de Registro de Imóveis	☐ Possui ☐ Não Possui ☐ N/A
Contrato de Concessão de Uso (PA, assentamentos)	INCRA ou órgão estadual de terra	☐ Possui ☐ Não Possui ☐ N/A
CAR – Cadastro Ambiental Rural	SICAR (MMA/IBAMA/órgãos estaduais)	☐ Possui ☐ Não Possui ☐ N/A
CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (substitui a DAP)	MDA / entidades autorizadas	☐ Possui ☐ Não Possui ☐ N/A
CNPJ (ou MEI Rural)	Receita Federal	☐ Possui ☐ Não Possui ☐ N/A
Notas Fiscais de Produtor Rural	Secretaria da Fazenda Estadual	☐ Possui ☐ Não Possui ☐ N/A
Certidões Negativas de Débito (CNDs)	Receita Federal, FGTS, Prefeituras	☐ Possui ☐ Não Possui ☐ N/A



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



Página 3 de 15

Documento	Órgão Emissor / Responsável	Validade / Renovação
Carteira de Trabalho (empregados)	Ministério do Trabalho / eSocial	() Possui () Não Possui () N/A
Alvará de Funcionamento	Prefeitura Municipal	() Possui () Não Possui () N/A
Licença Ambiental (quando aplicável)	Órgão ambiental estadual ou municipal	() Possui () Não Possui () N/A
Registro na Vigilância Sanitária	Secretaria Municipal/Estadual de Saúde	() Possui () Não Possui () N/A
Registro no SIM / SIE / SIF (para alimentos)	Serviços de Inspeção Municipal/Estadual/Federal	() Possui () Não Possui () N/A
Certificação Orgânica (SISOrg ou OCS)	MAPA / Organismo Certificador / OCS	() Possui () Não Possui () N/A
Selo da Agricultura Familiar (MAPA)	Ministério da Agricultura e Pecuária	() Possui () Não Possui () N/A
Certificações Especiais (Fair Trade, IG, etc.)	Entidades certificadoras	() Possui () Não Possui () N/A

Possui empregados registrados? () Não () Sim – Quantos? _____

Quantas pessoas da sua família trabalham com você? _____ Elas são remuneradas? () Não () Sim – Quantas?

Nível de maturidade do empreendimento (auto percepção):

() Início – estruturando produção e comercialização

() Consolidação – clientela e gestão interna estáveis

() Expansão – busca ampliar mercados, agregar valor e inovar (desenvolver novos produtos / processo)

Possui plano de negócios/planejamento estratégico? () Sim () Não – Inclui metas ambientais? () Sim () Não

Como organiza as atividades administrativas e financeiras?

() Controle formal (planilhas, registros, softwares)

() Controle informal (anotações/memória)

() Outro: _____

Já recebeu consultoria técnica? () Não () Sim – Qual?

Já recebeu consultoria de negócios? () Não () Sim – Qual?

Já recebeu consultoria voltada à sustentabilidade ambiental? () Não () Sim – Qual?

O empreendimento adota práticas de gestão ambiental?

Uso racional de recursos () Não () Sim – Qual?

Reciclagem () Não () Sim – Qual?

Reaproveitamento () Não () Sim – Qual?

A Feira AgroViam trouxe mudanças econômicas, sociais e ambientais para o seu empreendimento? () Sim () Não – Quais?



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



Página 4 de 15

3. PPROCESSOS PRODUTIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO¹**Quais produtos/serviços você produz para comercializar na Feira Agroufam?**

Nome do Produto	Descrição do produto	Etapas do processo produtivo	Quais práticas produtivas solidárias e sustentáveis são utilizadas?	Existe alguma inovação / invenção?
			Tipo de sistema produtivo: ☐ Agroecológico ☐ Convencional ☐ Misto ☐ N/A Práticas utilizadas: ☐ SAFs ☐ Quintais produtivos ☐ Roçados diversificados ☐ Produção orgânica ☐ Utiliza sementes crioulas ☐ Bioinsumos caseiros ☐ Manejo agroecológico do solo ☐ Logística reversa ☐ Autoconsumo - _____ % ☐ Outro	
			Tipo de sistema produtivo: ☐ Agroecológico ☐ Convencional ☐ Misto ☐ N/A Práticas utilizadas: ☐ SAFs ☐ Quintais produtivos ☐ Roçados diversificados ☐ Produção orgânica ☐ Utiliza sementes crioulas ☐ Bioinsumos caseiros ☐ Manejo agroecológico do solo ☐ Logística reversa ☐ Autoconsumo - _____ % ☐ Outro	

¹ Este bloco do questionário tem como objetivo identificar inovações recentes que o empreendimento ou produção familiar possa ter introduzido. Quando falamos em inovação, não nos referimos apenas a grandes mudanças, mas também a pequenas melhorias que trazem benefícios ao dia a dia, à produção, à gestão ou ao relacionamento com clientes e comunidades. Essas inovações podem estar relacionadas a novos produtos ou serviços, como a introdução de uma nova variedade agrícola ou a criação de um produto alimentício ou artesanal; a técnicas de produção, como o uso de sistemas agroecológicos, irrigação eficiente ou mecanização apropriada; a práticas ambientais, como a redução no uso de agrotóxicos, utilização de embalagens biodegradáveis, aproveitamento de resíduos ou adoção de energia renovável; e ainda a certificações e selos verdes, como orgânico, comércio justo ou selo da agricultura familiar. Portanto, pedimos que, ao responder, descreva de forma simples e objetiva se houve alguma inovação recente no seu empreendimento, qual foi essa inovação e em que área ela ocorreu (produto, serviço, técnica ou gestão) e se a inovação tem relação com práticas ambientais ou de sustentabilidade. Exemplos de resposta incluem: “Passei a produzir polpa de fruta congelada com embalagem biodegradável”; “Implantei horta orgânica sem uso de insumos químicos”; ou “Adotei sistema de compostagem para aproveitar restos de produção”.



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



Página 5 de 15

Nome do Produto	Descrição d produto (incluir aspectos de apresentação)	Etapas do processo produtivo	Quais práticas produtivas solidárias e sustentáveis são utilizadas?	Existe alguma inovação / invenção?
			Tipo de sistema produtivo: ☐ Agroecológico ☐ Convencional ☐ Misto ☐ N/A Práticas utilizadas: ☐ SAFs ☐ Quintais produtivos ☐ Roçados diversificados ☐ Produção orgânica ☐ Utiliza sementes crioulas ☐ Bioinsumos caseiros ☐ Manejo agroecológico do solo ☐ Logística reversa ☐ Autoconsumo - _____ % ☐ Outro	
			Tipo de sistema produtivo: ☐ Agroecológico ☐ Convencional ☐ Misto ☐ N/A Práticas utilizadas: ☐ SAFs ☐ Quintais produtivos ☐ Roçados diversificados ☐ Produção orgânica ☐ Utiliza sementes crioulas ☐ Bioinsumos caseiros ☐ Manejo agroecológico do solo ☐ Logística reversa ☐ Autoconsumo - _____ % ☐ Outro	

[illegible]



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



SOBRE A PRAÇA (DISTRIBUIÇÃO)

ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS – lembrar que a soma total da estratégia tem que ser 100% → Foco: entender o mercado B2B / B2C / B2G / C2C / B2B2C / D2C / P2P

Mercados Locais e Comunitários - Circuitos curtos de comercialização / trocas (feiras, cestas agroecológicas, venda direta) você utiliza?

() Feiras _____% () Cestas agroecológicas / produtos _____% () venda direta _____% () Trocas _____% () Outras - _____%

Mercados institucionais:

- () PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar _____% () PAA – Programa de Aquisição de Alimentos _____% () Compras Institucionais via Leis de Licitação (Lei 14.133/2021) _____%
- () Compras Públicas para Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos (Geralmente realizadas por prefeituras ou estados, com recursos do SUAS - Sistema Único de Assistência Social) _____%
- () Forças Armadas (Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar – PAPAF) _____% () Hospitais e Unidades de Saúde Públicas _____%
- () Compras Governamentais com Selo da Agricultura Familiar _____% () Outras - _____% () N/A

Mercados regionais:

- () Redes de supermercados regionais: vendas para varejistas locais e atacadistas. _____% () Centrais de abastecimento (CEASA): canais importantes de escoamento em volume. _____%
- () Parcerias com restaurantes, hotéis, galeria e lojas / revendedores. _____% () Outras - _____% () N/A

Mercados regionais:

- () Grandes redes de supermercados e atacadistas (Carrefour, Assaí, etc.). _____%
- () E-commerce e marketplaces: venda de alimentos e artesanato em plataformas digitais (Mercado Livre, Amazon, Shopee, etc.). _____%
- () Parcerias com restaurantes, hotéis, galeria e lojas / revendedores. _____%
- () Programas de alimentação / comercialização corporativa: fornecimento de alimentos para empresas, indústrias e órgãos públicos além dos programas institucionais _____%

Mercados regionais:

- () Exportação direta: venda para importadores de produtos específicos _____%
- () Exportação indireta: via cooperativas, tradings ou empresas exportadoras. _____%
- () Feiras internacionais e rodadas de negócios: aproximação com compradores estrangeiros. _____%
- () Programas de alimentação / comercialização corporativa: fornecimento de alimentos para empresas, indústrias e órgãos públicos além dos programas institucionais _____%



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



Página 8 de 15

Existe algum produto que você comercializa e que não é produzido pelo empreendimento? () Não () Sim – Quais?

Sobre comunicação e marketing – Estratégias para divulgar o produto e persuadir os clientes:



Tipos de Promoção	Objetivo	Estratégia
Publicidade (Advertising) - Comunicação paga, feita por meios de massa ou segmentados.	Alcançar grande público, criar consciência da marca	() Comerciais de TV e rádio. () Outdoors, revistas, jornais. () Anúncios em sites, redes sociais e aplicativos. () outros – () Não realiza
Promoção de Vendas - Incentivos de curto prazo para estimular a compra imediata	Aumentar as vendas em um período curto	() Descontos, cupons e liquidações. () Brindes e amostras grátis. () Programas de pontos e cashback. () outros – () Não realiza
Relações Públicas (PR) - Construção e manutenção da imagem institucional junto ao público	fortalecer reputação, gerar credibilidade e confiança	() Assessoria de imprensa e matérias em mídia espontânea. () Eventos comunitários, palestras, feiras. () Patrocínios e ações de responsabilidade social. () outros – () Não realiza
Marketing Direto - Comunicação personalizada, dirigida a clientes específicos	Gerar relacionamento direto e estimular resposta imediata	() Mala direta, catálogos, SMS. () E-mail marketing. () WhatsApp e aplicativos de mensagens. () outros – () Não realiza
Marketing Digital - Estratégias de comunicação online	Engajamento, alcance e conversão online	() Redes sociais (Instagram, Facebook, TikTok)._____ () SEO e marketing de conteúdo (blogs, artigos, vídeos)._____ () Anúncios pagos (Google Ads, Meta Ads). () Influenciadores digitais. () outros – () Não realiza
Venda Pessoal - Interação direta entre vendedor e cliente.	persuadir e adaptar o discurso às necessidades do cliente	() Vendedor em loja explicando benefícios do produto. () Representantes comerciais visitando clientes. () Consultores de vendas. () outros – () Não realiza
Merchandising / Ponto de Venda - Ações promocionais no local de compra.	estimular a decisão de compra no ponto de venda	() Exposição diferenciada em prateleiras. () Degustações em supermercados. () Displays, cartazes e materiais promocionais. () outros – () Não realiza
Marketing de Experiência - Criação de experiências memoráveis para os clientes.	conectar emoção, vivência e consumo	() Eventos de degustação, oficinas e vivências. () Turismo de experiência (colha e pague, visita a propriedades rurais). () Lançamentos interativos de produtos. () outros – () Não realiza





Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



Página 9 de 15

Como é feita a logística de transporte e armazenamento até a Feira?

Além da AGROUFAM, participa de outras feiras ou canais de comercialização? Quais?

Qual a importância da Feira AGROUFAM para sua renda, visibilidade e valorização ambiental dos seus produtos?

A Feira trouxe mudanças econômicas, sociais e ambientais para o seu empreendimento () Não () Sim – Quais?

4. FORMAÇÃO, AMBIENTE DE INOVAÇÃO, HÉLICES E CULTURA ORGANIZACIONAL (responder somente se houve a indicação no item 3)

Você ou alguém da sua família já participou de capacitações, oficinas ou cursos de formação?

Área	Qual curso?	Quem promoveu?	Quando?	Onde?
Produção				
Comercialização				
Gestão e Controle Financeiro				



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



Página 10 de 15

Relações humanas				
Marketing				
Liderança				
Inovação / Tecnologia				

Como você descreveria a cultura organizacional do seu empreendimento:

Característica	Descrição
Missão	
Visão de futuro	
Liderança	
Cooperação interna	
Cooperação externa	



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



Página 11 de 15

Valores ambientais compartilhados	
Transmissão de saberes	

Origem das inovações:

☐ Saberes tradicionais ☐ Trocas com feirantes ☐ Demanda de clientes ☐ N/A

Qual a rede de apoio?

☐ ICTs (institutos de pesquisas e Universidades) _____

☐ Organizações governamentais - _____

☐ Sociedade civil - _____

☐ Setor privado - _____

Qual a estratégia de sistematização de resultados no processo de inovação

Tipo	Descrição
Pesquisa Acadêmica <i>Forma: artigos científicos, teses, dissertações, relatórios técnicos.</i> <i>Estratégia: uso de métodos científicos (análise qualitativa, quantitativa ou mista) para avaliar impactos da inovação.</i> <i>Resultado: produção de conhecimento validado, publicável em revistas ou congressos.</i> <i>Exemplo: estudo sobre impacto da introdução de práticas agroecológicas na produtividade familiar.</i>	
Projetos e Programas <i>Forma: relatórios de execução, relatórios de impacto, prestação de contas a financiadores.</i> <i>Estratégia: acompanhamento por indicadores de resultado (produção, renda, adesão de beneficiários, impactos ambientais).</i> <i>Resultado: avaliação da eficácia da inovação dentro de um ciclo de projeto.</i>	



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



Página 12 de 15

Exemplo: relatório de resultados de um projeto apoiado pelo programa ou por edital de fomento.	
Sistematização de Experiências	
Forma: estudos de caso, narrativas, memoriais descritivos.	
Estratégia: reconstrução da trajetória da inovação com foco nos aprendizados, desafios e soluções encontradas.	
Resultado: documento que pode ser replicado, inspirado em metodologias de educação popular.	
Exemplo: publicação sobre como uma cooperativa estruturou um arranjo produtivo sustentável.	
Comunicação e Difusão	
Forma: cartilhas, guias práticos, infográficos, vídeos, podcasts.	
Estratégia: traduzir os resultados em linguagem acessível para diferentes públicos (beneficiários, sociedade, parceiros).	
Resultado: socialização do conhecimento e valorização da inovação.	
Exemplo: cartilha sobre tecnologias sociais de reaproveitamento.	
Avaliação Participativa	
Forma: oficinas, rodas de conversa, relatórios construídos coletivamente.	
Estratégia: envolver diretamente os sujeitos da inovação na análise de resultados.	
Resultado: apropriação coletiva e fortalecimento organizacional.	
Exemplo: comunidades rurais sistematizando, junto com técnicos, os resultados de um projeto de quintais produtivos.	

Como a cultura organizacional da Feira influencia sua capacidade de inovar?

Área	Descrição
Cooperação	
Valores ambientais	
Gestão participativa	



Quais barreiras você encontra para implementar inovações socioambientais?

Área	Descrição
Recursos	
Conhecimento	
Infraestrutura	
Redes e cooperação	

4. DESAFIOS, GOVERNANÇA, SUSTENTABILIDADE E CULTURA ORGANIZACIONAL

Quais os principais desafios enfrentados para o empreendimento permanecer na Feira?

Tema	Descrição
Produtivos	
Comerciais	
Organizacionais	

Quais aspectos positivos e negativos você identifica na Feira AGROUFAM (estrutura física)?

Tema	Descrição
Positivos	
Negativos	



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



Página 14 de 15

--	--

Quais aspectos positivos e negativos você identifica na Rede Poranga?

Tema	Descrição
Positivos	
Negativos	

Como você percebe a governança interna da Feira, por meio da Rede Poranga?

Área	Descrição
Processo de decisão	
Normas e regras	
Liderança e representatividade	
Gestão de conflitos	
Gestão financeira e aplicação de recursos	
Práticas ambientais coletivas	

Que iniciativas poderiam melhorar a governança interna da Feira, por meio da Rede Poranga?

Área	Descrição
Processo de decisão	
Normas e regras	



Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Centro de Ciências do Ambiente – CCA
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA



Página 15 de 15

Liderança representatividade	e	
Gestão de conflitos		
Gestão financeira aplicação de recursos	e	
Práticas ambientais coletivas		

O que você considera essencial para garantir a sustentabilidade futura da Feira?
